

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 90001/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04030001/24

CONTRATANTE (UASG): Prefeitura Municipal de Salinópolis/PA - 980523

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A CONSTRUÇÃO DE ARENA SOCIETY NAS VILAS DO CUIARANA E SÃO BENTO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.100.034,26 (Um milhão, cem mil e trinta e quatro reais e vinte e seis centavos.)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 08 de abril de 2024 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço global por grupo.

MODO DE DISPUTA: Aberto.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

CONTATO: e-mail: cplsalinopolis@gmail.com

Sumário

1. OBJETO.....	3
2. CREDENCIAMENTO.....	3
3. PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA.....	4
4. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS.....	6
5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
6. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	10
8. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA	14
9. HABILITAÇÃO.....	18
10. RECURSO	21
11. REABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA.....	22
12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	23
13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO	23
14. DA VIGENCIA DO CONTRATO E DO PRAZO CONTRATUAL.....	24
15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE	25
16. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	25
17. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVA E SANÇÕES	25
18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	27

CONCORRÊNCIA Nº 001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04030001/24

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS – PA**, neste ato se fazendo representar pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS – PMS**, por intermédio da Agente de Contratação **Thainá Izaura Barros de Sena**, designada pela **Portaria nº 001/2024-GAB/PMS de 02 de janeiro de 2024** e Equipe de Apoio, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA** na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A CONSTRUÇÃO DE ARENA SOCIETY NAS VILAS DO CUIARANA E SÃO BENTO**, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em Grupo:

GRUPO	DESCRIÇÃO	VALOR MÁXIMO
01	Contratação de empresa para a Construção de Arena Society na vila do Cuiarana	R\$550.017,13
02	Contratação de empresa para a Construção de Arena Society na vila do São Bento	R\$550.017,13

1.3. Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Edital e seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus Anexos.

2. CREDENCIAMENTO

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Concorrência, em sua forma eletrônica.

2.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil, até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Concorrência.

2.4. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3. PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA

3.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF (Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3/2018) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no **SICAF** até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.6.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 3.6.2. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.6.3. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.6.4. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.6.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.9. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.3 e 3.6.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

- 3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10. O disposto nos itens 3.6.3 e 3.6.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução
- 3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.12. A vedação de que trata o item 4.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

- 4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 4.2. Caberá ao Agente de Contratação/Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio e pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre a impugnação ou solicitação de no sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 4.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: cplsalinopolis@gmail.com, preferencialmente nos formatos Word (.doc ou .docx) e PDF (.pdf), tendo em vista que o texto da impugnação deverá ser disponibilizado no Portal Compras.gov
- 4.4. Não serão conhecidas as impugnações ou pedidos de esclarecimentos interpostos após o prazo previsto no item 4.1, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no item 4.3 deste Edital.
- 4.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 4.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 4.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 4.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnação serão divulgadas no Portal Compras.gov

5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta de preço ou percentual de desconto com a descrição do objeto ofertado e o preço para o grupo pretendido, até a data

e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa informação.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecido no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

5.3. Como condição para participação na Concorrência, o licitante declarará em campo próprio do sistema eletrônico, que:

5.3.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3.5. que a proposta foi elaborada de forma independente;

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

6.1. Os Licitantes deverão encaminhar **PROPOSTA** inicial com o valor **GLOBAL** na Moeda **Real**, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br>, conforme Anexo V – Carta de Apresentação da Proposta, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor total do item/grupo;

6.1.2. quantidade

6.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na elaboração dos projetos e na execução da obra, apurados e demonstrados na Planilha de Custos e Formação de Preços, na Planilha de Bonificações e Despesas Indiretas (BDI), com o cronograma físico-financeiro e os Critérios de Pagamentos

6.2.1. A data base da proposta deverá ser conforme data base do orçamento referencial da SEMOB.

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3.1. **O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.**

6.4. Na descrição complementar do objeto não poderão constar elementos ou informações que identifiquem o licitante ou em relação aos quais o sistema apresente campo próprio para preenchimento, tais como: marca; fabricante do produto; dentre outros.

6.5. Para cada item, o licitante deverá cotar 100% do seu quantitativo do grupo pretendido.

6.6. Quando dois ou mais itens compuserem um grupo, torna-se obrigatória a cotação para todos os itens que o compõem.

6.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.11. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.12. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.13. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.14. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.14.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos

6.15. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O Agente de Contratação/Comissão verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que contenham vícios insanáveis, apresentarem preços inexequíveis ou identifiquem o Licitante.

7.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do grupo pretendido.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,3% (zero vírgula três por cento)**.

7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subseqüentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa **“fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa

de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **10% (dez por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2.2. empresas brasileiras;

7.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração

7.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes

7.22.3. Ainda que a proposta do primeiro classificado esteja abaixo do orçamento estimado, deverá haver negociação com o licitante para obtenção de valores ainda mais vantajosos;

7.22.4. A negociação de que trata o item anterior deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado;

7.22.5. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação/Pregoeiro não aceitar a proposta ou inabilitar o Licitante, deverá negociar com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, para que seja obtido preço melhor;

7.22.6. Se depois de adotada a providência referida no item anterior não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogado o item ou revogada a licitação;

7.22.7. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23. O Agente de Contratação/Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, de composição de custos unitários constando obrigatoriamente os quantitativos de material, todos os elementos e informações necessárias ao julgamento objetivo da proposta e mão-de-obra observando-se os pisos salariais das categorias envolvidas, composição da curva “abc” dispondo sobre insumos e serviços, composição de encargos sociais contendo todos os itens que a compõem, com seus respectivos percentuais, composição de BDI (bonificação e despesas indiretas) contendo todos os itens que a compõem, com seus respectivos percentuais, e quando for o caso acompanhada, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

7.24. É facultado ao Agente de Contratação/Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 não pode, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 5.5 deste edital.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. contiver vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas previstas neste edital e sus anexos;

8.6.3. apresentar preço global superior ao preço do orçamento referencial da SEMOB;

8.6.4. apresentar preços inexequíveis

8.6.5. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. Preço global inferior a **75% (setenta e cinco por cento) ao preço do orçamento** referencial da SEMOB, que será considerado **inexequível**, conforme disposto no art. 33 da IN SEGES/ME nº 73, de 30/9/2022.

8.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Pregoeiro, que comprove:

8.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

8.8.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.10.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.10.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.10.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.10.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.13. O Agente de Contratação/Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **1 (um) dia útil, com termo às 18:00h do dia seguinte**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13.1. É facultado ao Agente de Contratação/Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante ou, quando não disponível, pelo endereço de e-mail constante no edital, antes de findo o prazo.

8.13.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13.4. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13.5. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

- 8.13.6. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.13.7. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.13.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 8.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação/Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.15. Havendo necessidade, o Agente de Contratação/Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação/Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital e seus anexos.

9. HABILITAÇÃO

- 9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico/termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração em formato eletrônico.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do email cplsalinopolis@gmail.com, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.12. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, desde que atestem condição pré-existente à época da abertura do certame ou atualizem documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **1 (um) dia útil**, com término às 18:00h do dia seguinte, sob pena de inabilitação (Acórdãos TCU Plenário n.º 1211/2021, n.º 2.443/2021, n.º 966/2022 e n.º 988/2022).

9.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente,

à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

9.13.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

9.14. A verificação pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.14.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro.

9.14.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.15. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.16. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.16.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.17. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

9.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.23. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.24. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação/Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.25. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.26. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.27. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.28. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será declarado vencedor.

10. RECURSO

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. **o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.**

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico compras.gov.br.

11. REABERTURA DE SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado, quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente, não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, situações em que serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os Licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à Autoridade Superior competente que poderá

12.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

12.1.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

12.1.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

12.1.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação

12.2. Encerrada a licitação, a Comissão de Contratação divulgará no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) os atos de adjudicação do objeto e de homologação do certame.

12.3. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, com restituição imediata após fiel execução do contrato, nos termos do art. 100 da Lei nº 14.133/21, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato. Caberá à contratada manter a validade da garantia durante o período de vigência contratual, acrescido de 6 (seis) meses, renovando ou reforçando a conforme necessário.

13.2. A comprovação da garantia pelo adjudicatário deverá ser efetivada perante a SEMED/PMS, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da contratante, contados da assinatura do contrato.

13.3. A adjudicatária poderá optar por prestar a garantia por uma das seguintes modalidades:

13.3.1. **CAUÇÃO EM DINHEIRO OU TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA**, conforme inciso I do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, sendo que a garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica de caução do PMS, com correção monetária.

13.3.2. **FIANÇA BANCÁRIA** emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, devendo constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

13.3.3. **SEGURO GARANTIA**, no caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da SEMED/PMS, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato.

13.4. A SEMED/PMS restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021.

13.5. Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com a SEMED/SEMOB, nos termos da legislação vigente.

13.6. Havendo prorrogação de prazo formalmente admitido pela Administração, deverá o Contratado apresentar nova garantia de execução do Contrato, de forma a abranger o período de prorrogação, restando à administração os créditos do Contratado, enquanto não efetivada tal garantia, ou valor a ela correspondente.

13.7. Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

13.8. Quando se tratar de consórcio, a garantia poderá ser apresentada integralmente pela empresa líder do consórcio, ou por cada uma das empresas integrantes deste, com os valores proporcionais à sua participação no consórcio.

13.9. A contratante reterá, a qualquer tempo, a garantia de execução da contratada, na forma prevista neste Edital e no Contrato. Do mesmo modo, a Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

13.10. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da contratante, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

13.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

13.12. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da SEMED/PMA e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

13.13. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada. Assim, caso opte pela modalidade seguro garantia, é obrigatório que o adjudicatário contrate a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

14. DA VIGENCIA DO CONTRATO E DO PRAZO CONTRATUAL

14.1. O contrato terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, iniciada com a publicação de seu extrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogada essa vigência de acordo com o preceituado no art. 107, da Lei nº 14.133/2021 e desde que devidamente justificado pela SEMED/PMS.

14.2. O prazo de execução será de 90 (noventa) dias, contados a partir do décimo dia útil subsequente à assinatura do contrato.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

15.1. As obrigações da contratada e da contratante são as especificadas no Termo de Referência e na minuta do Contrato que integram este Edital.

16. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

16.1. O Controle, fiscalização e a execução contratual estão especificadas no Termo de Referência e na minuta do Contrato que integram este Edital.

17. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVA E SANÇÕES

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

17.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

17.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

17.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

17.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

17.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

17.1.4.1. fraudar a licitação

17.1.5. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.1.5.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.5.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.5.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

17.1.6. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

17.1.7. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

17.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.2.1. Advertência;

17.2.2. Multa;

17.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

17.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

17.3.2. As peculiaridades do caso concreto

17.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

17.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

17.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

17.4.1. Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

17.4.2. Para as infrações previstas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

17.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e

13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

17.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

17.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.tcm.pa.gov.br, www.salinopolis.pa.gov.br e www.comprasnet.gov.br

18.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO IA – Planilha Orçamentaria

ANEXO IB – Projetos

ANEXO IC – Memorial descritivo

ANEXO III – Matriz de Risco

ANEXO IV – Atestado de Vistoria ou Declaração de Renúncia

ANEXO V - Minuta do Contrato;

ANEXO VI - Modelo de Proposta Comercial;

Salinópolis – PA, 22 de março de 2024.

THAINA IZAURA BARROS DE SENA

Agente de Contratação /CPL/PMS

Portaria nº 001/2024-GAB/PMS



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 04030001/24

1. OBJETO

- 1.1. O objeto do presente termo de referência é a Contratação de empresas para a **CONSTRUÇÃO DE ARENA SOCIETY NAS VILAS DO CUIARANA E SÃO BENTO**, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação de Salinópolis (SEMED), segundo as condições, especificações e quantitativos descritas neste Termo de Referência.
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, por apresenta padrões de desempenho e qualidade definidos objetivamente, por meio de especificações usuais praticadas pelo SEMOB/SEMED e se enquadra no estabelecido pela Lei 14.133 de 2021.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias contados da data de assinatura do contrato. Cabe à contratada executar os serviços conforme cronograma físico-financeiro em anexo a este Termo de Referência.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A construção de uma Arena Society Pública em uma comunidade rural oferece diversos benefícios, incluindo a promoção da saúde e bem-estar através da prática de atividades físicas, o fortalecimento da comunidade ao proporcionar um ponto de encontro, o aumento das opções de lazer, o desenvolvimento de talentos locais em esportes como o futebol, a promoção da inclusão social e a utilização sustentável do espaço. Essa iniciativa melhora a qualidade de vida dos moradores e contribui para o desenvolvimento geral da região.
- 2.2. A realização da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, decorre do fato da necessidade urgente da Administração de contratação destas obras que influem diretamente na segurança dos usuários e cujas características enquadram-se nos requisitos fundamentais para a utilização desse sistema.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

- 3.1. Compreende a seleção de empresa especializada com vistas à execução dos serviços referentes a **Construção de Arena Society nas Vilas do Cuiarana e São Bento**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, devendo cada licitante apresentar a Planilha de Custos Unitários para cada grupo pretendido, conforme apresentada a seguir:
- 3.2. Planilha resumo com as propostas referenciais em anexo.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



3.3. A tabela anexa a este TR contém as informações essenciais para o lançamento dos itens no sítio do COMPRAS.GOV.BR

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

4.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 05054861000176-0-000005/2024
- II) Id do item no PCA: 83 e 84
- III) Classe/Grupo: 542- serviços gerais de construção para obras de engenharia civil
- IV) Identificador da Futura Contratação: 980523-34/2024

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

6.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nos termos e condições a seguir:

6.1.1. Fica expressamente proibida a subcontratação integral do objeto deste contrato, especialmente quando este constituir o escopo principal da contratação.

6.1.2. A subcontratação fica restrita a um limite máximo de 30% (trinta por cento) do orçamento total.

6.1.3. A subcontratação somente poderá ser realizada mediante autorização prévia da CONTRATANTE.

Garantia de Contratação

6.2. Para assinar o contrato, deverá a vencedora prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor deste, a preços iniciais, sob pena de decair o direito à contratação.

6.3. A caução inicial será reforçada durante a execução dos serviços contratados, de forma a totalizar sempre 5% (cinco por cento) do valor vigente do Contrato (preços iniciais mais aditivos e reajustamentos se houver). Todas as garantias contratuais deverão ser realizadas com prazo de vencimento de 1 (um) mês após a data prevista para o término contratual vigente.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



6.4. A garantia e seus reforços poderão ser realizados em uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro ou título da dívida pública;
- b) seguro garantia;
- c) carta de fiança bancária, conforme minuta constante do edital;

6.5. No caso de fiança bancária, esta deverá ser, a critério da licitante, fornecida por um banco localizado no Brasil, pelo prazo da duração do contrato, devendo a contratada providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação do SEMED/SEMOB, sob pena de rescisão contratual, ressalvados os casos em que a duração do contrato for inferior ao prazo acima estipulado, quando deverá a caução ser feita pelo prazo contratual. Durante o período em que o contrato se encontre oficialmente paralisado ou suspenso não poderá ser exigida a prorrogação das fianças bancárias.

6.6. No caso da opção pelo seguro garantia o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País, e em nome do SEMED, cobrindo o risco de quebra do contrato, pelo prazo da duração do contrato, devendo a contratada providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação do SEMED, sob pena de rescisão contratual.

6.7. No caso de opção por Títulos da Dívida Pública, estes deverão estar acompanhados de laudo de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, no qual está informará sobre a exequibilidade, valor e prazo de resgate, taxa de atualização, e condições de resgate.

6.8. No caso de opção por caução em dinheiro, o interessado deverá procurar a SEFIN, para obter instruções de como efetuar-la.

6.9. A garantia prestada pela licitante vencedora lhe será restituída ou liberada 60 (sessenta) dias corridos após o Recebimento Definitivo do(s) serviço(s).

6.10. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, na forma da Lei nº 14.133/21. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais de suas subcontratadas resultantes da execução do contrato, cabendo a ela a fiscalização do cumprimento destas obrigações.

Vistoria

6.11. As empresas interessadas, por meio de um representante vinculado formalmente à empresa/consórcio deverão procurar a Secretaria Municipal de Obras através do email: sec.obras.salinopolis@gmail.com, para efetuar a visita técnica no local da obra, para constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos.

6.12. As visitas técnicas será realizada no dia indicado e serão acompanhadas pelo(s) Engenheiro(s) Residente(s), que certificará a visita, expedindo o necessário Atestado de Visita e Informações Técnicas.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



Esse atestado será Juntado à Documentação de Habilitação. Quaisquer informações quanto às visitas poderão ser obtidas junto a Secretaria Municipal de Obras.

6.13. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.14. O atestado poderá englobar em um único documento. A licitante não poderá alegar, à posterior, desconhecimento de qualquer fato. A visita deverá ser agendada com o Engenheiro(s) Residente(s), na data referida no item anterior.

6.15. Caso a licitante não queira participar da visita coletiva no dia programado, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a PMS.

6.16. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. Início da execução do objeto: 10 (dez) dias após a assinatura do contrato e entrega da emissão da ordem de serviço

Da prestação dos serviços

7.2. A execução de serviços referentes a Construção de Arena Society nas Vilas do Cuilarana e São Bento, ocorrerá no endereço: Vila do Cuilarana, Cep: 68.721-000, Zona Rural e Vila do São Bento, Cep: 68721-000, Zona Rural, pertencentes ao Município de Salinópolis-Pá.

7.3. Prazo de execução dos serviços: 90 (noventa) noventa dias para cada arena.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

7.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

7.4.1. Referência de Preços: Os preços unitários que deram origem ao valor do orçamento referencial, foram elaborados baseados em bancos de preços como SINAPI, SEOP e Composições Próprias.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



Especificação da garantia do serviço

7.5. A questão da responsabilidade de empreiteiros e construtores estava disciplinada no art. 1.245 do Código Civil de 1.916, sendo assimilada pelo Código Civil de 2002, no seu art. 618:

“Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de 5 (cinco) anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.”

Procedimentos de transição e finalização do contrato

7.6. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

7.7. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

7.7.1. Provisoriamente, pelo(a) responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

7.7.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela SEMEDSEMOB, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

8.5. A fiscalização dos serviços estabelecidos será efetuada por um engenheiro(a) civil designado(a) pela SEMED/SEMOB, sendo a ele(a) incumbida a tarefa de verificar a efetividade do serviço executado.

Fiscalização Técnica



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



8.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

8.7. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

8.8. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

8.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

8.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

8.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

8.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

8.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



8.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

8.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

8.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

8.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

8.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

8.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. A SEMED pagará à contratada, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços incluam todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviços(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

9.2. Obedecido o cronograma apresentado pela SEMOB, será procedida à medição dos serviços. Emitido o atestado de conformidade, o contratado deverá apresentar a nota fiscal correspondente à medição na SEMOB, que será devidamente atestada e encaminhada para o setor responsável pelo pagamento.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



9.3. É de inteira responsabilidade da empresa a entrega, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o processamento da medição, de toda documentação necessária à plena e correta formalização do processo de medição, condição esta imprescindível para o envio deste para pagamento. O atraso na entrega da documentação exigida, por parte da empresa, não poderá concorrer para futuros pleitos de ressarcimento por atraso de pagamento.

9.4. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias, para pagamento, contados a partir da data da emissão do aceite na nota fiscal até a data do efetivo pagamento. (O que vale para fins de contagem de prazo é a efetiva atestação no verso da nota, e não sua simples entrega).

9.5. O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela contratada, da Regularidade Fiscal, nos termos do Edital.

9.6. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do Art. 137, da Lei nº. 14.133/21.

9.7. Os serviços serão medidos mensalmente, conforme instrução vigente sobre o assunto e de acordo com os critérios estabelecidos no Procedimento de Execução das Obras.

9.8. As medições constarão de Folhas-Resumo, contendo a relação de serviços, quantidades, unidades, parciais e totais.

9.9. No processo de medição ou na prestação de contas, conforme for o caso, deverá constar a real alíquota de ISSQN adotada pela PMS.

Reajuste e atualização Financeira

9.10. Os preços contratuais, em Reais, poderão ser reajustados pelos Índices utilizados pelo SEMED, para o setor da Construção Civil, apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, após decorrido 01(um) ano do mês base da proposta, que deverá ser o mesmo do orçamento preestabelecido no Edital, nos termos do art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192, de 14/02/01, sendo o índice inicial referente ao mês do Orçamento do SEMED/SEMOB.

9.10.1. Caso decorra período superior a um ano contado a partir da data-base da proposta, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 meses.

9.10.1.1. Os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados pela seguinte fórmula:

$$R = \frac{I_i - I_o}{I_o} \times V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



lo = Índice de preço verificado no mês do orçamento do SEMED/SEMOB

li = Índice de preço referente ao mês de reajustamento

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obra ou serviço a ser reajustado.

9.10.1.2. Não se admitirá, nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes

9.11. Os valores a serem pagos, no caso de ocorrer atraso na data prevista, deverão ser atualizados financeiramente, desde que o contratado não tenha dado causa ao atraso, pelos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, conforme o disposto no Art. 1º, alínea F, da Lei n. 9.494, de 10/09/1997, com a redação dada pelo Art. 5º, da Lei 11.960, de 29/06/2009, após decorridos 30 dias da data da emissão do aceite na nota fiscal devendo ser observado o disposto neste Termo de Referência.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Concorrência, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

10.2. O regime de execução do contrato será empreitado por preço global.

Critério de aceitabilidade de preço

10.3. A proposta de preços, que compreende a descrição do serviço ofertado pelo licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos, bem como atender as seguintes exigências:

- a) Descrição do serviço, observadas as mesmas especificações constantes deste Edital, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do serviço ofertado, bem como preços unitários e totais detalhados em planilha, conforme modelo de composição de custos unitários.
- b) O licitante não poderá cotar e colocar preços superiores globais aos estabelecidos no Edital, não serão permitidas alterações nas quantidades ou exclusões dos itens constantes das composições de custos unitários.
- c) A carga da PMS poderá ser exigida todas as composições de custos unitários.
- d) Prazo de validade da proposta de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua assinatura e o prazo de garantia.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



10.4. A licitante vencedora deverá obrigatoriamente enviar além da planilha orçamentária devidamente preenchida com o valor de sua proposta, as composições de custo unitário dos serviços para cada item da planilha, planilha de BDI e de Encargos Sociais, para cada arena pretendida.

10.5. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço global, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global para cada arena estimado para a contratação.

Exigências de habilitação

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos

Habilitação jurídica

10.6. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.7. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.8. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

10.11. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.12. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.13. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-financeira

10.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

10.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), acompanhado da Certidão de Regularidade Profissional (Pessoa Física) do Contador, de modo a comprovar a boa situação financeira da empresa.

10.25. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um) comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\textit{Ativo Circulante} + \textit{Realizável a longo prazo}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Passivo não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

$$SG = \frac{\textit{Ativo Total}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Passivo não Circulante}}$$

10.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

10.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.28. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação o capital mínimo 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

10.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.31. O Balanço Patrimonial das Sociedades Anônimas ou por Ações deverá ser o aprovado em Assembleia e a respectiva Ata registrada na Junta Comercial, devidamente publicada, sendo que o das de Capital Aberto deverá, ainda, vir acompanhado de Parecer de Auditor (es) Independente (s);

10.32. O Balanço Patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no "Livro Diário", contendo identificação completa da empresa, de seu titular e de seu responsável técnico contábil, acompanhado de seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial OU Cartório de Títulos e Documentos OU no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), com seu respectivo Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital;

Qualificação Técnica

Capacidade Técnica Operacional ou Empresarial



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



10.33. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente. Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, em plena validade

10.34. Atestados de capacidade técnica:

10.34.1. Nos casos de serviços: Em atendimento ao disposto no §9º do Art. 8º e §2º do Art. 9º da Instrução Normativa nº 01/MT, de 04 de outubro de 2007, tem-se:

- a) Capacidade Operacional - A licitante (pessoa jurídica) deve ter experiência na execução de serviço de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, comprovadas por intermédio de atestados e/ou certidões de contratos emitidos por pessoas jurídicas de direitos público ou privado, em nome do responsável técnico da empresa, devidamente registrados no CREA, conforme critério a seguir:
- a. Comprovação de que a licitante tenha executado até 50% dos itens de maior relevância, a saber:

Arena Cuiarana	
Item	Descrição
6.7	Grama Sintética Esportiva para futebol em polietileno, com altura mínima de 50mm, incluso fornecimento e montagem, frete, camada de área sobre a grama, camada de borracha granulada sobre a grama, demarcação em grama sintética na cor branca, proteção UV e garantia de 5 anos (mão de obra especializada)
7.6	Alambrado para quadra, estruturado por tubos de aço galvanizado, (montantes com diâmetro 2", com tela de arame galvanizado, fio 10 BWG e malha quadrada 5x5cm

Arena São Bento	
Item	Descrição
6.7	Grama Sintética Esportiva para futebol em polietileno, com altura mínima de 50mm, incluso fornecimento e montagem, frete, camada de área sobre a grama, camada de borracha granulada sobre a grama, demarcação em grama sintética na cor branca, proteção UV e garantia de 5 anos (mão de obra especializada)
7.6	Alambrado para quadra, estruturado por tubos de aço galvanizado, (montantes com diâmetro 2", com tela de arame galvanizado, fio 10 BWG e malha quadrada 5x5cm

- b. Será admitido o somatório de atestados para comprovar cada item. Os atestados poderão ser apresentados da seguinte maneira:
- i. Um atestado para cada item exigido ou



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



- ii. Atestado que contenha um ou mais itens exigidos.
- c. Os itens relacionados acima item (a.) deverão ser comprovados através de certidões e/ou atestados fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado pelo CREA
- d. Entende-se por serviços de construção e reforma predial os serviços de atividades realizadas em edifícios existentes com o propósito de aprimorar, modificar, reparar ou renovar suas condições. Isso pode incluir reparos estruturais para corrigir danos na integridade do edifício, reformas de interiores para atualizar espaços internos, como pisos e revestimentos, e a modernização de sistemas elétricos e hidráulicos. Além disso, serviços de pintura, manutenção geral e adaptações para acessibilidade também fazem parte desse tipo de serviço. A reforma de fachadas para melhorias externas, como reparo de revestimentos, é outra área comum de atuação. Verificar detalhamento dos serviços no memorial descritivo e especificações técnicas anexos a este TR
- e. Quando a certidão e /ou atestado não for emitida pelo contratante principal da obra (órgão ou ente público), deverá ser juntada à documentação pelo menos um dos seguintes documentos:
 - i. Declaração formal do contratante principal confirmando que o Licitante tenha participado da execução do serviço objeto do contrato;
 - ii. Autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome do Licitante subcontratado para o qual se está emitindo o atestado;
 - iii. Contrato firmado entre contratado principal e Licitante subcontratado, devidamente registrado no CREA/CAU.
- f. Nos atestados de obras/serviços/projetos executados em consórcio serão considerados, para comprovação dos quantitativos constantes neste Edital, os serviços executados pela licitante que estejam discriminados separadamente no atestado técnico, para cada participante do consórcio:
 - i. Se as quantidades de serviços não estiverem discriminadas no corpo da certidão/atestado, serão considerados os quantitativos comprovados pelos atestados na proporção da participação da licitante na composição inicial do consórcio.
 - ii. Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, deverá ser juntada à certidão/atestado, cópia do instrumento de constituição do consórcio.
- g. A equipe técnica que participará da execução das obras ou serviços, constantes do projeto de engenharia, estará sujeita à aprovação da PMS, por ocasião da contratação e sempre que necessário.
- h. Declaração formal emitida pela licitante de que os equipamentos necessários para execução do Serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



perfeitas condições de uso quando da contratação. Esses equipamentos estarão sujeitos à vistoria “in loco” pela PMS, por ocasião da contratação e sempre que necessário.

10.35. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

10.35.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

Capacidade Técnica-Profissional do Responsável Técnico

10.36. Certidão de Registro e Quitação Pessoa Física, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dos Responsáveis Técnicos que atuarão na execução dos serviços, em plena validade;

10.37. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma do item anterior participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

- b) Capacidade Profissional - A licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar relação dos serviços executados por profissionais de nível superior vinculados permanentemente à empresa e constante do seu Registro/Certidão de inscrição no CREA ou Conselho Profissional competente, em nome do profissional, como Responsável Técnico, comprovados mediante atestados e/ou certidões de capacidade técnica por execução de serviços compatíveis com os itens de maior relevância, a seguir relacionados:

Arena Cuilarana	
Item	Descrição
6.7	Grama Sintética Esportiva para futebol em polietileno, com altura mínima de 50mm, incluso fornecimento e montagem, frete, camada de área sobre a grama, camada de borracha granulada sobre a grama, demarcação em grama sintética na cor branca, proteção UV e garantia de 5 anos (mão de obra especializada)
7.6	Alambrado para quadra, estruturado por tubos de aço galvanizado, (montantes com diâmetro 2", com tela de arame galvanizado, fio 10 BWG e malha quadrada 5x5cm

Arena São Bento	
Item	Descrição
6.7	Grama Sintética Esportiva para futebol em polietileno, com altura mínima de 50mm, incluso fornecimento e montagem, frete, camada de área sobre a grama, camada de borracha



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



	granulada sobre a grama, demarcação em grama sintética na cor branca, proteção UV e garantia de 5 anos (mão de obra especializada)
7.6	Alambrado para quadra, estruturado por tubos de aço galvanizado, (montantes com diâmetro 2", com tela de arame galvanizado, fio 10 BWG e malha quadrada 5x5cm

- a. O(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, somente será(ão) aceito(s) com a(s) respectiva(s) certidão(es) do CREA/CAU.
- b. Para determinação do vínculo profissional deverá ser apresentado:
 - i. Cópia da Carteira Profissional de Trabalho e da Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional e guia de recolhimento do FGTS onde conste o nome do profissional, ou;
 - ii. Comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum, ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que, acompanhada de declaração de anuência do profissional.
 - iii. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e certidão do CREA ou Conselho Profissional competente, devidamente atualizada.
 - iv. Anexar a(s) declaração(ões) individual(is), por escrito do(s) profissional(ais) apresentado(s) para atendimento às alíneas acima, autorizando sua(s) inclusão(ões) na equipe técnica, e que irá participar na execução dos trabalhos.
 - v. Comprovação do vínculo profissional por
- c. A título de comprovação de experiência do técnico deverá ser apresentado atestado e/ou certidão. Ditados atestados e/ou certidões deverão ser apresentados indicando que o profissional esteja listado entre os nomes apresentados e emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados pelo Conselho Regional competente, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante e descrição dos serviços executados. De acordo com os serviços relacionados e comprovados será avaliado o nível de experiência da equipe para execução dos serviços.
 - i. O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições acima, não serão considerados pela Comissão de Licitação.
 - ii. Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo contratante principal da obra, deverá ser juntada à documentação:



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



1. Declaração formal do contratante principal confirmando que o técnico indicado foi responsável técnico pela sua execução, ou um de seus responsáveis técnicos, ou;
 2. Comprovação por meio de carteira profissional de trabalho e Ficha de Registro de Empresa – FRE acompanhados do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, todos esses com data referente ao período de execução do objeto do atestado/certidão, ou;
 3. Contrato de trabalho registrado no Conselho Regional do Profissional à época da execução do objeto do atestado/certidão.
- d. indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências.
- e. Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das Licitantes.

11. ESTIMATIVA DE VALOR

9.1. O custo estimado para a Construção da arena São Bento é de R\$ 550.017,13 (quinhentos e cinquenta mil dezessete reais e treze centavos) e para a Construção da Arena do Cuiarana é de R\$ 550.017,13, conforme planilha orçamentaria anexa ao Estudo Técnico Preliminar.

12. CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

12.1. O cronograma de atividades apresentado pela PMS/SEMOB representa as quantidades de serviços a serem executados pela contratada é o elemento básico de controle da obra como também elemento de referência para medição e pagamento.

12.2. O PMS/SEMOB observará para que o Cronograma máximo por período esteja em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Arena São Bento:

- I) Gestão/Unidade: FUNDEB
- II) Fonte de Recursos: 1540/1542
- III) Projeto/atividade: 12 361 0108 1. 009 Const destinados a pratica de educação física nas escolas do Município.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



IV) Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 obras e instalações

Arena Cuiarana:

V) Gestão/Unidade: Fundo Municipal de Educação

VI) Fonte de Recursos: 1500

VII) Projeto/atividade: 12 361 0108 1. 004 Quadra poliesportiva destinada educação física nas escolas

VIII) Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 obras e instalações

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Caberá ao licitante vencedor:

14.1.1. Cumprir todas as exigências constantes do Edital e seus Anexos.

14.1.2. Alocar profissionais altamente especializados para o desenvolvimento dos trabalhos. A qualquer tempo a Fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da licitante vencedora, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento dos trabalhos.

14.1.3. Alocar durante todo o período das obras ao menos 1 profissional de nível superior, com experiência, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado os serviços de CONSTRUÇÃO/REFORMA PREDIAL com características técnicas compatíveis com o objeto desta licitação.

14.1.4. Emitir relatórios mensais das atividades desenvolvidas, de cunho gerencial, onde constarão todas as informações técnicas das obras.

14.1.5. Realizar todos os serviços relacionados com o objeto do Termo de Referência de acordo com as especificações estipuladas pelo Edital.

14.1.6. Seguir o cronograma físico das etapas de execução dos serviços determinadas pela Secretaria Municipal de Obras. Realizar, com zelo e fidelidade a prática da boa execução dos serviços, à qual se compromete, desde já, submeter-se.

14.1.7. Fornecer e manter no canteiro de serviços tudo que for necessário à execução dos serviços dentro dos prazos estipulados e com a qualidade desejada.

14.1.8. Manter em perfeito estado de limpeza os locais afetados pela execução dos serviços, recolhendo os entulhos, dando-lhes o destino adequado.

14.1.9. Prestar assessoria técnica com orientações, sugestões, instruções ou recomendações, exemplos de aplicação em outros serviços e assistências técnicas de interesse da PMS em relação a



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



serviços, projetos e atividades que envolvam o objeto do contrato, fornecendo normas para aperfeiçoar e garantir eficiência aos serviços.

14.1.10. Supervisionar e coordenar os trabalhos de eventuais subcontratadas, assumindo total e única responsabilidade pela qualidade e cumprimento dos prazos de execução dos serviços.

14.1.11. Manter, durante a execução dos serviços, o pessoal devidamente uniformizado, limpo, em boas condições de higiene e segurança, identificados com crachás e usando equipamento de proteção individual (EPI) apropriado.

14.1.12. Comunicar sempre que for iniciar uma atividade ou da conclusão de atividades em execução, mantendo estreita comunicação com a fiscalização.

14.1.13. Executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da PMS/SEMOB.

14.1.14. Providenciar, junto ao CREA regional, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, relativa aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.

14.1.15. Tomar todas as providências necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços, arcando com todas as despesas, sem ônus adicional ao PMS/SEMOB.

14.1.16. Entregar as áreas afetadas pelos serviços totalmente recuperadas e limpas, sendo efetuado o reparo de qualquer dano causado pela obra.

14.1.17. Não subcontratar nenhum serviço sem o prévio conhecimento e consentimento do PMS/SEMOB.

14.1.18. Promover medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer os equipamentos de proteção individuais – EPI's necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e exigindo que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas.

14.1.19. Manter os empregados sujeitos às normas disciplinares do PMS/SEMOB, porém, sem qualquer vínculo empregatício com a PMS/SEMOB, cabendo à licitante vencedora todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor.

14.1.20. Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, for vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles.

14.1.21. Acatar e cumprir todas as regras e obrigações estabelecidas na convenção coletiva do Sindicato da classe, a que seus empregados estejam filiados, sem ônus adicional a PMS/SEMOB.

14.1.22. Pagar em dia os salários e demais benefícios aos seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos e tributos.

14.1.23. A inadimplência da Licitante vencedora, com referência aos encargos decorrentes do contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao PMS/SEMOB, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a Licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a PMS/SEMOB.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



- 14.1.24. Apresentar planejamento inicial com descrição do Plano de Mobilização de Meios (pessoal, viaturas e equipamentos), indicando os itens que serão comprados, alugados ou remanejados de outros canteiros, meios de transporte e outros julgados necessários, com as respectivas cronologias.
- 14.1.25. Apresentar organograma com a distribuição dos cargos e funções na obra, acompanhado do Plano da Administração, no qual estejam definidas as atribuições e responsabilidades de todo pessoal, até o nível de encarregado ou mestre.
- 14.1.26. Desenvolver atividades em mais de um turno de serviços, seja durante os dias úteis, nos finais de semana ou nos feriados, sempre que se fizer necessário, com o propósito de manter, recuperar ou antecipar etapas do cronograma físico dos serviços, a fim de garantir o cumprimento do prazo total de execução estabelecido.
- 14.1.27. Verificar e comparar os serviços projetados pela SEMOB. No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à licitante formular imediata comunicação escrita a PMS/SEMOB, buscando o imediato encaminhamento do assunto, de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento dos serviços.
- 14.1.28. Verificar a compatibilização dos serviços, procedendo à análise detalhada dos mesmos, oportunidade em que poderá observar interferências entre eles. Quaisquer incompatibilidades deverão ser comunicadas a PMS/SEMOB, bem como sanadas de maneira a não comprometer o cronograma dos serviços.
- 14.1.29. Complementar todos os ajustes eventualmente necessários para a perfeita execução dos serviços.
- 14.1.30. Antecipar, sempre que possível, a execução das etapas estabelecidas no cronograma físico, visando garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos, a fim de compensar, preventivamente, a ocorrência de imprevistos que poderiam implicar em atraso futuro de etapas específicas de serviços.
- 14.1.31. Conclusão total dos serviços designados dentro do prazo definido no cronograma, revertendo qualquer atraso decorrente de ajustes, intempéries ou outros imprevistos no transcorrer dos serviços.
- 14.1.32. Assumir inteira e total responsabilidade pela execução dos serviços, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de todas as estruturas a executar.
- 14.1.33. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da ciência pela Licitante vencedora, ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização.
- 14.1.34. Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



- 14.1.35. Submeter à fiscalização as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução.
- 14.1.36. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da PMS/SEMOB.
- 14.1.37. Manter, durante todo o período da execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 14.1.38. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente edital.
- 14.1.39. Responder por danos materiais, ou físicos, causados por seus empregados diretamente a PMS/SEMOB ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.
- 14.1.40. Prestar esclarecimentos a PMS/SEMOB sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolva, independente de solicitação.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.1. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este Edital, em particular no que se refere ao nível de serviço e sanções administrativas;
- 15.2. Proporcionar todas as condições necessárias para que o licitante vencedor possa cumprir o objeto desta licitação.
- 15.3. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em casos omissos;
- 15.4. Nomear Gestores para executar a fiscalização do Contrato, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas, oficiando à licitante vencedora para a imediata correção das irregularidades apontadas.
- 15.5. A existência e a atuação da fiscalização do PMS/SEMOB em nada restringe a responsabilidade técnica única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto contratado.
- 15.6. Efetuar o pagamento mensal nas condições pactuadas.
- 15.7. Avaliar a empresa contratada conforme AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS EMPRESAS conforme normas do PMS/SEMOB.
- 15.8. Atestar a execução do contrato.
- 15.9. Cumprir as demais obrigações contidas no edital do Pregão.

16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.

17. SANÇÕES

17.1. Por atraso ou inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente, bem como por execução de qualquer ato que comprometa o bom andamento do procedimento licitatório, o PMS/SEMOB poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:

17.1.1. ADVERTÊNCIA: É o aviso por escrito, emitido quando a Licitante e/ou Contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

17.1.1.1. Pelo Setor responsável pelas licitações do Órgão, quando o descumprimento da obrigação correr no âmbito do procedimento licitatório, sendo emitida por documento oficial do PMS/SEMOB, nos seguintes casos:

- 17.1.1.1.1. quando a licitante atrasar a entrega, no prazo estabelecido no edital, dos documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;
- 17.1.1.1.2. quando a licitante ofertar preço visivelmente inexequível na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;
- 17.1.1.1.3. quando a licitante não honrar com o valor ofertado durante a fase de lances e solicitar sua exclusão antes da aceitação das propostas;
- 17.1.1.1.4. quando a licitante manifestar intenção de recurso e não impetrá-lo;
- 17.1.1.1.5. quando a licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.
- 17.1.1.1.6. Todas as hipóteses tratadas no subitem 15.1.1.1 serão válidas quando a empresa descumprir as exigências editalícias pela primeira vez com a Administração, não havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;

17.1.1.2. Pelo Ordenador de Despesas do Órgão, orientado pelo Fiscal do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou em assinar o contrato, nos seguintes casos:

- 17.1.1.2.1. quando a licitante se recusar a retirar a nota de empenho ou a assinar o contrato, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para retirada ou assinatura;
- 17.1.1.2.2. quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, atrasar ou ensejar o retardamento no início da execução do seu objeto, por um período de 5 (cinco) dias úteis contados do vencimento do prazo para início da execução do objeto;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



17.1.1.2.3. quando se tratar de execução de serviços, caso seja identificado atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas em relação ao Cronograma, não justificado pela empresa contratada.

17.1.1.2.4. quando a licitante descumprir qualquer outra obrigação atinente ao objeto da licitação, sendo a advertência registrada e fundamentada em documento específico.

17.1.2. **MULTA:** É a sanção pecuniária que será imposta à Contratada, pelo Ordenador de Despesas do Órgão, por atraso injustificado na execução do objeto da licitação ou inexecução do mesmo, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes percentuais:

17.1.2.1. Nos casos de atrasos:

17.1.2.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do objeto da licitação, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, vírgula, nove por cento), que corresponde até 30 (trinta) dias de atraso;

17.1.2.1.2. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na execução do objeto da licitação, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do PMS/SEMOB, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

17.1.2.1.3. 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado, por descumprimento do prazo de execução do objeto da licitação, sem prejuízo da aplicação do disposto nos subitens 15.1.2.1.1 e 15.1.2.1.2;

17.1.2.2. Nos casos de recusa ou inexecução:

17.1.2.2.1. 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo PMS/SEMOB ou inexecução parcial do objeto da licitação, calculado sobre a parte inadimplente;

17.1.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, pela inexecução total do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

17.1.3. A multa será formalizada por simples apostilamento, na forma do artigo 156, da Lei nº 14.133/21 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à Contratada a oportunidade do contraditório e ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do artigo 156 da Lei nº 14.133/21, observada a seguinte ordem:

17.1.3.1. Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

17.1.3.2. Mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

17.1.3.3. Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

17.1.4. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços de



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



Mercado – IGPM ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo PMS/SEMOB ou cobrados judicialmente. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

17.1.5. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

17.1.5.1. O atraso na execução do objeto da licitação não superior a 05 (cinco) dias; e

17.1.5.2. A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

17.1.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

17.1.7. Persistindo o atraso por mais de 30 (trinta) dias, será aberto Processo Administrativo pelo Fiscal do contrato com o objetivo de anulação da nota de empenho e/ou rescisão unilateral do contrato, exceto se houver justificado interesse do PMS/SEMOB em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, sendo mantidas as penalidades na forma dos subitens 15.1.1.2.3 e 15.1.2.1.

17.1.8. **SUSPENSÃO:** É a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

17.1.8.1. Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, ou ainda, atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação.

17.1.8.1.1. A hipótese em que o licitante atrasar, sem justificativa pertinente ao certame, qualquer fase da licitação, será válida quando a empresa for reincidente, já havendo ocorrência anterior da mesma natureza registrada em sistema ou documento oficial;

17.1.8.2. Por até 2 (dois) anos, quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato.

17.1.8.3. Por até 5 (cinco) anos, quando a Contratada:

17.1.8.3.1. Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

17.1.8.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

17.1.8.3.3. Receber qualquer das multas previstas no subitem 15.1.2 e não efetuar o pagamento.

17.1.8.3.4. Comportar-se de modo inidôneo.

17.1.9. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



17.1.9.1. O Setor responsável pelas licitações da PMS/SEMOB, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

17.1.9.2. O Ordenador de Despesas do Órgão, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto da licitação, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.

17.1.10. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial da União e registrada no SICAF.

17.1.11. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE:** A declaração de inidoneidade será aplicada somente pela PMS/SEMOB, à vista dos motivos informados na instrução processual.

17.1.11.1. Será declarada inidônea a empresa que cometer ato como os descritos no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

17.2. Disposições gerais

17.2.1. As sanções previstas nos incisos 15.1.8 e 15.1.11 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão do contrato:

17.2.1.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.2.1.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.2.1.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.3. Do direito de defesa

17.3.1. É facultado à Contratada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

17.3.2. O recurso será dirigido ao Ordenador de Despesas, por intermédio da autoridade que aplicou a sanção, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

17.3.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

17.3.4. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial da União, devendo constar:

17.3.4.1. A origem e o número do processo em que foi proferido o despacho.

17.3.4.2. O prazo do impedimento para licitar e contratar;

17.3.4.3. O fundamento legal da sanção aplicada; e



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



17.3.4.4. O nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

17.3.5. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão competente que por sua vez providenciará a imediata inclusão da sanção no SICAF, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao sistema em caso de suspensão para licitar.

17.4. Do assentamento em registros

17.4.1. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial da União as sanções aplicadas com fundamento nos itens 16.1.1 e 16.1.2, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento e/ou registro em sistema.

17.4.2. Os prazos referidos neste documento só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

17.5. Da sujeição a perdas e danos

17.5.1. Independentemente das sanções legais cabíveis, previstas no edital, a Contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados a PMS/SEMOB pelo descumprimento das obrigações licitatórias.

18. ANEXOS

18.1. Anexo I – ESTUDO TECNICO PRELIMINAR – ETP

19. ASSINATURA

19.1. Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, que corresponde à seleção de empresa especializada com vistas à execução dos serviços referentes a Contratação de empresas para a execução de serviços de engenharia relacionados à reforma e ampliação do Posto de Saúde localizado no bairro Alto Pindorama, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Salinópolis, para constar como anexo ao edital. O Termo de Referência está adequado ao que dispõe o Inciso I e o §2º do Art. 9º do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, bem como ao que dispõe o Art. 4º CAPUT da Instrução Normativa nº 01/MT, de 04 de outubro de 2007.

Salinópolis – PA, 27 de fevereiro de 2024.

Tiago Pinto Ghammachi



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



Eng.º Civil - CREA/PA 22.540
Secretário Municipal de Obras
Decreto nº 060/2021

APROVO

Marcia Beatriz Gomes da Silva
Secretária Municipal de Educação





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

**ESTUDO TECNICO PRELIMINAR – ETP
Processo Administrativo Nº 04030001/24**

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Objeto:

Constitui objeto deste Estudo Técnico Preliminar, a futura Contratação de serviços de Engenharia para a execução: CONSTRUÇÃO DE ARENA SOCIETY NA VILA DO CUIARANA E CONSTRUÇÃO DE ARENA SOCIETY NA VILA DO SÃO BENTO, localizado no município de Salinópolis/PA.

Categoria do objeto:

Serviços de Engenharia.

2. NECESSIDADES

Descrição da Necessidade

A Prefeitura de Salinópolis/PA irá abrir licitação na modalidade de Concorrência Pública, menor preço, executada pelo regime de empreitada por preço global por item. A construção de uma arena society pública em uma comunidade rural oferece diversos benefícios, incluindo a promoção da saúde e bem-estar através da prática de atividades físicas, o fortalecimento da comunidade ao proporcionar um ponto de encontro, o aumento das opções de lazer, o desenvolvimento de talentos locais em esportes como o futebol, a promoção da inclusão social e a utilização sustentável do espaço. Essa iniciativa melhora a qualidade de vida dos moradores e contribui para o desenvolvimento geral da região.

Área Requisitante

Secretaria: Secretaria Municipal de Educação

Responsável: Márcia Beatriz Gomes da Silva

Descrição dos Requisitos da Contratação

O licitante deve proporcionar a execução do objeto, com a finalidade de atender as especificações técnicas descritas em cada projeto básico, conforme condições, quantidades, exigências e



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

estimativas a serem estabelecidas neste estudo técnico preliminar, assim como as estabelecidas nos Memoriais Descritivos de cada obra.

Os prazos de execuções dos serviços devem estar em acordo com os cronogramas de execuções descritos em cada projeto básico.

Os serviços a serem executados, constam nos projetos e planilhas orçamentárias referenciais de cada obra.

Executar e assegurar as necessidades pertinentes à cada obra que porventura surjam no decorrer de suas execuções.

Entende-se, portanto, que a contratação nos presentes termos, atende aos requisitos exigidos na Legislação em vigor.

3. SOLUÇÃO

Levantamento de Mercado

Considerando a planilha orçamentária referencial apresentada, foram discriminados os valores unitários estimados de todos os serviços, inclusive os insumos, mão de obra e demais, ou seja, todos os custos diretos e indiretos para a execução de cada serviço descrito nas planilhas de cada obra, os preços unitários referenciais são de bases de dados como: SINAPI/PA, SEOP/PA, SICRO/PA e composições próprias.

As referências para os valores máximos aceitáveis serão baseadas na citada planilha referencial da obra (anexa).

Descrição da Solução como um todo

As descrições detalhadas das soluções estão previstas nos memoriais descritivos/planilhas orçamentárias referenciais de cada obra (documentos anexos).

Estimativa das Quantidades a serem contratadas

Os serviços compreendem os descritos nas planilhas orçamentárias de cada obra.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Os quantitativos estimados para a contratação são resultantes do levantamento de necessidade de serviços, materiais e equipamentos, com detalhamentos constantes nos anexos deste instrumento para cada obra.

Estimativa de valor da Contratação

Considerando as planilhas orçamentárias referenciais apresentadas, foram discriminados os valores unitários estimados de todos os serviços, inclusos os insumos, mão de obra e demais, ou seja, todos os custos diretos e indiretos para a execução de cada serviço descrito nas planilhas de cada obra, os preços unitários referenciais são de bases de dados como: SINAPI/PA, SEOP/PA, SICRO/PA e composições próprias.

As referências para os valores máximos aceitáveis serão baseadas nas citadas planilhas referenciais de cada obra (anexas).

Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Fazem parte deste processo, duas obras em duas vilas distintas, ao analisar cada projeto e as respectivas planilhas orçamentárias, percebe-se o seguinte sobre os parcelamentos:

1. Inviáveis tecnicamente dividir cada obra, os serviços se correlacionam, ou seja, fazer um serviço é pressuposto para fazer o seguinte e assim sucessivamente, ao dividir teríamos várias empresas executando tarefas que estariam correlacionadas, o desempenho ruim de uma empresa afetaria as demais, sendo que as obras não são complexas, isso poderia implicar em uma complexa e desnecessária demanda para a fiscalização do contrato, uma vez que os serviços deixariam de apresentar um padrão de qualidade, gerando, inclusive, ingerência entre as diversas empresas, caso o objeto fosse dividido em lotes independentes;
2. Economicamente inviável, não há nenhum serviço especializado e que represente um percentual significativo no valor total de cada empreendimento para justificar sua separação em cada uma das três obras;
3. A entrega do direito de prestar serviços a empresas diferentes em cada obra, associaria riscos de fracasso e de prejuízos irreparáveis ao erário;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Recomenda-se que a licitação para a contratação de que trata o objeto deste, por meio de preço global por item, nos moldes em que se encontra, permitirá à Administração uma maior economia com o ganho de escala, haja vista que os licitantes poderão vir a ofertar preços mais competitivos, sem restringir a competitividade.

A possível contratação em dois ITENS possibilitará maior adesão e competitividade ao certame pelo mercado, em razão do serviço dos projetos contemplados, ampliando o interesse do mercado, evitando-se assim a necessidade de iniciar nova licitação para o atendimento da demanda em questão.

Os itens seriam:

Item 1 – CONSTRUÇÃO DE ARENA SOCIETY NA VILA DO CUIARANA, PERTENCENTE A E.M.E.F. JULIANO MONTEIRO;

Item 2 - CONSTRUÇÃO DE ARENA SOCIETY NA VILA DO SÃO BENTO, PERTENCENTE A E.M.E.I.F. SÃO BENTO.

Contratação Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que os objetivos destas contratações sejam atingidos. Assim destaca-se ainda que, os serviços a serem executados para atender aos objetos não geram vínculos empregatícios entre os empregados da(s) Contratada(s) e a Prefeitura Municipal de Salinópolis/PA, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta, nos termos do artigo 3º da consolidação das leis trabalhistas (CLT).

Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Destaca-se que a presente contratação está prevista no cronograma de Licitações e foi incluída no Plano de Contratações Anual - PCA 2024 da Prefeitura Municipal de Salinópolis.

4. PLANEJAMENTO

Benefícios a serem alcançados com a contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Os serviços indicados neste estudo têm por objetivo as análises, levantamentos de requisitos e fiscalizações das obras, para posterior contratação de empresa que executará o serviço de **CONSTRUÇÃO DE ARENA SOCIETY NA VILA DO CUIARANA E CONSTRUÇÃO DE ARENA SOCIETY NA VILA DO SÃO BENTO**, localizados no município de Salinópolis/PA.

No que tange os recursos humanos, a prestação dos serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

Providencias a serem adotadas

A Administração poderá tomar as seguintes providências previamente ao contrato:

- Definição dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão dos contratos;
- Capacitação dos fiscais e gestores a respeito do tema objeto de cada contratação;
- Definições dos locais onde serão armazenados os equipamentos da CONTRATADA;
- Definição dos planos de trabalhos com vistas às boas execuções do contrato;
- Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias nos objetos a serem contratados.

Possível impacto Ambiental

O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público, tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- a) A observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- b) O emprego apurado dos recursos públicos;
- c) Conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- d) Uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta;
- e) Remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

f) Observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT.

No art. 45, Lei nº 14.133/21 determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras CONTRATADAS, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obra CONTRATADA.

Na mesma acepção a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

Sob esse viés normativo, a contratação pretendida nesta Concorrência Eletrônica caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura CONTRATADA empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

Tal entendimento consta do art.6º, inciso XXV da Lei nº 14.133 de 2021 que dispõe que deve o Termo de Referência conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, de modo que assegure o tratamento apropriado do impacto ambiental.

Diante disso, na execução da reforma deverá a CONTRATANTE e a CONTRATADA a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução da obra.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

5. VIABILIDADE

Declaração de Viabilidade

Considerando a evidente necessidade de contratação de empresa(s) que executará(ão) os serviços de CONSTRUÇÃO DE ARENA SOCIETY NA VILA DO CUIARANA E CONSTRUÇÃO DE ARENA SOCIETY NA VILA DO SÃO BENTO localizados no município de Salinópolis/PA, e considerando que há recursos orçamentários alocados para atender as despesas do presente objeto, CONCLUI-SE PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO PRETENDIDA.

6. ANEXOS

Integram este Estudo Técnico Preliminar, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO A – Planilha Orçamentaria Arena Society da Vila do Cuiarana

ANEXO B – Projetos Executivos Arena Society da Vila do Cuiarana

ANEXO C – Memorial Descritivo Arena Society da Vila do Cuiarana

ANEXO D – Planilha Orçamentaria Arena Society da Vila do São Bento

ANEXO E – Projetos Executivos Arena Society da Vila do São Bento

ANEXO F – Memorial Descritivo Arena Society da Vila do São Bento

Salinópolis, 27 de fevereiro de 2024.

**TIAGO PINTO GHAMMACHI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS
DECRETO nº 060/2021-GAB/PMS**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

**ANEXO A – Planilha Orçamentaria Arena Society da
Vila do Cuiarana**



Minha Empresa
CNPJ:

ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

OBRA: CONSTRUÇÃO DE UMA ARENA SOCIETY NA VILA DE CUIARANA

DESEMBOLSO: R\$ 550.017,13

BDI ADOTADO: 28,82%

REFERÊNCIAS: SINAPI-PA DEZ/2023; SEOP FEVEREIRO/2024



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA REFERENCIAL

REF	COD	ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QUANT	R\$ UNIT S/BDI	R\$ UNIT C/BDI	PARCIAL	PESO
		1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES				SUBTOTAL	R\$ 77.358,60	14,06%
SEOP	011340	1.1	Placa de obra em lona com plotagem de gráfica	m²	6,00	R\$ 191,47	R\$ 246,65	R\$ 1.479,90	0,27%
SINAPI	93208	1.2	EXECUÇÃO DE ALMOXARIFADO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, INCLUSO PRATELEIRAS. AF_02/2016	m²	15,00	R\$ 922,51	R\$ 1.188,38	R\$ 17.825,70	3,24%
SEOP	11350	1.3	Tapume metálico	m²	300,00	R\$ 150,22	R\$ 193,51	R\$ 58.053,00	10,55%
		2.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL				SUBTOTAL	R\$ 40.904,78	7,44%
CPU	CPU 01	2.1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	uni	1,00	R\$ 31.753,44	R\$ 40.904,78	R\$ 40.904,78	7,44%
		3.0	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO				SUBTOTAL	R\$ 15.599,56	2,84%
CPU	CPU02	3.1	Mobilização de canteiro de obras	uni	1,00	R\$ 6.054,79	R\$ 7.799,78	R\$ 7.799,78	1,42%
CPU	CPU03	3.2	Desmobilização de canteiro de obras	uni	1,00	R\$ 6.054,79	R\$ 7.799,78	R\$ 7.799,78	1,42%
		4.0	MOVIMENTOS DE TERRA				SUBTOTAL	R\$ 20.170,17	3,67%
SINAPI	93358	4.1	Escavação de valas até 1,30m, de forma manual	m³	8,92	R\$ 78,88	R\$ 101,61	R\$ 906,36	0,16%
SINAPI	101616	4.2	Preparo de fundo de vala de forma manual	m²	19,21	R\$ 5,77	R\$ 7,43	R\$ 142,73	0,03%
SINAPI	104737	4.3	Reaterro manual compactado com placa vibratória	m³	8,92	R\$ 40,99	R\$ 52,80	R\$ 470,98	0,09%
SEOP	20177	4.4	Bota fora DMT=200m	m³	8,92	R\$ 81,80	R\$ 105,37	R\$ 939,90	0,17%
SINAPI	104738	4.5	ATERRO MECANIZADO DE VALA COM MINICARREGADEIRA, COM SOLO ARENOSO.	m³	180,00	R\$ 76,38	R\$ 98,39	R\$ 17.710,20	3,22%
		5.0	FUNDAÇÕES				SUBTOTAL	R\$ 25.997,29	4,73%
SINAPI	96619	5.1	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_08/2017	m²	18,40	R\$ 38,83	R\$ 50,02	R\$ 920,37	0,17%
SINAPI	104488	5.2	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA PARA EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, PARA EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL TÉRREA, FCK = 25 MPA. AF_11/2022	m³	7,36	R\$ 2.644,92	R\$ 3.407,19	R\$ 25.076,92	4,56%
		6.0	PISOS				SUBTOTAL	R\$ 180.695,77	29,75%
SEOP	260850	6.1	CAMADA DE SEIXO FINO LAVADO, 5CM, COM ESPALHAMENTO	m³	33,48	R\$ 279,90	R\$ 360,57	R\$ 12.071,88	2,19%
CPU	CPU04	6.2	CAMADA DE PEDRISCO/BRITA 0, 3CM (4,8 A 9,5 MM), COM ESPALHAMENTO	m³	23,91	R\$ 292,56	R\$ 376,88	R\$ 9.011,20	1,64%

Minha Empresa
CNPJ:

SINAPI	98557	6.3	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS (NA CAMADA DO SEIXO)	m²	478,24	R\$ 40,81	R\$ 52,57	R\$ 25.141,08	4,57%
SINAPI	98557	6.4	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS (NA CAMADA DO PEDRISCO)	m²	478,24	R\$ 40,81	R\$ 52,57	R\$ 25.141,08	4,57%
SINAPI	104742	6.5	Compactação com rolo compressor - seixo	m²	478,24	R\$ 8,40	R\$ 10,82	R\$ 5.174,56	0,94%
SINAPI	104742	6.6	Compactação com rolo compressor - pedrisco	m²	478,24	R\$ 8,40	R\$ 10,82	R\$ 5.174,56	0,94%

Minha Empresa
CNPJ:

SEINFRA	C4849	6.7	GRAMA SINTÉTICA ESPORTIVA PARA FUTEBOL EM POLIETILENO, COM ALTURA MINIMA DE 50MM, INCLUSO FORNECIMENTO E MONTAGEM, FRETE, CAMADA DE AREIA SOBRE A GRAMA, CAMADA DE BORRACHA GRANULADA SOBRE A GRAMA, DEMARCAÇÃO EM GRAMA SINTETICA NA COR BRANCA, PROTEÇÃO UV E GARANTIA DE 5 ANOS (mão de obra especializada)	m²	478,24	R\$ 133,04	R\$ 171,38	R\$ 81.960,77	14,90%
SEOP	130492	6.8	CALÇADA (INCLUSO, ALICERCE, BALDRAME E CONCRETO COM JUNTA SECA)	m²	98,00	R\$ 134,82	R\$ 173,68	R\$ 17.020,64	3,09%
		7.0	PAREDES, ALAMBRADO E PINTURAS				SUBTOTAL	R\$ 119.339,64	21,71%
SINAPI	89470	7.1	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM), FBK = 4,5 MPA, UTILIZANDO COLHER DE PEDREIRO.	m²	119,60	R\$ 98,40	R\$ 126,76	R\$ 15.160,50	2,76%
SINAPI	87878	7.2	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_06/2014	m²	239,20	R\$ 5,09	R\$ 6,56	R\$ 1.569,15	0,29%
SINAPI	87548	7.3	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 10MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	m²	239,20	R\$ 30,06	R\$ 38,72	R\$ 9.261,82	1,68%
SINAPI	88485	7.4	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	m²	211,60	R\$ 3,42	R\$ 4,41	R\$ 933,16	0,17%
SINAPI	88489	7.5	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	m²	211,60	R\$ 13,25	R\$ 17,07	R\$ 3.612,01	0,66%
SINAPI	102364	7.6	ALAMBRADO PARA QUADRA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIAMETRO 2", COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 10 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM	m²	276,00	R\$ 203,83	R\$ 262,57	R\$ 72.469,32	13,18%
SINAPI	100757	7.7	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020_P	m²	276,00	R\$ 45,94	R\$ 59,18	R\$ 16.333,68	2,97%
		8.0	DRENAGEM PLUVIAL				SUBTOTAL	R\$ 35.260,13	6,41%
SEDOP	180513	8.1	Canaleta em alvenaria (0.30x0.30m) rebocada internamente	m	56,00	R\$ 153,37	R\$ 197,57	R\$ 11.063,92	2,01%
SINAPI	103002	8.2	GRELHA DE FERRO FUNDIDO SIMPLES COM REQUADRO, 200 X 1000 MM, ASSENTADA COM ARGAMASSA 1 : 3 CIMENTO: AREIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	uni	56,00	R\$ 295,89	R\$ 381,17	R\$ 21.345,52	3,88%
SINAPI	89849	8.3	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO	m	23,20	R\$ 56,36	R\$ 72,60	R\$ 1.684,32	0,31%
SINAPI	99251	8.4	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,4X0,4X0,4 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_12/2020	uni	3,00	R\$ 301,81	R\$ 388,79	R\$ 1.166,37	0,21%
		9.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				SUBTOTAL	R\$ 25.260,11	1,49%
SINAPI	101877	9.1	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM PVC, DE EMBUTIR, SEM BARRAMENTO, PARA 3 DISJUNTORES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	uni	1,00	R\$ 52,73	R\$ 67,93	R\$ 67,93	0,01%
SINAPI	92664	9.2	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	uni	2,00	R\$ 52,27	R\$ 67,33	R\$ 134,66	0,02%
SINAPI	96985	9.3	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	uni	1,00	R\$ 78,91	R\$ 101,65	R\$ 101,65	0,02%
SEOP	171110	9.4	CONECTOR PARA HASTE DE ATERRAMENTO 5/8" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	uni	1,00	R\$ 9,09	R\$ 11,71	R\$ 11,71	0,00%

Minha Empresa
CNPJ:

SINAPI	91930	9.5	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. "VERDE"	m	105,06	R\$ 9,09	R\$ 11,71	R\$ 1.230,25	0,22%
SINAPI	91930	9.6	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. "VERMELHO"	m	105,06	R\$ 9,09	R\$ 11,71	R\$ 1.230,25	0,22%
SINAPI	91930	9.7	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. "PRETO"	m	105,06	R\$ 9,09	R\$ 11,71	R\$ 1.230,25	0,22%
SINAPI	91930	9.8	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. "AZUL"	m	105,06	R\$ 9,09	R\$ 11,71	R\$ 1.230,25	0,22%
CPU	CPU 05	9.9	REFLETOR LED 400W 220W A PROVA D'ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	uni	12,00	R\$ 198,89	R\$ 256,21	R\$ 3.074,52	0,56%
CPU	CPU 06	9.10	POSTE METÁLICO EM TUBO GALVANIZADO, PINTADO, H=6.0 M, D=3", INCLUSO A CRUZETA	uni	6,00	R\$ 1.361,93	R\$ 1.754,44	R\$ 10.526,64	1,91%
SINAPI	97886	9.11	CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA COM TAMPA DE CONCRETO 30X30CM	uni	9,00	R\$ 173,83	R\$ 223,93	R\$ 2.015,37	0,37%
SINAPI	91871	9.12	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO 3/4"	m	252,24	R\$ 13,56	R\$ 17,47	R\$ 4.406,63	0,80%
		10.0	EQUIPAMENTOS				SUBTOTAL	R\$ 4.643,08	0,84%
CPU	CPU 07	9.1	Conjunto de Traves oficiais de futsal 3,00 X 2,00 m em tubo de aço galv. 3" incluso pintura	uni	1,00	R\$ 4.643,08	R\$ 4.643,08	R\$ 4.643,08	0,84%
		11.0	LIMPEZA				SUBTOTAL	R\$ 4.788,00	0,87%
SEOP	270220	10.1	Limpeza geral e entrega da obra	m²	600,00	R\$ 6,82	R\$ 7,98	R\$ 4.788,00	0,87%
							R\$ TOTAL	R\$ 550.017,13	93,8%

Tiago Pinto Ghammachi
Secretário Municipal de obras
Decreto nº 060/2021



MEMÓRIA DE CÁLCULO

ITEM	DESCRIÇÃO
------	-----------

1.1	SERVIÇOS PRELIMINARES
-----	-----------------------

1.1	Placa de obra em lona com plotagem de gráfica			
	Descrição	Compr	Largura	Parcial
	Placa da obra	3,00 m	2,00 m	6,00 m ²
			Total	6,00 m ²

1.2	EXECUÇÃO DE ALMOXARIFADO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, INCLUSO PRATELEIRAS. AF_02/2016			
	Descrição	Compr	Largura	Parcial
	Almoxarifado	5,00 m	3,00 m	15,00 m ²
			Total	15,00 m ²

1.3	Tapume metálico			
	Descrição	Perím	Alt	Parcial
	Tapume metálico	120,00 m	2,50 m	300,00 m ²
			Total	300,00 m ²

2.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL
-----	---------------------

2.1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	
	Descrição	Quant
	Equipe técnica	1,00
	Total	1,00

3.0	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO
-----	------------------------------

3.1	Mobilização de canteiro de obras	
	Descrição	Quant
	Mobilização de canteiro de obras	1,00
	Total	1,00

3.2	Desmobilização de canteiro de obras	
	Descrição	Quant
	Mobilização de canteiro de obras	1,00
	Total	1,00

4.0	MOVIMENTOS DE TERRA
-----	---------------------

4.1	Escavação de valas até 1,30m, de forma manual				
	Descrição	Comp	Largura	Alt.média	Parcial
	Viga baldrame	92,00 m	0,20 m	0,40 m	7,36 m ³
	Escavação p/sistema de drenagem pluvial - tubulação	20,84 m	0,25 m	0,30 m	1,56 m ³
				Total	8,92 m ³

4.2	Preparo de fundo de vala de forma manual			
	Descrição	Comp	Largura	Parcial
	Escavação p/sistema de drenagem - canaletas	56,00 m	0,25 m	14,00 m ²
	Escavação p/sistema de drenagem pluvial - tubulação	20,84 m	0,25 m	5,21 m ²
			Total	19,21 m ²

4.3	Reaterro manual compactado com placa vibratória
-----	---

	Descrição	Vol.Esc	Parcial
	Escavação p/sistema de drenagem pluvial	8,92 m³	8,92 m³
		Total	8,92 m³

4.4	Bota fora DMT=200m		
	Descrição	Parcial	

	Escavação p/sistema de drenagem pluvial	8,92 m³
	Total	8,92 m³

4.5	ATERRO MECANIZADO DE VALA COM MINICARREGADEIRA, COM SOLO ARENOSO.				
	Descrição	Comp	Largura	Altura	Parcial
	Arena de futebol	30,00 m	20,00 m	0,30 m	180,00 m³
				Total	180,00 m³

5.0 FUNDAÇÕES

5.1	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_08/2017				
	Descrição	Comp	Largura	Parcial	
	Viga Baldrame	92,00 m	0,20 m	18,40 m²	
			Total	18,40 m²	

5.2	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA PARA EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, PARA EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL TÉRREA, FCK = 25 MPA. AF_11/2022				
	Descrição	Comp	Largura	Altura	Parcial
	Viga Baldrame	92,00 m	0,20 m	0,40 m	7,36 m³
			Total	7,36 m³	

6.0 PISOS

6.1	CAMADA DE SEIXO FINO LAVADO, 5CM, COM ESPALHAMENTO			
	Descrição	Área	Altura	Área
	Árena de futebol	478,24 m²	0,07 m	33,48 m³
			Total	33,48 m³

6.2	CAMADA DE PEDRISCO/BRITA 0, 3CM (4,8 A 9,5 MM), COM ESPALHAMENTO			
	Descrição	Área	Altura	Área
	Árena de futebol	478,24 m²	0,05 m	23,91 m³
			Total	23,91 m³

6.6	Compactação com rolo compressor - pedrisco	
	Descrição	Área
	Árena de futebol	478,24 m²
	Total	478,24 m²

6.7	GRAMA SINTÉTICA ESPORTIVA PARA FUTEBOL EM POLIETILENO, COM ALTURA MINIMA DE 50MM, INCLUSO FORNECIMENTO E MONTAGEM, FRETE, CAMADA DE AREIA SOBRE A GRAMA,	
	Descrição	Área
	Árena de futebol	478,24 m²
	Total	478,24 m²

6.8	CALÇADA (INCLUSO, ALICERCE, BALDRAME E CONCRETO COM JUNTA SECA)			
	Descrição	Perímetro	Largura	Área
	Árena de futebol	98,00 m	1,00 m	98,00 m²
			Total	98,00 m²

7.0 PAREDES, ALAMBRADO E PINTURAS

7.1	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM), FBK = 4,5 MPA, UTILIZANDO COLHER DE PEDREIRO.			
	Descrição	Perim	Altura	Área
	Mureta arena de futebol	92,00 m	1,30 m	119,60 m²
			Total	119,60 m

7.2	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_06/2014			
------------	--	--	--	--

	Descrição	Perim	nº vezes	Altura	Área
	Mureta arena de futebol	92,00 m	2,00	1,30 m	239,20 m²
	Total				239,20 m²

7.3	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 10MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014				
	Descrição	Perim	nº vezes	Altura	Área
	Mureta arena de futebol	92,00 m	2,00	1,30 m	239,20 m²
		Total			239,20 m²

7.4	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014				
	Descrição	Perim	Altura	Área	
	Mureta arena de futebol h=1,00m-interno	92,00 m	1,00 m	92,00 m²	
	Mureta arena de futebol h=1,30m-externo	92,00 m	1,30 m	119,60 m²	
			Total	211,60 m²	

7.5	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014				
	Descrição	Perimetro	Altura	Faces	
	Mureta arena de futebol h=1,00m-interno	92,00 m	1,00 m	92,00 m²	
	Mureta arena de futebol h=1,30m-externo	92,00 m	1,30 m	119,60 m²	
			Total	211,60 m²	

7.6	ALAMBRADO PARA QUADRA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE ACO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIAMETRO 2", COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 10 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM)				
	Descrição	Área			
	Laterais	122,00 m²			
	Fundos	154,00 m²			
		Total	276,00 m²		

7.7	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020_P				
	Descrição	Área			
	Laterais	122,00 m²			
	Fundos	154,00 m²			
		Total	276,00 m²		

8.0	DRENAGEM PLUVIAL				
-----	------------------	--	--	--	--

8.1	Canaleta em alvenaria (0.30x0.30m) rebocada internamente				
	Descrição	Perimetro			
	arena de futebol	56,00 m			
		Total	56,00 m		

8.2	GRELHA DE FERRO FUNDIDO SIMPLES COM REQUADRO, 200 X 1000 MM, ASSENTADA COM ARGAMASSA 1 : 3 CIMENTO: AREIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021				
	Descrição	Quant			
	Grelhas para canaletas de drenagem	56,00			
		Total	56,00		

8.3	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO				
	Descrição	Compr			
	Sistema de Drenagem pluvial	23,20 m			
		Total	23,20 m		

8.4	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,4X0,4X0,4 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_12/2020				
	Descrição	Quant			
		3,00			
		Total	3,00		

9.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
-----	-----------------------

9.1	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM PVC, DE EMBUTIR, SEM BARRAMENTO, PARA 3 DISJUNTORES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	
	Descrição	Quant
	Iluminação Arena de futebol	1,00 uni
	Total	1,00 uni

9.2	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	
	Descrição	Quant
	Iluminação Arena de futebol	2,00 uni
	Total	2,00 uni

9.3	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	
	Descrição	Quant
	Iluminação Arena de futebol	1,00 uni
	Total	1,00 uni

9.4	CONECTOR PARA HASTE DE ATERRAMENTO 5/8"	
	Descrição	Quant
	Iluminação Arena de futebol	7,00 uni
	Total	7,00 uni

9.5	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. "VERDE"	
	Descrição	Quant
	Iluminação Arena de futebol	105,06 m
	Total	105,06 m

9.6	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. "VERMELHO"	
	Descrição	Quant
	Iluminação Arena de futebol	105,06 m
	Total	105,06 m

9.7	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. "PRETO"	
	Descrição	Quant
	Iluminação Arena de futebol	105,06 m
	Total	105,06 m

9.8	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. "AZUL"	
	Descrição	Quant
	Iluminação Arena de futebol	105,06 m
	Total	105,06 m

9.9	REFLETOR LED 400W 220W A PROVA D'ÁGUA FORNECIMENTO E	
	Descrição	Quant
	Iluminação Arena de futebol	12,00 uni
	Total	12,00 uni

9.10	POSTE METÁLICO EM TUBO GALVANIZADO, PINTADO, H=6.0 M,	
	Descrição	Quant
	Iluminação Arena de futebol	6,00 uni
	Total	6,00 uni

9.11	CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA COM TAMPA DE	
	Descrição	Quant
	Iluminação Arena de futebol	9,00 uni
	Total	9,00 uni

9.12	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO 3/4"	
	Descrição	Quant
	Iluminação Arena de futebol	252,24 m
	Total	252,24 m

10.0	EQUIPAMENTOS
-------------	---------------------

9.1	Conjunto de Traves oficiais de futsal 3,00 X 2,00 m em tubo de aço galv. 3" incluso pintura	
	Descrição	Quant
	arena de Futebol	1,00
	Total	1,00

11.0	LIMPEZA
-------------	----------------

10.1	Limpeza geral e entrega da obra	
	Ambiente	Área
	Limpeza	600,00 m ²
	Total	600,00 m²

Tiago Pinto Ghammachi
 Secretário Municipal de obras
 Decreto nº 060/2021



COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

ITEM	DESCRIÇÃO					
CPU 01	2.1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL				
REF	COD	DESCRIÇÃO	UNI	COEF	R\$ UNIT	R\$ PARCIAL
SINAPI	90778	Eng. Civil Plenor c/ encargos complementares e sociais	h	72,0000	R\$ 102,22	R\$ 7.359,84
SINAPI	90776	Encarregado geral da obra c/ encargos complementares e sociais	h	528,0000	R\$ 21,37	R\$ 11.283,36
SEOP	200007	Vigia noturno com encargos complementares	h	528,0000	R\$ 24,83	R\$ 13.110,24
					R\$ TOTAL	R\$ 31.753,44

MEMÓRIA DE CÁLCULO - CPU01						
REF	COD	DESCRIÇÃO	H/DIA	DIAS/MÊS	Nº MESES	TOTAL
SINAPI	90778	Eng. Civil Plenor c/ encargos complementares e sociais	4,00	6,00	3,00	72,00
SINAPI	90776	Encarregado geral da obra c/ encargos complementares e sociais	8,00	22,00	3,00	528,00
SEOP	200007	Vigia noturno com encargos complementares	8,00	22,00	3,00	528,00

CPU02	3.1	Mobilização de canteiro de obras				
REF	COD	DESCRIÇÃO	UNI	COEF	R\$ UNIT	R\$ PARCIAL
SINAPI	88316	Sevente com encargos complementares e sociais (x4)	h	32,0000	R\$ 19,94	R\$ 638,08
SINAPI	91395	Caminhão toco, PBT 14.300 kg, carga útil máx. 9.710 kg, distância entre eixos 3,56 m, potência 185 cv, inclusive carroceria fixa aberta de madeira p/ transporte geral de carga seca	CHI	15,0000	R\$ 53,89	R\$ 808,35
SINAPI	73467	Caminhão toco, PBT 14.300 kg, carga útil máx. 9.710 kg, distância entre eixos 3,56 m, potência 185 cv, inclusive carroceria fixa aberta de madeira p/ transporte geral de carga seca	CHP	18,0000	R\$ 256,02	R\$ 4.608,36
					R\$ TOTAL	R\$ 6.054,79

CPU03	3.2	Desmobilização de canteiro de obras				
REF	COD	DESCRIÇÃO	UNI	COEF	R\$ UNIT	R\$ PARCIAL
SINAPI	88316	Sevente com encargos complementares e sociais (x4)	h	32,0000	R\$ 19,94	R\$ 638,08
SINAPI	91395	Caminhão toco, PBT 14.300 kg, carga útil máx. 9.710 kg, distância entre eixos 3,56 m, potência 185 cv, inclusive carroceria fixa aberta de madeira p/ transporte geral de carga seca	CHI	15,0000	R\$ 53,89	R\$ 808,35
SINAPI	73467	Caminhão toco, PBT 14.300 kg, carga útil máx. 9.710 kg, distância entre eixos 3,56 m, potência 185 cv, inclusive carroceria fixa aberta de madeira p/ transporte geral de carga seca	CHP	18,0000	R\$ 256,02	R\$ 4.608,36
					R\$ TOTAL	R\$ 6.054,79

CPU03	6.2	CAMADA DE PEDRISCO/BRITA 0, 3CM (4,8 A 9,5 MM), COM ESPALHAMENTO				
REF	COD	DESCRIÇÃO	UNI	COEF	R\$ UNIT	R\$ PARCIAL
SINAPI	88316	Sevente com encargos complementares e sociais	h	2,0000	R\$ 19,95	R\$ 39,90
SINAPI	91395	PEDRISCO/BRITA 0 (4,8 A 9,5MM)	M³	1,0000	R\$ 252,66	R\$ 252,66
					R\$ TOTAL	R\$ 292,56

CPU04	8.3	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO				
REF	COD	DESCRIÇÃO	UNI	COEF	R\$ UNIT	R\$ PARCIAL
SINAPI	88248	Auxiliar de encanador ou bombeiro hidráulico com encargos complementares e sociais	h	0,4500	R\$ 19,77	R\$ 8,90
SINAPI	88267	Encanador ou bombeiro hidráulico com encargos complementares e sociais	h	0,4500	R\$ 23,96	R\$ 10,78
SINAPI	88316	Servente c/ encargos sociais e complementares	h	0,2800	R\$ 19,94	R\$ 5,58
SINAPI	102933	Furadeira eletromagnética, velocidade (sem carga/com carga) 450/270 rpm-materiais na operação	h	0,2800	R\$ 1,09	R\$ 0,31
SINAPI	122	Adesivo plástico para PVC, fracos com 850g	uni	0,0429	R\$ 63,47	R\$ 2,72
SINAPI	36365	Tubo PVC vinil perfurado DN 100mm	m	1,0400	R\$ 41,74	R\$ 43,41
SINAPI	20083	Solução preparadora/limpadora para PVC, fraco com 1000cm³	uni	0,0701	R\$ 71,92	R\$ 5,04
SINAPI	38383	Lixa d'água em folha, grão 100	uni	0,1485	R\$ 1,68	R\$ 0,25
					R\$ TOTAL	R\$ 76,99

CPU05	9.9	REFLETOR LED 400W 220W A PROVA D'ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO				
REF	COD	DESCRIÇÃO	UNI	COEF	R\$ UNIT	R\$ PARCIAL
SINAPI	88247	Auxiliar de eletricitista com encargos complementares e sociais	h	0,1735	R\$ 20,72	R\$ 3,59
SINAPI	88264	Eletricista com encargos complementares e sociais	h	0,4165	R\$ 25,01	R\$ 10,42
COTAÇÃO	COT01	REFLETOR LED 400W A PROVA D'ÁGUA	uni	1,0000	R\$ 184,88	R\$ 184,88
					R\$ TOTAL	R\$ 198,89

CPU 06	9.10	POSTE METÁLICO EM TUBO GALVANIZADO, PINTADO, H=6.0 M, D=3", INCLUSO A CRUZETA				
	COD	DESCRIÇÃO	UNI	COEF	R\$ UNIT	R\$ PARCIAL
SINAPI	4750	Pedreiro com encargos sociais e complementares	h	3,000	R\$ 24,72	R\$ 74,16
SINAPI	6111	Servente com encargos sociais e complementares	h	4,000	R\$ 19,94	R\$ 79,76
SINAPI	4783	Pintor com encargos complementares	h	3,000	R\$ 26,23	R\$ 78,69
SINAPI	34466	Ajudante de pintor com encargos complementares	h	4,000	R\$ 22,05	R\$ 88,20
SINAPI	88315	Serralheiro	h	3,000	R\$ 24,53	R\$ 73,59
SINAPI	88251	Ajudante do serralheiro	h	4,000	R\$ 20,37	R\$ 81,48
SINAPI	7694	TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE LEVE, DN 80 MM (3"), E = 3,35 MM, *7,32* KG/M (NBR 5580)	m	6,000	R\$ 113,25	R\$ 679,50
SINAPI	568	CANTONEIRA DE AÇO ABAS IGUEIS DE 2"	m	2,000	R\$ 65,97	R\$ 131,94
SINAPI	11002	Eletrodo E 6013 2,50mm	kg	0,200	R\$ 60,40	R\$ 12,08
SINAPI	3768	Lixa para ferro nº 150	uni	2,000	R\$ 2,69	R\$ 5,38
SINAPI	5318	Diluyente aguarras	L	0,500	R\$ 23,74	R\$ 11,87
SINAPI	7307	Zarcão	L	0,500	R\$ 38,86	R\$ 19,43
SINAPI	43648	Tinta esmalte sintético fosco	L	1,000	R\$ 25,85	R\$ 25,85
					R\$ TOTAL	R\$ 1.361,93

CPU06	9.1	Conjunto de Traves oficiais de futsal 3,00 X 2,00 m em tubo de aço galv. 3" incluso pintura				
REF	COD	DESCRIÇÃO	UNI	COEF	R\$ UNIT	R\$ PARCIAL
SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares e sociais	h	0,1500	R\$ 24,72	R\$ 3,71
SINAPI	88316	Servente com encargos complementares e sociais	h	0,1500	R\$ 19,94	R\$ 2,99
SINAPI	88310	Pintor com encargos complementares e sociais	h	0,1500	R\$ 26,23	R\$ 3,93
SINAPI	100301	Ajudante de pintor com encargos complementares e sociais	h	0,1500	R\$ 22,05	R\$ 3,31
SINAPI	93358	Escavação manual de vala	m³	0,0150	R\$ 78,88	R\$ 1,18
SINAPI	102487	Base em concreto ciclópico 80X40cm - prof. 0,60M	m³	0,1920	R\$ 739,53	R\$ 141,99
SINAPI	25398	Traves oficiais de futsal 3,00 X 2,00 m em tubo de aço galvanizado 3"	cj	1,0000	R\$ 4.483,43	R\$ 4.483,43
SINAPI	3768	Lixa para ferro nº 150	uni	0,3000	R\$ 2,69	R\$ 0,81
SINAPI	5318	Solvente diluyente a base de aguarras	L	0,0100	R\$ 23,74	R\$ 0,24
SINAPI	7311	Esmalte acetinado	L	0,0400	R\$ 37,21	R\$ 1,49
					R\$ TOTAL	R\$ 4.643,08

Tiago Pinto Ghammachi
Secretário Municipal de obras
Decreto nº 060/2021



COTAÇÃO DE MERCADO

ITEM	DESCRIÇÃO
------	-----------

CEP CONSIDERADO P/ CÁLCULO DE FRETE: 68721-000

COT01	10.5	REFLETOR LED 400W A PROVA D'ÁGUA					
ITEM	REF	FONTE	DESCRIÇÃO	UNI	R\$ UNI	R\$ FRETE	R\$ PARCIAL
1.1	MERCADO	https://	REFLETOR LED 400W COM FRETE	UNI	R\$ 125,00	R\$ -	R\$ 125,00
1.2	MERCADO	https://	REFLETOR LED 400W COM FRETE	UNI	R\$ 169,99	R\$ 36,23	R\$ 206,22
1.3	MERCADO	https://	REFLETOR LED 400W COM FRETE	UNI	R\$ 223,41	R\$ -	R\$ 223,41
R\$ TOTAL MÉDIO							R\$ 184,88

UNI	R\$ 184,88
-----	------------

Descrição dos links	
1.1	https://www.amazon.com.br/Refletor-LED-Holofote-pot%C3%A2ncia-
1.2	https://www.plenoled.com.br/refletores-de-led-smd/refletores-smd/refletor-400w-led-smd-branco-frio-ip-
1.3	https://www.americanas.com.br/produto/2779603947/refletor-holofote-led-eco-smd-400w-branco-frio-decoracao-casa-

Tiago Pinto Ghammachi
Secretário Municipal de obras
Decreto nº 060/2021

ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

OBRA: CONSTRUÇÃO DE UMA ARENA SOCIETY NA VILA DE CUIARANA



CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	R\$ PARCIAL	PERÍODO E VALOR			%	
			1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS		
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 77.358,60	100,00%			14,06%	
			R\$ 77.358,60				100,00%
2.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	R\$ 40.904,78	34,00%	33,00%	33,00%	7,44%	
			R\$ 13.907,63	R\$ 13.498,58	R\$ 13.498,58		100,00%
3.0	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	R\$ 15.599,56	50,00%		50,00%	2,84%	
			R\$ 7.799,78		R\$ 7.799,78		100,00%
4.0	MOVIMENTOS DE TERRA	R\$ 20.170,17	100,00%			3,67%	
			R\$ 20.170,17				100,00%
5.0	FUNDAÇÕES	R\$ 25.997,29	100,00%			4,73%	
			R\$ 25.997,29				
6.0	PISOS	R\$ 180.695,77	33,50%	33,50%	33,00%	32,85%	
			R\$ 60.533,08	R\$ 60.533,08	R\$ 59.629,61		100,00%
7.0	PAREDES, ALAMBRADO E PINTURAS	R\$ 119.339,64		55,00%	45,00%	21,70%	
				R\$ 65.636,80	R\$ 53.702,84		100,00%
8.0	DRENAGEM PLUVIAL	R\$ 35.260,13	55,00%	45,00%		6,41%	
			R\$ 19.393,07	R\$ 15.867,06			100,00%
9.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 25.260,11		55,00%	45,00%	4,59%	
				R\$ 13.893,06	R\$ 11.367,05		100,00%
10.0	EQUIPAMENTOS	R\$ 4.643,08			100,00%	0,84%	
					R\$ 4.643,08		100,00%
11.0	LIMPEZA	R\$ 4.788,00			100,00%	0,87%	
					R\$ 4.788,00		100,00%
	R\$ SIMPLES	R\$ 550.017,13	R\$ 225.159,62	R\$ 169.428,58	R\$ 155.428,94	100,00%	
	% SIMPLES		40,94%	30,81%	28,26%	100,00%	
	R\$ ACUMULADO		R\$ 225.159,62	R\$ 394.588,20	R\$ 550.017,14	R\$ 550.017,13	
	% ACUMULADO		40,94%	71,75%	100,01%	100,00%	

Tiago Pinto Ghammachi
Secretário Municipal de obras
Decreto nº 060/2021

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
OBRA: CONSTRUÇÃO DE UMA ARENA SOCIETY NA VILA DE CUIARANA



COMPOSIÇÃO DE BDI

ITEM	DESCRIÇÃO	%
1.0	CUSTOS INDIRETOS	5,36%
1.1	Administração Central	3,00%
1.2	Seguros + Garantia	0,80%
1.3	Riscos	0,97%
1.5	Despesas Financeiras	0,59%
2.0	TRIBUTOS	13,15%
2.1	Pis	0,65%
2.2	Cofins	3,00%
2.3	ISS	5,00%
2.4	CPRB	4,50%
3.0	LUCRO	6,160%
3.1	Lucro	6,160%
4.0	TAXA TOTAL DE BDI	28,82%

Segundo Acórdão 2622/2013 do Tribunal de Contas da União – TCU, o cálculo

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G) * (1 + DF) * (1 + L)}{1 - I} - 1$$

AC → Administração Central

S → Seguro

R → Riscos

G → Garantia

DF → Despesas Financeiras

L → Taxa de Lucro/Remuneração

I → Incidência de Impostos (PIS, COFINS e ISS)

Tiago Pinto Ghammachi
Secretário Municipal de obras
Decreto nº 060/2021

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
OBRA: CONSTRUÇÃO DE UMA ARENA SOCIETY NA VILA DE CUIARANA



COMPOSIÇÃO ENCARGOS SOCIAIS

COD	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A			
A1	INSS	0,00%	0,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
A	TOTAL	16,80%	16,80%
GRUPO B			
B1	Repouso Semanal Renumerado	18,15%	Não Inside
B2	Feriados	4,16%	Não Inside
B3	Auxílio - Enfermidade	0,88%	0,64%
B4	13º Salário	11,38%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,06%	0,04%
B6	Faltas Justificadas	0,76%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	2,87%	Não Inside
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,08%
B9	Férias Gozadas	0,00%	0,00%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%
B	TOTAL	38,40%	9,68%
GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,89%	4,32%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,14%	0,10%
C3	Férias Indenizadas	12,65%	9,27%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,55%	1,87%
C5	Indenização Adicional	0,50%	0,36%
	TOTAL	21,73%	15,92%
GRUPO D			
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	6,45%	1,63%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,49%	0,36%
D	TOTAL	6,94%	1,99%
TOTAL(A+B+C+D)		83,87%	44,39%

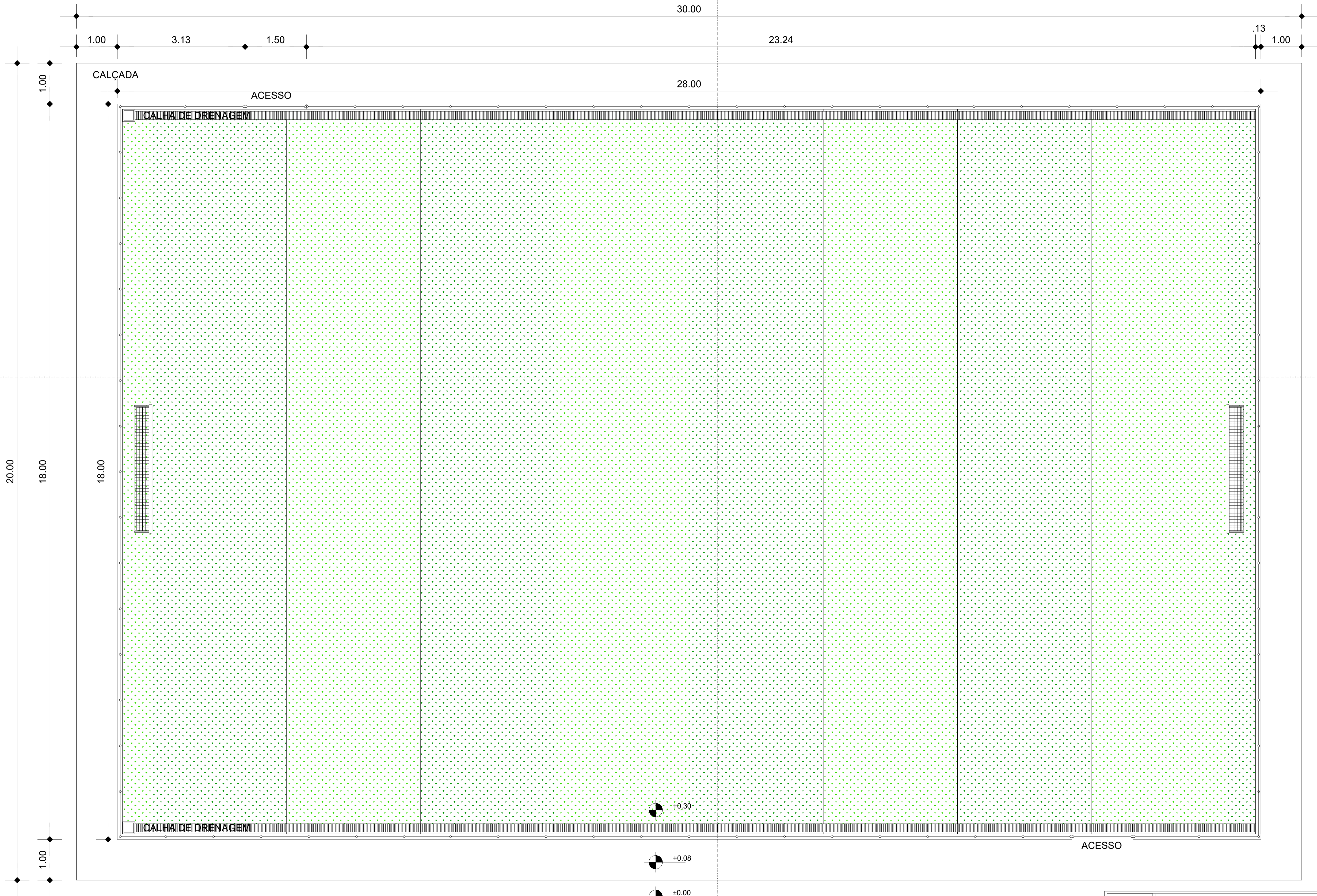
Tiago Pinto Ghammachi
Secretário Municipal de obras
Decreto nº 060/2021



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

**ANEXO B – Projetos Executivos Arena Society da Vila
do Cuiarana**





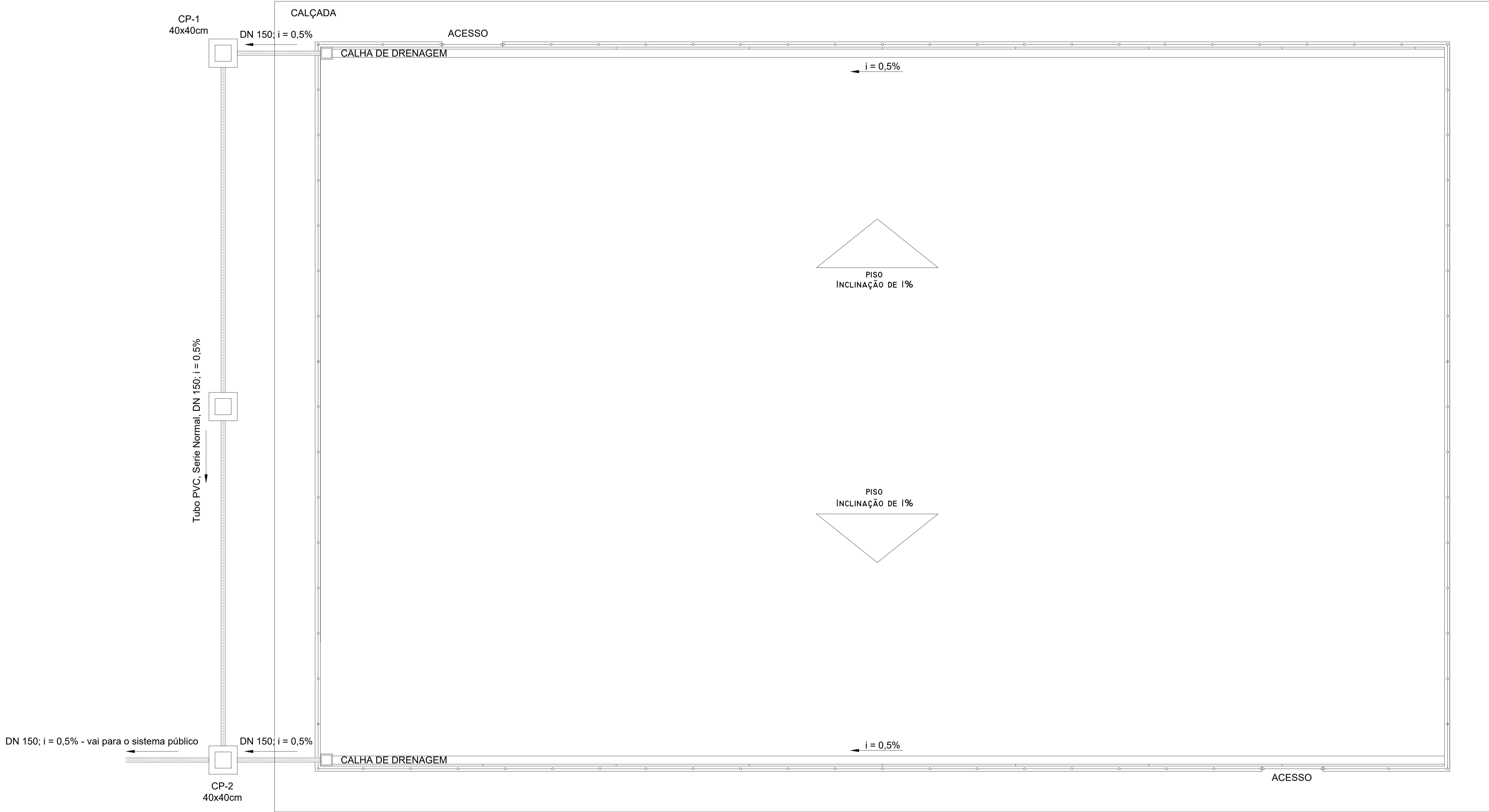
PLANTA BAIXA
ESC. 1:50

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS			
RESP. TÉCNICO:		TIAGO GHAMMACHI ENG. CIVIL - CREA 22540	
OBRA:		ARENA SOCIETY VILA DE CUIARANA	
PROJETO:		PLANTA BAIXA	
Data	Escala	Cidade	Revisão
FEVEREIRO/2024	INDICADA	SALINÓPOLIS-PA	01

PRANCHA
05
01

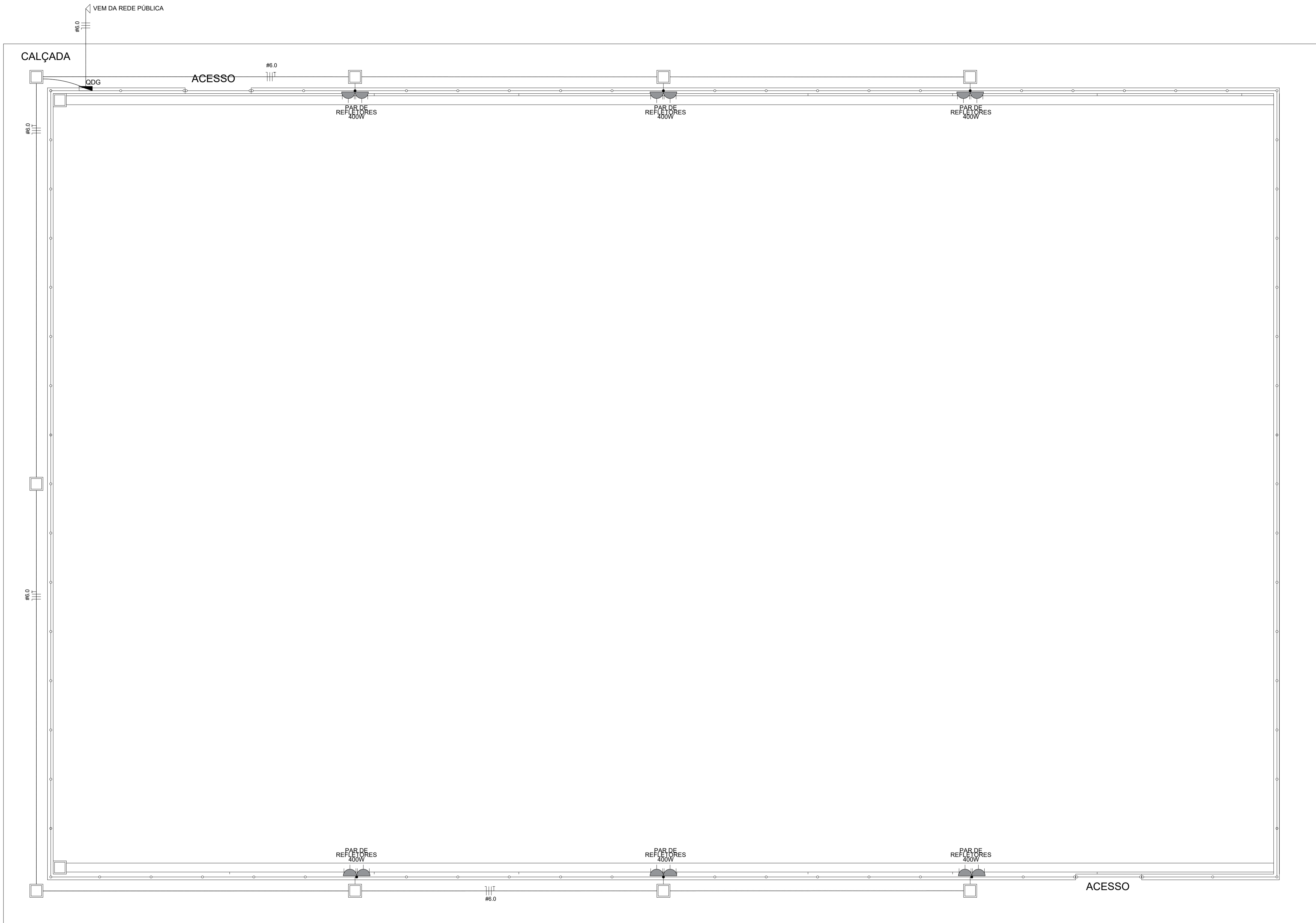


FORMATO A1 (594x841)



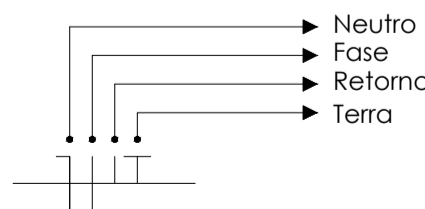
DRENAGEM PLUVIAL
ESC. 1:100

		PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS			
RESP. TEC.:		TIAGO GHAMMACHI ENG. CIVIL - CREA 22540			
OBRA:		ARENA SOCIETY VILA DE CUIARANA			PRANCHA
PROJETO:		DRENAGEM PLUVIAL			05
Data	Escala	Cidade	Revisão		
FEVEREIRO/2024	INDICADA	SALINÓPOLIS-PA	01	03	

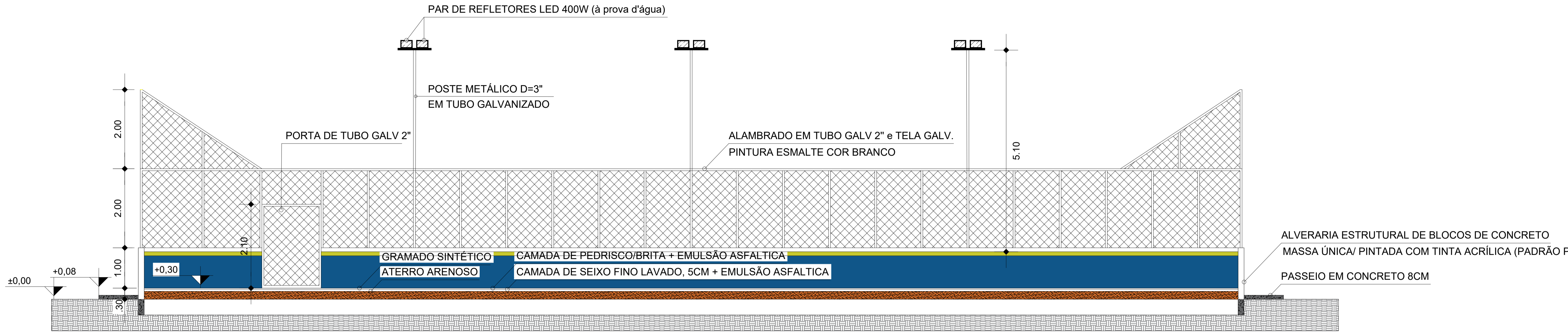


ELÉTRICO
ESC. 1:100

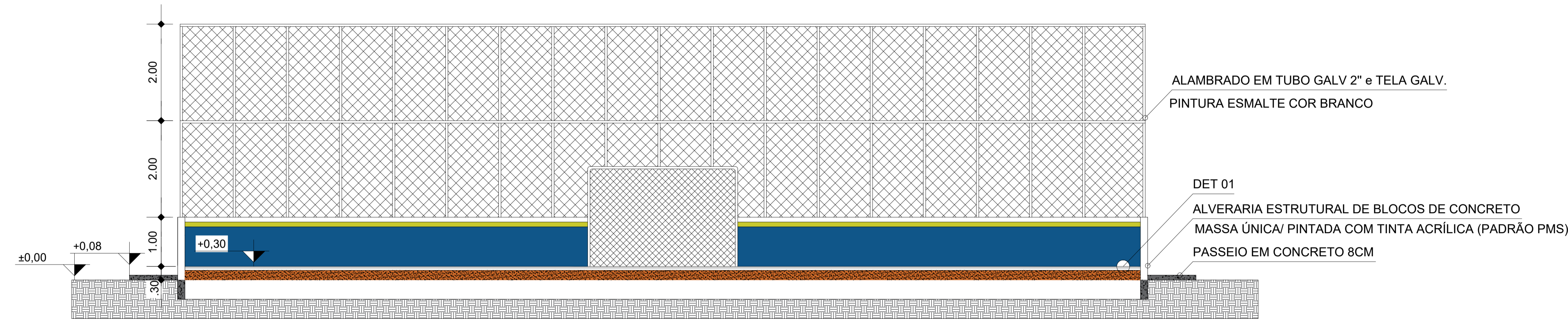
Observações:



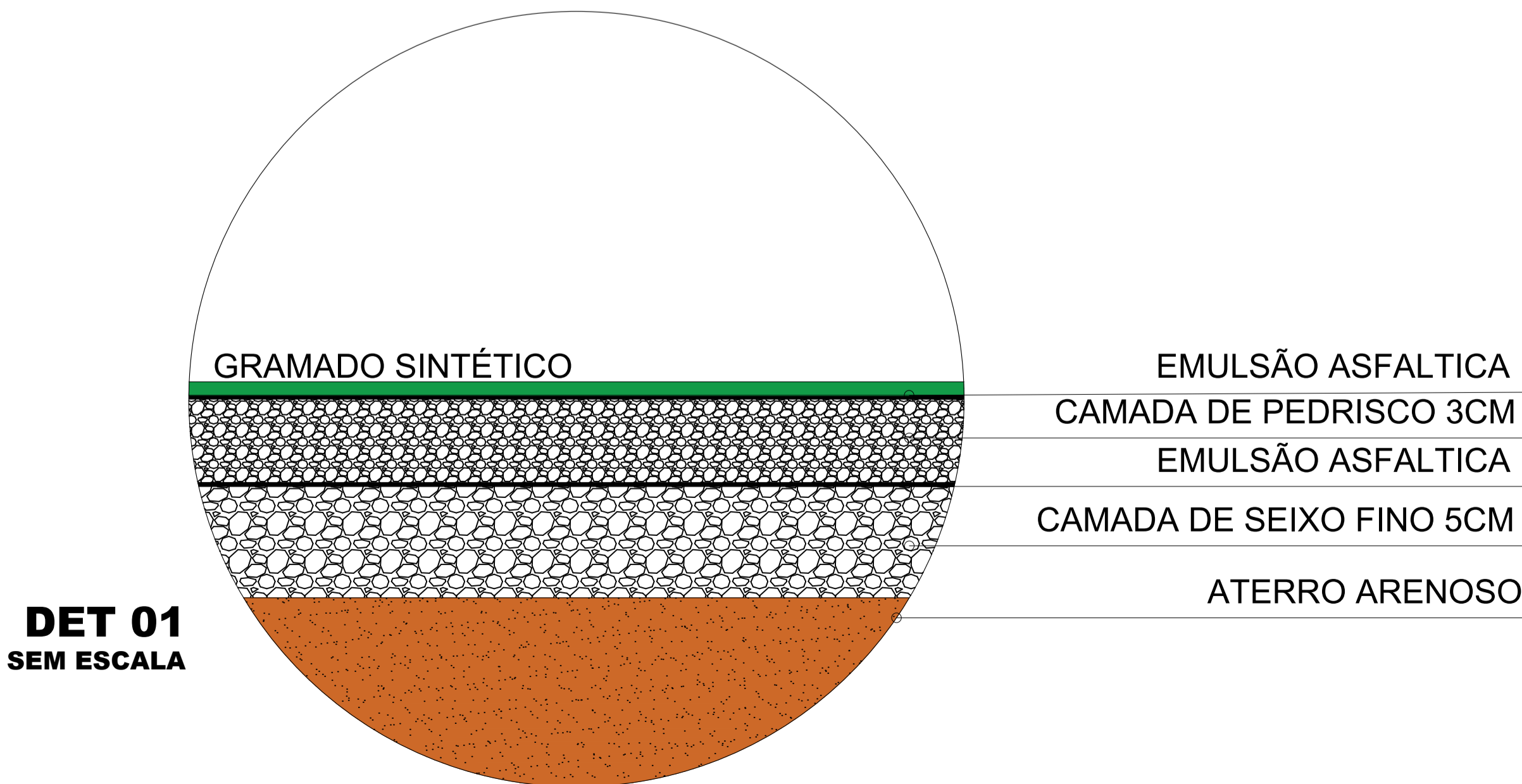
				PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS	
RESP. TÉCNICO:				TIAGO GHAMMACHI ENG. CIVIL - CREA 22540	
OBRA:				ARENA SOCIETY VILA DE CUIARANA	
PROJETO:				ELÉTRICO	
Data	Escala	Cidade	Revisão		
FEVEREIRO/2024	INDICADA	SALINÓPOLIS-PA	01		
				PRANCHA	
				05 04	



CORTE A'
ESC. 1:50



CORTE B'
ESC. 1:50



				PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS	
RESP. TÉCNICO:				TIAGO GHAMMACHI ENG. CIVIL - CREA 22540	
OBRA:				ARENA SOCIETY VILA DE CUIARANA	
PROJETO:				CORTE A'; CORTE B' e DET. 01	
Data	Escala	Cidade	Revisão		
FEVEREIRO/2024	INDICADA	SALINÓPOLIS-PA	01		

PRANCHA
05
01



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

**ANEXO C – Memorial Descritivo Arena Society da Vila
do Cuilarana**





ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

I. MEMORIAL DESCRITIVO

1. OBJETO:

Contratação de empresa para a execução de obras necessárias à **CONSTRUÇÃO DE UMA ARENA SOCIETY NA VILA DE CUIARANA**, localizada em Salinópolis-PA.

2. LOCALIZAÇÃO: Estrada Salinópolis/Cuiarana, s/nº - Salinópolis-PA

Coordenadas Geográficas:

Lat.: 9927811.27 m S

Long.: 247817.80 m E

ÁREA MARCADA EM VERMELHO



3. GENERALIDADE:

O presente Memorial e Especificações Técnicas têm por objetivo estabelecer as condições que nortearão o desenvolvimento das obras e serviços relativos à construção de uma quadra de futebol de grama sintético, no município de Salinópolis, Estado do Pará, bem como fixar as obrigações e direitos não tratados no Edital, instruções de concorrência ou contrato. Os serviços contratados serão executados, rigorosamente, de acordo com este Memorial e Especificações Técnicas e com os documentos nelas referidos: as Normas Técnicas vigentes, as especificações de materiais e equipamentos descritos e os Projetos de Arquitetura/Complementares.

Todos os itens da planilha orçamentária dizem respeito, salvo o disposto em contrário nas Especificações Técnicas, a fornecimento de material e mão de obra, por parte da contratada.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

Serão impugnados pela Fiscalização, todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais. Ficará a contratada obrigada a demolir e a refazer os trabalhos impugnados logo após o recebimento da Ordem de Serviço correspondente, ficando por sua conta exclusiva, as despesas decorrentes dessas providências.

A praça em questão se encontra atualmente desprovidas de benfeitorias, sendo apenas um canteiro central, ocupado por plantas e árvores. A revitalização da praça será de fundamental importância para a promoção de mais espaços de lazer, com novo paisagismo que deixará a praça com maior valor estético e mais aprazível aos moradores da região e visitantes, além de valorizar as moradias das proximidades, preservando os aspectos naturais e contribuindo para o bem estar social.

4. OBJETIVO:

Este memorial apresenta o estudo para “**CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA DE GRAMADO SINTÉTICO NA VILA DE CUIARANA**”. Desse modo, visa detalhar e especificar adequadamente as intervenções das instalações a serem contempladas neste local, cuja execução deverá seguir as informações contidas nos projetos.

O empreendimento visa a construção da quadra de gramado sintético, demanda por muitos solicitado na área. O propósito da intervenção é valorizar a área para as atividades esportivas relacionadas ao futebol.

As informações contidas neste Memorial Descritivo e Especificações Técnicas e os projetos Arquitetônicos e complementares interagem. Os materiais e equipamentos empregados na execução dos serviços deverão estar de acordo com as especificações e normas técnicas brasileiras da ABNT.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 Documentos para início da obra:

São de responsabilidade da contratada quaisquer despesas referentes à regularização para o início da obra tais como:

- Cadastro junto à Prefeitura Municipal local (ISS);
- Alvará de Construção de Obra;
- ART/RRT (Anotação de Responsabilidade Técnica/ Registro de Responsabilidade Técnica) de execução dos serviços contratados, com a respectiva taxa recolhida;

5.2 - Obrigações da Contratada:

5.2.1 - Quanto a materiais:

Estabelecer a programação de compra de materiais, de forma a concluir a obra no prazo fixado;

Observar rigorosamente os prazos de validade dos materiais, o que será recusado pela Fiscalização qualquer tipo de material que se encontre com o prazo de validade vencido;

Todo e qualquer material de construção que entrar no canteiro de obras deverá ser previamente aprovado pela Fiscalização. Aquele que for impugnado deverá ser retirado do canteiro, no prazo definido pela Fiscalização.

Submeter à Fiscalização, sem ônus, amostras dos materiais de acabamentos a serem utilizados na obra.



**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**

5.2.2 - Quanto à mão-de-obra:

Contratar mão-de-obra idônea, de modo a obter permanentemente na Obra, Engenheiro Civil e uma equipe de operários homogênea e eficaz, e de encarregados que assegurem o andamento satisfatório dos serviços.

É de responsabilidade da contratada o fornecimento de equipamentos de segurança aos seus empregados tais como: cintos, capacetes, etc., devendo ser obedecidas todas as normas de prevenção de acidentes.

5.2.3 - Quanto aos equipamentos e ferramentas de trabalho:

É de responsabilidade da contratada os gastos com aquisição de ferramentas, máquinas, equipamentos necessários na execução da revitalização.

5.2.4 - Quanto à administração da obra:

Manter um Engenheiro Civil qualificado na administração da obra, com carga horária mínima equivalente a dois turnos fixos, por semana.

5.3 - Segurança e saúde do trabalho:

A contratada assumirá inteira responsabilidade pela execução dos serviços subempreitados, em conformidade com a legislação vigente de Segurança e Saúde do Trabalho, em particular as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, instituídas pela Portaria nº 3.214/78 e suas alterações posteriores;

Serão de uso obrigatório os equipamentos de proteção individual estabelecidos na NR-18 e demais Normas de Segurança do Trabalho. Os equipamentos mínimos obrigatórios serão:

- Equipamentos para proteção da cabeça
- Equipamentos para Proteção Auditiva
- Equipamentos para Proteção dos membros superiores e inferiores.

A inobservância das Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Saúde do Trabalho terá como penalidade advertência por escrito e as consequentes responsabilidades legais.

5.4 - Diário de Obra:

Deverá ser mantido no canteiro um Diário de Obra, desde a data de início dos serviços, para que sejam registrados pela contratada e, a cada vistoria, pela Fiscalização, fatos, observações e comunicações relevantes ao andamento da mesma.

5.5 - Limpeza da obra:

Os locais da obra, assim como seus entornos e passeio, deverão ser mantidos limpos e desobstruídos de entulhos, durante e após a realização dos trabalhos.

5.6 - Locação de Instalações e Equipamentos:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

A contratada procederá à aferição das dimensões, dos alinhamentos, dos ângulos e de quaisquer outras indicações constantes dos projetos com as reais condições encontradas no local.

Havendo discrepâncias, que não possam ser sanadas na obra, ou modificações significativas ocorridas após a conclusão e o recebimento dos projetos, a ocorrência será comunicada à Fiscalização, que decidirá a respeito.

5.7 - Especificações de materiais e serviços:

O fornecimento de materiais, bem como a execução dos serviços obedecerá rigorosamente ao constante nos documentos:

- Normas da ABNT;
- Prescrições e recomendações dos fabricantes;
- Normas internacionais consagradas, na falta das citadas;
- Estas especificações e desenhos dos projetos.

Os materiais ou equipamentos especificados admitem equivalentes em função e qualidade. O uso destes produtos será previamente aprovado pela CONTRATANTE.

A existência de Fiscalização, de modo algum, diminui ou atenua a responsabilidade da contratada pela perfeição da execução de qualquer serviço.

Ficará a critério da Fiscalização recusar qualquer serviço executado que não satisfaça às condições contratuais, às especificações e ao bom padrão de acabamento.

A contratada ficará obrigada a refazer os trabalhos recusados pela Fiscalização.

Caberá à contratada manter o DIÁRIO DE OBRAS, no qual se farão todos os registros relativos a pessoal, materiais retirados e adquiridos, andamento dos serviços e demais ocorrências.

Caberá à contratada a responsabilidade por qualquer acidente de trabalho, bem como danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE e a terceiros.

Todas as medidas serão conferidas no local.

A quantificação é da responsabilidade das empresas LICITANTES que serão obrigadas a contemplar todos os itens constantes do projeto.

Todos os materiais serão novos, comprovadamente de primeira qualidade.

5.8 - Quanto ao andamento dos trabalhos:

Para fiel observância do contrato e perfeita execução e acabamento das obras a contratada deverá manter na obra pessoal técnico habilitado e obriga-se a prestar toda assistência técnica e administrativa, com a finalidade de imprimir aos trabalhos o ritmo necessário ao cumprimento dos prazos contratuais;

À contratada caberá a execução das instalações provisórias de água, luz, força, esgoto, etc., bem como o transporte dentro e fora do canteiro de obras.

5.9 - Do prazo de execução:

O prazo para execução dos serviços será o estabelecido no Cronograma Físico, e passará a vigorar a partir da data da emissão da Ordem de Serviço.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

II. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. SERVIÇOS PRELIMINARES

- **Placa de obra em lona com plotagem de gráfica:**

Serviço executado pela empresa CONTRATANTE com o objetivo de fornecer as informações referentes à obra.

A placa indicativa da obra deverá ser executada respeitando rigorosamente às referências cromáticas, as dimensões e os tipos de letras e logotipos do modelo apresentado pelo Órgão Público Contratante.

A placa deverá ser em lona com plotagem gráfica, armada com sarrafos de madeira.

Para fins de recebimento a unidade de medição será de acordo com o serviço executado.

- **Execução de barracão de madeira/Almoxarifado (Incluindo Instalação):**

Execução de Barracão de Madeira/Almoxarifado, conforme quantidades estabelecidas em planilha orçamentária.

Ficará a cargo exclusivo da CONTRATADA toda a providência correspondente às instalações provisórias da obra, compreendendo o aparelhamento, maquinaria e ferramenta necessária à execução dos serviços provisórios tais como: Barracão em madeira mista, com 15,00 m² de área, com instalação de luz e água. A madeira utilizada deverá ter boa qualidade, resistir às intempéries e garantir o Isolamento adequado do Local.

Para fins de recebimento a unidade de medição será de acordo com o serviço executado.

- **Tapume metálico:**

Fechamento da área ao redor da construção pra: demarcar, separar e proteger a obra e pedestres.

2. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

- **Equipe Técnica:**

A administração se dará por equipe técnica habilitada para a supervisão das atividades, portando toda a documentação necessária (projetos executivos, memorial descritivo, especificações técnicas e demais documentos cabíveis) para a perfeita execução dos serviços necessários para a conclusão da obra.

Ficará, também, a cargo da administração a manutenção do canteiro de obras no que diz respeito à segurança de todos os profissionais ali locados e eventuais transeuntes.

3. MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

A contratada deverá providenciar e programar todos os serviços relacionados na presente especificação de acordo com o cronograma e projetos elaborados.

Para fins de recebimento a unidade de medição será de acordo com o serviço executado.



**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**

4. MOVIMENTAÇÃO DE TERRA

- A movimentação de terra consistirá nas escavações para fundação, drenagem e elevação do nível da quadra com aterro arenoso, conforme projeto. Deverá ser aberta uma vala obedecendo ao alinhamento, perfil e dimensões estabelecidas e projeto. O fundo da vala deverá ser regularizado e em seguida compactado. Para corrigir o recalque produzido pela compactação, será colocado material de primeira categoria (areia), que será compactada até chegar ao nível desejado. As guias serão assentadas com a fase que não apresente falhas nem depressões, para cima de tal forma que assuma o alinhamento e o nível do projeto.

5. FUNDAÇÕES

- **Lastro de concreto magro, espessura de 5 cm:**

Aplicado na base da vala para receber a viga baldrame.

- **Composição paramétrica para execução de estruturas de concreto armado, para edificação institucional térrea, fck = 25 mpa:**

Concretagem da viga baldrame.

6. PISOS

- **Camada de seixo fino lavado, 5cm, com espalhamento:**

Primeira camada de forração da quadra, feita com seixo fino lavado, deverá ser espalhada de maneira uniforme e nivelada para receber a aplicação de emulsão asfáltica.

- **Camada de pedrisco/brita 0, 3cm (4,8 a 9,5 mm), com espalhamento:**

Primeira camada de forração da quadra, feita com pedrisco/brita 0, deverá ser espalhada de maneira uniforme e nivelada para receber a aplicação de emulsão asfáltica.

- **Impermeabilização de superfície com emulsão asfáltica, 2 demãos:**

Emulsão asfáltica é um material de composição asfáltica em dispersão na água. O termo emulsão é utilizado quando é realizada uma mistura de materiais que, por natureza, não se misturam. Deverá ser aplicada duas demãos após o seixo e outras duas demãos após o pedrisco.

- **Compactação com rolo compressor – seixo:**

Compactação mecanizada após o nivelamento do seixo e aplicação de emulsão asfáltica, com rolo compressor para melhor acomodação e nivelamento da camada que receberá o gramado sintético.



**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**

- **Compactação com rolo compressor – pedrisco:**

Compactação mecanizada após o nivelamento do pedrisco e aplicação de emulsão asfáltica, com rolo compressor para melhor acomodação e nivelamento da camada que receberá o gramado sintético.

- **Grama sintética esportiva para futebol:**

O gramado sintético possui uma série de particularidades e deve ser contratada mão de obra específica para o serviço. Grama fabricada em polietileno, com altura mínima de 50mm, incluso fornecimento e montagem, frete, camada de areia sobre a grama, camada de borracha granulada sobre a grama, demarcação em grama sintética na cor branca, proteção uv e garantia de 5 anos.

- **Calçada (incluso, alicerce, baldrame e concreto com junta seca):**

Calçamento de um metro de largura a ser construído em todo o contorno da arena da arena.

7. PAREDES, ALAMBRADO E PINTURAS

- **Alvenaria de blocos de concreto estrutural 14x19x39 cm (espessura 14 cm), fbk = 4,5 mpa:**

Paredes que delimitarão a área da quadra, conforme projeto.

- **Chapisco aplicado em alvenarias e estruturas de concreto internas, com colher de pedreiro. argamassa traço 1:3 com preparo manual:**

Aplicado nas faces internas e externas da alvenaria.

- **Massa única, para recebimento de pintura, em argamassa traço 1:2:8, preparo manual, aplicada manualmente em faces internas de paredes, espessura de 10mm, com execução de taliscas:**

Aplicado nas faces internas e externas da alvenaria.

- **Aplicação de fundo selador acrílico em paredes, uma demão:**

Aplicado nas faces internas e externas da alvenaria.

- **Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos.**

Aplicado nas faces internas e externas da alvenaria seguindo o padrão da prefeitura municipal de Salinópolis (Azul royal, amarelo ouro e branco neve). As superfícies a serem pintadas deverão ser examinadas e corrigidas de quaisquer



**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**

defeitos antes da execução dos serviços. Todos os cuidados quanto às superfícies estarem secas e limpas e precauções quanto ao intervalo de tempo, entre demãos, deverão ser observados, conforme recomendações das Normas Brasileiras.

Cada demão de tinta só poderá ser aplicada quando a precedente estiver perfeitamente seca, observar um intervalo de 24 horas entre duas demãos sucessivas.

Deverá ser aplicado selador acrílico para paredes uma demão da marca SUVINIL ou similar, observando-se o intervalo de secagem mínimo, e diluído conforme recomendações do fabricante.

Deverá ser aplicada e lixada massa ACRÍLICA da marca SUVINIL ou similar de mesma qualidade, de forma a obter superfície perfeitamente lisa, regular e limpa, pronta para receber pintura.

- **Alambrado para quadra, estruturado por tubos de aço galvanizado, (montantes com diâmetro 2", com tela de arame galvanizado, fio 10 bwg e malha quadrada 5x5cm:**

Proteção vertical de preserva os espectadores e evita que a bola de futebol ultrapasse os limites da quadra, deverá ser executado conforme projeto.

- **Pintura com tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético acetinado) pulverizada sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (02 demãos).**

Aplicar duas demãos, de tinta esmalte sintético acetinado cor branco, de primeira linha. A superfície pintada deverá apresentar uniformidade em textura e tonalidade.

8. DRENAGEM PLUVIAL

Conforme determinado em projeto de drenagem, serão feitas duas canaletas em alvenaria rebocada nas laterais da quadra, com grelha metálica que canalizará água da chuva para o sistema público.

9. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

O sistema elétrico se resume na iluminação da quadra, que será feita por 12 refletores de LED 400w para área externa/ a prova d'água, que será alimentado por um quadro de distribuição geral embutido na alvenaria e aterrado. Os refletores serão divididos em 2 disjuntores de 32 amperes (6 refletores em cada disjuntor) e fixados em postes de aço galvanizado conforme projeto.

10. EQUIPAMENTOS

- **Conjunto de Traves oficiais de futsal 3,00 X 2,00 m em tubo de aço galv. 3" incluso pintura:**

Par de traves de futsal, perfeitamente esquadradas e com acabamento em 45° nos ângulos superiores.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

11. LIMPEZA

- **Limpeza geral e entrega da obra**

Todos os serviços deverão ser entregues completamente arrematados, devendo ser testadas as tubulações, instalações, etc. Após o término da obra a contratada fará a limpeza de todo o canteiro que tenha utilizado, retirando todo material empregado, de modo a entregá-lo completamente limpo e desimpedido.

Poderão ser utilizados na limpeza produtos químicos adequados para cada material, para a limpeza externa poderá ser utilizada vassoura, enxadas, e outras ferramentas necessárias para a limpeza.

TIAGO GHAMMACHI
ENG. CIVIL - CREA/PA 22540



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

**ANEXO D – Planilha Orçamentaria Arena Society da
Vila do São Bento**



Minha Empresa
CNPJ:

ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

OBRA: CONSTRUÇÃO DE UMA ARENA SOCIETY NA VILA DO SÃO BENTO

DESEMBOLSO: R\$ 550.017,13

BDI ADOTADO: 28,82%

REFERÊNCIAS: SINAPI-PA DEZ/2023; SEOP FEVEREIRO/2024



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA REFERENCIAL

REF	COD	ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QUANT	R\$ UNIT S/BDI	R\$ UNIT C/BDI	PARCIAL	PESO
		1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES				SUBTOTAL	R\$ 77.358,60	14,06%
SEOP	011340	1.1	Placa de obra em lona com plotagem de gráfica	m²	6,00	R\$ 191,47	R\$ 246,65	R\$ 1.479,90	0,27%
SINAPI	93208	1.2	EXECUÇÃO DE ALMOXARIFADO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, INCLUSO PRATELEIRAS. AF_02/2016	m²	15,00	R\$ 922,51	R\$ 1.188,38	R\$ 17.825,70	3,24%
SEOP	11350	1.3	Tapume metálico	m²	300,00	R\$ 150,22	R\$ 193,51	R\$ 58.053,00	10,55%
		2.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL				SUBTOTAL	R\$ 40.904,78	7,44%
CPU	CPU 01	2.1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	uni	1,00	R\$ 31.753,44	R\$ 40.904,78	R\$ 40.904,78	7,44%
		3.0	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO				SUBTOTAL	R\$ 15.599,56	2,84%
CPU	CPU02	3.1	Mobilização de canteiro de obras	uni	1,00	R\$ 6.054,79	R\$ 7.799,78	R\$ 7.799,78	1,42%
CPU	CPU03	3.2	Desmobilização de canteiro de obras	uni	1,00	R\$ 6.054,79	R\$ 7.799,78	R\$ 7.799,78	1,42%
		4.0	MOVIMENTOS DE TERRA				SUBTOTAL	R\$ 20.170,17	3,67%
SINAPI	93358	4.1	Escavação de valas até 1,30m, de forma manual	m³	8,92	R\$ 78,88	R\$ 101,61	R\$ 906,36	0,16%
SINAPI	101616	4.2	Preparo de fundo de vala de forma manual	m²	19,21	R\$ 5,77	R\$ 7,43	R\$ 142,73	0,03%
SINAPI	104737	4.3	Reaterro manual compactado com placa vibratória	m³	8,92	R\$ 40,99	R\$ 52,80	R\$ 470,98	0,09%
SEOP	20177	4.4	Bota fora DMT=200m	m³	8,92	R\$ 81,80	R\$ 105,37	R\$ 939,90	0,17%
SINAPI	104738	4.5	ATERRO MECANIZADO DE VALA COM MINICARREGADEIRA, COM SOLO ARENOSO.	m³	180,00	R\$ 76,38	R\$ 98,39	R\$ 17.710,20	3,22%
		5.0	FUNDAÇÕES				SUBTOTAL	R\$ 25.997,29	4,73%
SINAPI	96619	5.1	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_08/2017	m²	18,40	R\$ 38,83	R\$ 50,02	R\$ 920,37	0,17%
SINAPI	104488	5.2	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA PARA EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, PARA EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL TÉRREA, FCK = 25 MPA. AF_11/2022	m³	7,36	R\$ 2.644,92	R\$ 3.407,19	R\$ 25.076,92	4,56%
		6.0	PISOS				SUBTOTAL	R\$ 180.695,77	29,75%
SEOP	260850	6.1	CAMADA DE SEIXO FINO LAVADO, 5CM, COM ESPALHAMENTO	m³	33,48	R\$ 279,90	R\$ 360,57	R\$ 12.071,88	2,19%
CPU	CPU04	6.2	CAMADA DE PEDRISCO/BRITA 0, 3CM (4,8 A 9,5 MM), COM ESPALHAMENTO	m³	23,91	R\$ 292,56	R\$ 376,88	R\$ 9.011,20	1,64%

Minha Empresa
CNPJ:

SINAPI	98557	6.3	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS (NA CAMADA DO SEIXO)	m²	478,24	R\$ 40,81	R\$ 52,57	R\$ 25.141,08	4,57%
SINAPI	98557	6.4	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS (NA CAMADA DO PEDRISCO)	m²	478,24	R\$ 40,81	R\$ 52,57	R\$ 25.141,08	4,57%
SINAPI	104742	6.5	Compactação com rolo compressor - seixo	m²	478,24	R\$ 8,40	R\$ 10,82	R\$ 5.174,56	0,94%
SINAPI	104742	6.6	Compactação com rolo compressor - pedrisco	m²	478,24	R\$ 8,40	R\$ 10,82	R\$ 5.174,56	0,94%

Minha Empresa
CNPJ:

SEINFRA	C4849	6.7	GRAMA SINTÉTICA ESPORTIVA PARA FUTEBOL EM POLIETILENO, COM ALTURA MINIMA DE 50MM, INCLUSO FORNECIMENTO E MONTAGEM, FRETE, CAMADA DE AREIA SOBRE A GRAMA, CAMADA DE BORRACHA GRANULADA SOBRE A GRAMA, DEMARCAÇÃO EM GRAMA SINTETICA NA COR BRANCA, PROTEÇÃO UV E GARANTIA DE 5 ANOS (mão de obra especializada)	m²	478,24	R\$ 133,04	R\$ 171,38	R\$ 81.960,77	14,90%
SEOP	130492	6.8	CALÇADA (INCLUSO, ALICERCE, BALDRAME E CONCRETO COM JUNTA SECA)	m²	98,00	R\$ 134,82	R\$ 173,68	R\$ 17.020,64	3,09%
		7.0	PAREDES, ALAMBRADO E PINTURAS				SUBTOTAL	R\$ 119.339,64	21,71%
SINAPI	89470	7.1	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM), FBK = 4,5 MPA, UTILIZANDO COLHER DE PEDREIRO.	m²	119,60	R\$ 98,40	R\$ 126,76	R\$ 15.160,50	2,76%
SINAPI	87878	7.2	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_06/2014	m²	239,20	R\$ 5,09	R\$ 6,56	R\$ 1.569,15	0,29%
SINAPI	87548	7.3	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 10MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	m²	239,20	R\$ 30,06	R\$ 38,72	R\$ 9.261,82	1,68%
SINAPI	88485	7.4	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014	m²	211,60	R\$ 3,42	R\$ 4,41	R\$ 933,16	0,17%
SINAPI	88489	7.5	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	m²	211,60	R\$ 13,25	R\$ 17,07	R\$ 3.612,01	0,66%
SINAPI	102364	7.6	ALAMBRADO PARA QUADRA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE ACO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIAMETRO 2", COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 10 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM	m²	276,00	R\$ 203,83	R\$ 262,57	R\$ 72.469,32	13,18%
SINAPI	100757	7.7	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020_P	m²	276,00	R\$ 45,94	R\$ 59,18	R\$ 16.333,68	2,97%
		8.0	DRENAGEM PLUVIAL				SUBTOTAL	R\$ 35.260,13	6,41%
SEDOP	180513	8.1	Canaleta em alvenaria (0.30x0.30m) rebocada internamente	m	56,00	R\$ 153,37	R\$ 197,57	R\$ 11.063,92	2,01%
SINAPI	103002	8.2	GRELHA DE FERRO FUNDIDO SIMPLES COM REQUADRO, 200 X 1000 MM, ASSENTADA COM ARGAMASSA 1 : 3 CIMENTO: AREIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	uni	56,00	R\$ 295,89	R\$ 381,17	R\$ 21.345,52	3,88%
SINAPI	89849	8.3	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO	m	23,20	R\$ 56,36	R\$ 72,60	R\$ 1.684,32	0,31%
SINAPI	99251	8.4	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,4X0,4X0,4 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_12/2020	uni	3,00	R\$ 301,81	R\$ 388,79	R\$ 1.166,37	0,21%
		9.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				SUBTOTAL	R\$ 25.260,11	1,49%
SINAPI	101877	9.1	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM PVC, DE EMBUTIR, SEM BARRAMENTO, PARA 3 DISJUNTORES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	uni	1,00	R\$ 52,73	R\$ 67,93	R\$ 67,93	0,01%
SINAPI	92664	9.2	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	uni	2,00	R\$ 52,27	R\$ 67,33	R\$ 134,66	0,02%
SINAPI	96985	9.3	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	uni	1,00	R\$ 78,91	R\$ 101,65	R\$ 101,65	0,02%
SEOP	171110	9.4	CONECTOR PARA HASTE DE ATERRAMENTO 5/8" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	uni	1,00	R\$ 9,09	R\$ 11,71	R\$ 11,71	0,00%
SINAPI	91930	9.5	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. "VERDE"	m	105,06	R\$ 9,09	R\$ 11,71	R\$ 1.230,25	0,22%

Minha Empresa
CNPJ:

SINAPI	91930	9.6	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. "VERMELHO"	m	105,06	R\$ 9,09	R\$ 11,71	R\$ 1.230,25	0,22%
SINAPI	91930	9.7	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. "PRETO"	m	105,06	R\$ 9,09	R\$ 11,71	R\$ 1.230,25	0,22%
SINAPI	91930	9.8	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. "AZUL"	m	105,06	R\$ 9,09	R\$ 11,71	R\$ 1.230,25	0,22%
CPU	CPU 05	9.9	REFLETOR LED 400W 220W A PROVA D'ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	uni	12,00	R\$ 198,89	R\$ 256,21	R\$ 3.074,52	0,56%
CPU	CPU 06	9.10	POSTE METÁLICO EM TUBO GALVANIZADO, PINTADO, H=6.0 M, D=3", INCLUSO A CRUZETA	uni	6,00	R\$ 1.361,93	R\$ 1.754,44	R\$ 10.526,64	1,91%
SINAPI	97886	9.11	CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA COM TAMPA DE CONCRETO 30X30CM	uni	9,00	R\$ 173,83	R\$ 223,93	R\$ 2.015,37	0,37%
SINAPI	91871	9.12	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO 3/4"	m	252,24	R\$ 13,56	R\$ 17,47	R\$ 4.406,63	0,80%
		10.0	EQUIPAMENTOS				SUBTOTAL	R\$ 4.643,08	0,84%
CPU	CPU 07	9.1	Conjunto de Traves oficiais de futsal 3,00 X 2,00 m em tubo de aço galv. 3" incluso pintura	uni	1,00	R\$ 4.643,08	R\$ 4.643,08	R\$ 4.643,08	0,84%
		11.0	LIMPEZA				SUBTOTAL	R\$ 4.788,00	0,87%
SEOP	270220	10.1	Limpeza geral e entrega da obra	m²	600,00	R\$ 6,82	R\$ 7,98	R\$ 4.788,00	0,87%
							R\$ TOTAL	R\$ 550.017,13	93,8%

Tiago Pinto Ghammachi
Secretário Municipal de obras
Decreto nº 060/2021



MEMÓRIA DE CÁLCULO

ITEM	DESCRIÇÃO
------	-----------

1.1	SERVIÇOS PRELIMINARES
-----	-----------------------

1.1	Placa de obra em lona com plotagem de gráfica			
	Descrição	Compr	Largura	Parcial
	Placa da obra	3,00 m	2,00 m	6,00 m ²
			Total	6,00 m ²

1.2	EXECUÇÃO DE ALMOXARIFADO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, INCLUSO PRATELEIRAS. AF_02/2016			
	Descrição	Compr	Largura	Parcial
	Almoxarifado	5,00 m	3,00 m	15,00 m ²
			Total	15,00 m ²

1.3	Tapume metálico			
	Descrição	Perím	Alt	Parcial
	Tapume metálico	120,00 m	2,50 m	300,00 m ²
			Total	300,00 m ²

2.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL
-----	---------------------

2.1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	
	Descrição	Quant
	Equipe técnica	1,00
	Total	1,00

3.0	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO
-----	------------------------------

3.1	Mobilização de canteiro de obras	
	Descrição	Quant
	Mobilização de canteiro de obras	1,00
	Total	1,00

3.2	Desmobilização de canteiro de obras	
	Descrição	Quant
	Mobilização de canteiro de obras	1,00
	Total	1,00

4.0	MOVIMENTOS DE TERRA
-----	---------------------

4.1	Escavação de valas até 1,30m, de forma manual				
	Descrição	Comp	Largura	Alt.média	Parcial
	Viga baldrame	92,00 m	0,20 m	0,40 m	7,36 m ³
	Escavação p/sistema de drenagem pluvial - tubulação	20,84 m	0,25 m	0,30 m	1,56 m ³
				Total	8,92 m ³

4.2	Preparo de fundo de vala de forma manual			
	Descrição	Comp	Largura	Parcial
	Escavação p/sistema de drenagem - canaletas	56,00 m	0,25 m	14,00 m ²
	Escavação p/sistema de drenagem pluvial - tubulação	20,84 m	0,25 m	5,21 m ²
			Total	19,21 m ²

4.3	Reaterro manual compactado com placa vibratória
-----	---

	Descrição	Vol.Esc	Parcial
	Escavação p/sistema de drenagem pluvial	8,92 m³	8,92 m³
		Total	8,92 m³

4.4	Bota fora DMT=200m		
	Descrição	Parcial	

	Escavação p/sistema de drenagem pluvial	8,92 m³
	Total	8,92 m³

4.5	ATERRO MECANIZADO DE VALA COM MINICARREGADEIRA, COM SOLO ARENOSO.				
	Descrição	Comp	Largura	Altura	Parcial
	Arena de futebol	30,00 m	20,00 m	0,30 m	180,00 m³
				Total	180,00 m³

5.0 FUNDAÇÕES

5.1	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_08/2017				
	Descrição	Comp	Largura	Parcial	
	Viga Baldrame	92,00 m	0,20 m	18,40 m²	
			Total	18,40 m²	

5.2	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA PARA EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, PARA EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL TÉRREA, FCK = 25 MPA. AF_11/2022				
	Descrição	Comp	Largura	Altura	Parcial
	Viga Baldrame	92,00 m	0,20 m	0,40 m	7,36 m³
			Total	7,36 m³	

6.0 PISOS

6.1	CAMADA DE SEIXO FINO LAVADO, 5CM, COM ESPALHAMENTO			
	Descrição	Área	Altura	Área
	Árena de futebol	478,24 m²	0,07 m	33,48 m³
			Total	33,48 m³

6.2	CAMADA DE PEDRISCO/BRITA 0, 3CM (4,8 A 9,5 MM), COM ESPALHAMENTO			
	Descrição	Área	Altura	Área
	Árena de futebol	478,24 m²	0,05 m	23,91 m³
			Total	23,91 m³

6.6	Compactação com rolo compressor - pedrisco	
	Descrição	Área
	Árena de futebol	478,24 m²
	Total	478,24 m²

6.7	GRAMA SINTÉTICA ESPORTIVA PARA FUTEBOL EM POLIETILENO, COM ALTURA MINIMA DE 50MM, INCLUSO FORNECIMENTO E MONTAGEM, FRETE, CAMADA DE AREIA SOBRE A GRAMA,	
	Descrição	Área
	Árena de futebol	478,24 m²
	Total	478,24 m²

6.8	CALÇADA (INCLUSO, ALICERCE, BALDRAME E CONCRETO COM JUNTA SECA)			
	Descrição	Perímetro	Largura	Área
	Árena de futebol	98,00 m	1,00 m	98,00 m²
			Total	98,00 m²

7.0 PAREDES, ALAMBRADO E PINTURAS

7.1	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM), FBK = 4,5 MPA, UTILIZANDO COLHER DE PEDREIRO.			
	Descrição	Perim	Altura	Área
	Mureta arena de futebol	92,00 m	1,30 m	119,60 m²
			Total	119,60 m

7.2	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_06/2014			
------------	--	--	--	--

	Descrição	Perim	nº vezes	Altura	Área
	Mureta arena de futebol	92,00 m	2,00	1,30 m	239,20 m²
	Total				239,20 m²

7.3	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 10MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014				
	Descrição	Perim	nº vezes	Altura	Área
	Mureta arena de futebol	92,00 m	2,00	1,30 m	239,20 m²
		Total			239,20 m²

7.4	APLICAÇÃO DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES, UMA DEMÃO. AF_06/2014				
	Descrição	Perim	Altura	Área	
	Mureta arena de futebol h=1,00m-interno	92,00 m	1,00 m	92,00 m²	
	Mureta arena de futebol h=1,30m-externo	92,00 m	1,30 m	119,60 m²	
			Total	211,60 m²	

7.5	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014				
	Descrição	Perimetro	Altura	Faces	
	Mureta arena de futebol h=1,00m-interno	92,00 m	1,00 m	92,00 m²	
	Mureta arena de futebol h=1,30m-externo	92,00 m	1,30 m	119,60 m²	
			Total	211,60 m²	

7.6	ALAMBRADO PARA QUADRA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE ACO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIAMETRO 2", COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 10 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM)				
	Descrição	Área			
	Laterais	122,00 m²			
	Fundos	154,00 m²			
		Total	276,00 m²		

7.7	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020_P				
	Descrição	Área			
	Laterais	122,00 m²			
	Fundos	154,00 m²			
		Total	276,00 m²		

8.0	DRENAGEM PLUVIAL				
-----	------------------	--	--	--	--

8.1	Canaleta em alvenaria (0.30x0.30m) rebocada internamente				
	Descrição	Perimetro			
	arena de futebol	56,00 m			
		Total	56,00 m		

8.2	GRELHA DE FERRO FUNDIDO SIMPLES COM REQUADRO, 200 X 1000 MM, ASSENTADA COM ARGAMASSA 1 : 3 CIMENTO: AREIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021				
	Descrição	Quant			
	Grelhas para canaletas de drenagem	56,00			
		Total	56,00		

8.3	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO				
	Descrição	Compr			
	Sistema de Drenagem pluvial	23,20 m			
		Total	23,20 m		

8.4	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS: 0,4X0,4X0,4 M PARA REDE DE DRENAGEM. AF_12/2020				
	Descrição	Quant			
		3,00			
		Total	3,00		

9.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
-----	-----------------------

9.1	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM PVC, DE EMBUTIR, SEM BARRAMENTO, PARA 3 DISJUNTORES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	
	Descrição	Quant
	Iluminação Arena de futebol	1,00 uni
	Total	1,00 uni

9.2	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	
	Descrição	Quant
	Iluminação Arena de futebol	2,00 uni
	Total	2,00 uni

9.3	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8" FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	
	Descrição	Quant
	Iluminação Arena de futebol	1,00 uni
	Total	1,00 uni

9.4	CONECTOR PARA HASTE DE ATERRAMENTO 5/8"	
	Descrição	Quant
	Iluminação Arena de futebol	7,00 uni
	Total	7,00 uni

9.5	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. "VERDE"	
	Descrição	Quant
	Iluminação Arena de futebol	105,06 m
	Total	105,06 m

9.6	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. "VERMELHO"	
	Descrição	Quant
	Iluminação Arena de futebol	105,06 m
	Total	105,06 m

9.7	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. "PRETO"	
	Descrição	Quant
	Iluminação Arena de futebol	105,06 m
	Total	105,06 m

9.8	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. "AZUL"	
	Descrição	Quant
	Iluminação Arena de futebol	105,06 m
	Total	105,06 m

9.9	REFLETOR LED 400W 220W A PROVA D'ÁGUA FORNECIMENTO E	
	Descrição	Quant
	Iluminação Arena de futebol	12,00 uni
	Total	12,00 uni

9.10	POSTE METÁLICO EM TUBO GALVANIZADO, PINTADO, H=6.0 M,	
	Descrição	Quant
	Iluminação Arena de futebol	6,00 uni
	Total	6,00 uni

9.11	CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA COM TAMPA DE	
	Descrição	Quant
	Iluminação Arena de futebol	9,00 uni
	Total	9,00 uni

9.12	ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO 3/4"	
	Descrição	Quant
	Iluminação Arena de futebol	252,24 m
	Total	252,24 m

10.0	EQUIPAMENTOS
-------------	---------------------

9.1	Conjunto de Traves oficiais de futsal 3,00 X 2,00 m em tubo de aço galv. 3" incluso pintura	
	Descrição	Quant
	arena de Futebol	1,00
	Total	1,00

11.0	LIMPEZA
-------------	----------------

10.1	Limpeza geral e entrega da obra	
	Ambiente	Área
	Limpeza	600,00 m ²
	Total	600,00 m²

Tiago Pinto Ghammachi
 Secretário Municipal de obras
 Decreto nº 060/2021



COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

ITEM	DESCRIÇÃO					
CPU 01	2.1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL				
REF	COD	DESCRIÇÃO	UNI	COEF	R\$ UNIT	R\$ PARCIAL
SINAPI	90778	Eng. Civil Plenor c/ encargos complementares e sociais	h	72,0000	R\$ 102,22	R\$ 7.359,84
SINAPI	90776	Encarregado geral da obra c/ encargos complementares e sociais	h	528,0000	R\$ 21,37	R\$ 11.283,36
SEOP	200007	Vigia noturno com encargos complementares	h	528,0000	R\$ 24,83	R\$ 13.110,24
					R\$ TOTAL	R\$ 31.753,44

MEMÓRIA DE CÁLCULO - CPU01						
REF	COD	DESCRIÇÃO	H/DIA	DIAS/MÊS	Nº MESES	TOTAL
SINAPI	90778	Eng. Civil Plenor c/ encargos complementares e sociais	4,00	6,00	3,00	72,00
SINAPI	90776	Encarregado geral da obra c/ encargos complementares e sociais	8,00	22,00	3,00	528,00
SEOP	200007	Vigia noturno com encargos complementares	8,00	22,00	3,00	528,00

CPU02	3.1	Mobilização de canteiro de obras				
REF	COD	DESCRIÇÃO	UNI	COEF	R\$ UNIT	R\$ PARCIAL
SINAPI	88316	Sevente com encargos complementares e sociais (x4)	h	32,0000	R\$ 19,94	R\$ 638,08
SINAPI	91395	Caminhão toco, PBT 14.300 kg, carga útil máx. 9.710 kg, distância entre eixos 3,56 m, potência 185 cv, inclusive carroceria fixa aberta de madeira p/ transporte geral de carga seca	CHI	15,0000	R\$ 53,89	R\$ 808,35
SINAPI	73467	Caminhão toco, PBT 14.300 kg, carga útil máx. 9.710 kg, distância entre eixos 3,56 m, potência 185 cv, inclusive carroceria fixa aberta de madeira p/ transporte geral de carga seca	CHP	18,0000	R\$ 256,02	R\$ 4.608,36
					R\$ TOTAL	R\$ 6.054,79

CPU03	3.2	Desmobilização de canteiro de obras				
REF	COD	DESCRIÇÃO	UNI	COEF	R\$ UNIT	R\$ PARCIAL
SINAPI	88316	Sevente com encargos complementares e sociais (x4)	h	32,0000	R\$ 19,94	R\$ 638,08
SINAPI	91395	Caminhão toco, PBT 14.300 kg, carga útil máx. 9.710 kg, distância entre eixos 3,56 m, potência 185 cv, inclusive carroceria fixa aberta de madeira p/ transporte geral de carga seca	CHI	15,0000	R\$ 53,89	R\$ 808,35
SINAPI	73467	Caminhão toco, PBT 14.300 kg, carga útil máx. 9.710 kg, distância entre eixos 3,56 m, potência 185 cv, inclusive carroceria fixa aberta de madeira p/ transporte geral de carga seca	CHP	18,0000	R\$ 256,02	R\$ 4.608,36
					R\$ TOTAL	R\$ 6.054,79

CPU03	6.2	CAMADA DE PEDRISCO/BRITA 0, 3CM (4,8 A 9,5 MM), COM ESPALHAMENTO				
REF	COD	DESCRIÇÃO	UNI	COEF	R\$ UNIT	R\$ PARCIAL
SINAPI	88316	Sevente com encargos complementares e sociais	h	2,0000	R\$ 19,95	R\$ 39,90
SINAPI	91395	PEDRISCO/BRITA 0 (4,8 A 9,5MM)	M³	1,0000	R\$ 252,66	R\$ 252,66
					R\$ TOTAL	R\$ 292,56

CPU04	8.3	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 150 MM, FORNECIDO E INSTALADO				
REF	COD	DESCRIÇÃO	UNI	COEF	R\$ UNIT	R\$ PARCIAL
SINAPI	88248	Auxiliar de encanador ou bombeiro hidráulico com encargos complementares e sociais	h	0,4500	R\$ 19,77	R\$ 8,90
SINAPI	88267	Encanador ou bombeiro hidráulico com encargos complementares e sociais	h	0,4500	R\$ 23,96	R\$ 10,78
SINAPI	88316	Servente c/ encargos sociais e complementares	h	0,2800	R\$ 19,94	R\$ 5,58
SINAPI	102933	Furadeira eletromagnética, velocidade (sem carga/com carga) 450/270 rpm-materiais na operação	h	0,2800	R\$ 1,09	R\$ 0,31
SINAPI	122	Adesivo plástico para PVC, fracos com 850g	uni	0,0429	R\$ 63,47	R\$ 2,72
SINAPI	36365	Tubo PVC vinil perfurado DN 100mm	m	1,0400	R\$ 41,74	R\$ 43,41
SINAPI	20083	Solução preparadora/limpadora para PVC, fraco com 1000cm³	uni	0,0701	R\$ 71,92	R\$ 5,04
SINAPI	38383	Lixa d'água em folha, grão 100	uni	0,1485	R\$ 1,68	R\$ 0,25
					R\$ TOTAL	R\$ 76,99

CPU05	9.9	REFLETOR LED 400W 220W A PROVA D'ÁGUA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO				
REF	COD	DESCRIÇÃO	UNI	COEF	R\$ UNIT	R\$ PARCIAL
SINAPI	88247	Auxiliar de eletricitista com encargos complementares e sociais	h	0,1735	R\$ 20,72	R\$ 3,59
SINAPI	88264	Eletricista com encargos complementares e sociais	h	0,4165	R\$ 25,01	R\$ 10,42
COTAÇÃO	COT01	REFLETOR LED 400W A PROVA D'ÁGUA	uni	1,0000	R\$ 184,88	R\$ 184,88
					R\$ TOTAL	R\$ 198,89

CPU 06	9.10	POSTE METÁLICO EM TUBO GALVANIZADO, PINTADO, H=6.0 M, D=3", INCLUSO A CRUZETA				
	COD	DESCRIÇÃO	UNI	COEF	R\$ UNIT	R\$ PARCIAL
SINAPI	4750	Pedreiro com encargos sociais e complementares	h	3,000	R\$ 24,72	R\$ 74,16
SINAPI	6111	Servente com encargos sociais e complementares	h	4,000	R\$ 19,94	R\$ 79,76
SINAPI	4783	Pintor com encargos complementares	h	3,000	R\$ 26,23	R\$ 78,69
SINAPI	34466	Ajudante de pintor com encargos complementares	h	4,000	R\$ 22,05	R\$ 88,20
SINAPI	88315	Serralheiro	h	3,000	R\$ 24,53	R\$ 73,59
SINAPI	88251	Ajudante do serralheiro	h	4,000	R\$ 20,37	R\$ 81,48
SINAPI	7694	TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE LEVE, DN 80 MM (3"), E = 3,35 MM, *7,32* KG/M (NBR 5580)	m	6,000	R\$ 113,25	R\$ 679,50
SINAPI	568	CANTONEIRA DE AÇO ABAS IGUEIS DE 2"	m	2,000	R\$ 65,97	R\$ 131,94
SINAPI	11002	Eletrodo E 6013 2,50mm	kg	0,200	R\$ 60,40	R\$ 12,08
SINAPI	3768	Lixa para ferro nº 150	uni	2,000	R\$ 2,69	R\$ 5,38
SINAPI	5318	Diluyente aguarras	L	0,500	R\$ 23,74	R\$ 11,87
SINAPI	7307	Zarcão	L	0,500	R\$ 38,86	R\$ 19,43
SINAPI	43648	Tinta esmalte sintético fosco	L	1,000	R\$ 25,85	R\$ 25,85
					R\$ TOTAL	R\$ 1.361,93

CPU06	9.1	Conjunto de Traves oficiais de futsal 3,00 X 2,00 m em tubo de aço galv. 3" incluso pintura				
REF	COD	DESCRIÇÃO	UNI	COEF	R\$ UNIT	R\$ PARCIAL
SINAPI	88309	Pedreiro com encargos complementares e sociais	h	0,1500	R\$ 24,72	R\$ 3,71
SINAPI	88316	Servente com encargos complementares e sociais	h	0,1500	R\$ 19,94	R\$ 2,99
SINAPI	88310	Pintor com encargos complementares e sociais	h	0,1500	R\$ 26,23	R\$ 3,93
SINAPI	100301	Ajudante de pintor com encargos complementares e sociais	h	0,1500	R\$ 22,05	R\$ 3,31
SINAPI	93358	Escavação manual de vala	m³	0,0150	R\$ 78,88	R\$ 1,18
SINAPI	102487	Base em concreto ciclópico 80X40cm - prof. 0,60M	m³	0,1920	R\$ 739,53	R\$ 141,99
SINAPI	25398	Traves oficiais de futsal 3,00 X 2,00 m em tubo de aço galvanizado 3"	cj	1,0000	R\$ 4.483,43	R\$ 4.483,43
SINAPI	3768	Lixa para ferro nº 150	uni	0,3000	R\$ 2,69	R\$ 0,81
SINAPI	5318	Solvente diluyente a base de aguarras	L	0,0100	R\$ 23,74	R\$ 0,24
SINAPI	7311	Esmalte acetinado	L	0,0400	R\$ 37,21	R\$ 1,49
					R\$ TOTAL	R\$ 4.643,08

Tiago Pinto Ghammachi
Secretário Municipal de obras
Decreto nº 060/2021



COTAÇÃO DE MERCADO

ITEM	DESCRIÇÃO
------	-----------

CEP CONSIDERADO P/ CÁLCULO DE FRETE: 68721-000

COT01	10.5	REFLETOR LED 400W A PROVA D'ÁGUA					
ITEM	REF	FONTE	DESCRIÇÃO	UNI	R\$ UNI	R\$ FRETE	R\$ PARCIAL
1.1	MERCADO	https://	REFLETOR LED 400W COM FRETE	UNI	R\$ 125,00	R\$ -	R\$ 125,00
1.2	MERCADO	https://	REFLETOR LED 400W COM FRETE	UNI	R\$ 169,99	R\$ 36,23	R\$ 206,22
1.3	MERCADO	https://	REFLETOR LED 400W COM FRETE	UNI	R\$ 223,41	R\$ -	R\$ 223,41
R\$ TOTAL MÉDIO							R\$ 184,88

UNI	R\$	184,88
-----	-----	--------

Descrição dos links	
1.1	https://www.amazon.com.br/Refletor-LED-Holofote-pot%C3%A2ncia-
1.2	https://www.plenoled.com.br/refletores-de-led-smd/refletores-smd/refletor-400w-led-smd-branco-frio-ip-
1.3	https://www.americanas.com.br/produto/2779603947/refletor-holofote-led-eco-smd-400w-branco-frio-decoracao-casa-

Tiago Pinto Ghammachi
Secretário Municipal de obras
Decreto nº 060/2021

ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

OBRA: CONSTRUÇÃO DE UMA ARENA SOCIETY NA VILA DO SÃO BENTO



CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO	R\$ PARCIAL	PERÍODO E VALOR			%	
			1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS		
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 77.358,60	100,00%			14,06%	
			R\$ 77.358,60				100,00%
2.0	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	R\$ 40.904,78	34,00%	33,00%	33,00%	7,44%	
			R\$ 13.907,63	R\$ 13.498,58	R\$ 13.498,58		100,00%
3.0	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	R\$ 15.599,56	50,00%		50,00%	2,84%	
			R\$ 7.799,78		R\$ 7.799,78		100,00%
4.0	MOVIMENTOS DE TERRA	R\$ 20.170,17	100,00%			3,67%	
			R\$ 20.170,17				100,00%
5.0	FUNDAÇÕES	R\$ 25.997,29	100,00%			4,73%	
			R\$ 25.997,29				
6.0	PISOS	R\$ 180.695,77	33,50%	33,50%	33,00%	32,85%	
			R\$ 60.533,08	R\$ 60.533,08	R\$ 59.629,61		100,00%
7.0	PAREDES, ALAMBRADO E PINTURAS	R\$ 119.339,64		55,00%	45,00%	21,70%	
				R\$ 65.636,80	R\$ 53.702,84		100,00%
8.0	DRENAGEM PLUVIAL	R\$ 35.260,13	55,00%	45,00%		6,41%	
			R\$ 19.393,07	R\$ 15.867,06			100,00%
9.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	R\$ 25.260,11		55,00%	45,00%	4,59%	
				R\$ 13.893,06	R\$ 11.367,05		100,00%
10.0	EQUIPAMENTOS	R\$ 4.643,08			100,00%	0,84%	
					R\$ 4.643,08		100,00%
11.0	LIMPEZA	R\$ 4.788,00			100,00%	0,87%	
					R\$ 4.788,00		100,00%
	R\$ SIMPLES	R\$ 550.017,13	R\$ 225.159,62	R\$ 169.428,58	R\$ 155.428,94	100,00%	
	% SIMPLES		40,94%	30,81%	28,26%	100,00%	
	R\$ ACUMULADO		R\$ 225.159,62	R\$ 394.588,20	R\$ 550.017,14	R\$ 550.017,13	
	% ACUMULADO		40,94%	71,75%	100,01%	100,00%	

Tiago Pinto Ghammachi
Secretário Municipal de obras
Decreto nº 060/2021

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
OBRA: CONSTRUÇÃO DE UMA ARENA SOCIETY NA VILA DO SÃO BENTO



COMPOSIÇÃO DE BDI

ITEM	DESCRIÇÃO	%
1.0	CUSTOS INDIRETOS	5,36%
1.1	Administração Central	3,00%
1.2	Seguros + Garantia	0,80%
1.3	Riscos	0,97%
1.5	Despesas Financeiras	0,59%
2.0	TRIBUTOS	13,15%
2.1	Pis	0,65%
2.2	Cofins	3,00%
2.3	ISS	5,00%
2.4	CPRB	4,50%
3.0	LUCRO	6,160%
3.1	Lucro	6,160%
4.0	TAXA TOTAL DE BDI	28,82%

Segundo Acórdão 2622/2013 do Tribunal de Contas da União – TCU, o cálculo

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G) * (1 + DF) * (1 + L)}{1 - I} - 1$$

AC → Administração Central

S → Seguro

R → Riscos

G → Garantia

DF → Despesas Financeiras

L → Taxa de Lucro/Remuneração

I → Incidência de Impostos (PIS, COFINS e ISS)

Tiago Pinto Ghammachi
Secretário Municipal de obras
Decreto nº 060/2021

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
OBRA: CONSTRUÇÃO DE UMA ARENA SOCIETY NA VILA DO SÃO BENTO



COMPOSIÇÃO ENCARGOS SOCIAIS

COD	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A			
A1	INSS	0,00%	0,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%
A	TOTAL	16,80%	16,80%
GRUPO B			
B1	Repouso Semanal Renumerado	18,15%	Não Inside
B2	Feriados	4,16%	Não Inside
B3	Auxílio - Enfermidade	0,88%	0,64%
B4	13º Salário	11,38%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,06%	0,04%
B6	Faltas Justificadas	0,76%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	2,87%	Não Inside
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,08%
B9	Férias Gozadas	0,00%	0,00%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%
B	TOTAL	38,40%	9,68%
GRUPO C			
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,89%	4,32%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,14%	0,10%
C3	Férias Indenizadas	12,65%	9,27%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,55%	1,87%
C5	Indenização Adicional	0,50%	0,36%
	TOTAL	21,73%	15,92%
GRUPO D			
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	6,45%	1,63%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,49%	0,36%
D	TOTAL	6,94%	1,99%
TOTAL(A+B+C+D)		83,87%	44,39%

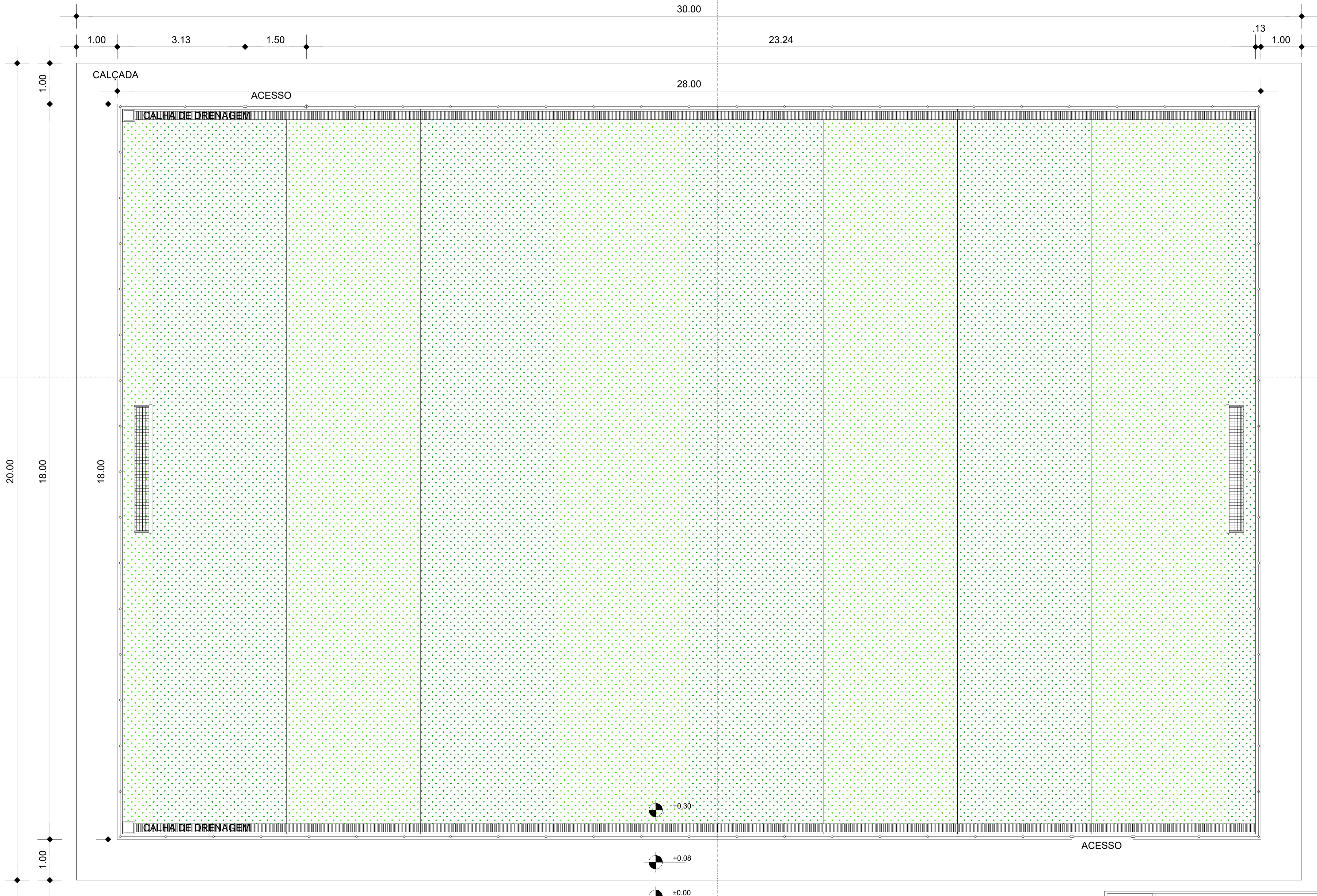
Tiago Pinto Ghammachi
Secretário Municipal de obras
Decreto nº 060/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

**ANEXO E – Projetos Executivos Arena Society da Vila
do São Bento**





PLANTA BAIXA
ESC. 1:50

				PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS	
RESP. TÉCNICO:				TIAGO GHAMMACHI ENG. CIVIL - CREA 22540	
OBRA:				ARENA SOCIETY VILA DO SÃO BENTO	
PROJETO:				PLANTA BAIXA	
Data	Escala	Cidade	Revisão		
FEVEREIRO/2024	INDICADA	SALINÓPOLIS-PA	01		

PRANCHA
05
01



FORMATO A1 (594x841)

CP-1
40x40cm

DN 150; i = 0,5%

CALÇADA

ACESSO

CALHA DE DRENAGEM

i = 0,5%

PISO
INCLINAÇÃO DE 1%

PISO
INCLINAÇÃO DE 1%

Tubo PVC, Serie Normal, DN 150; i = 0,5%

DN 150; i = 0,5% - vai para o sistema público

DN 150; i = 0,5%

CP-2
40x40cm

CALHA DE DRENAGEM

i = 0,5%

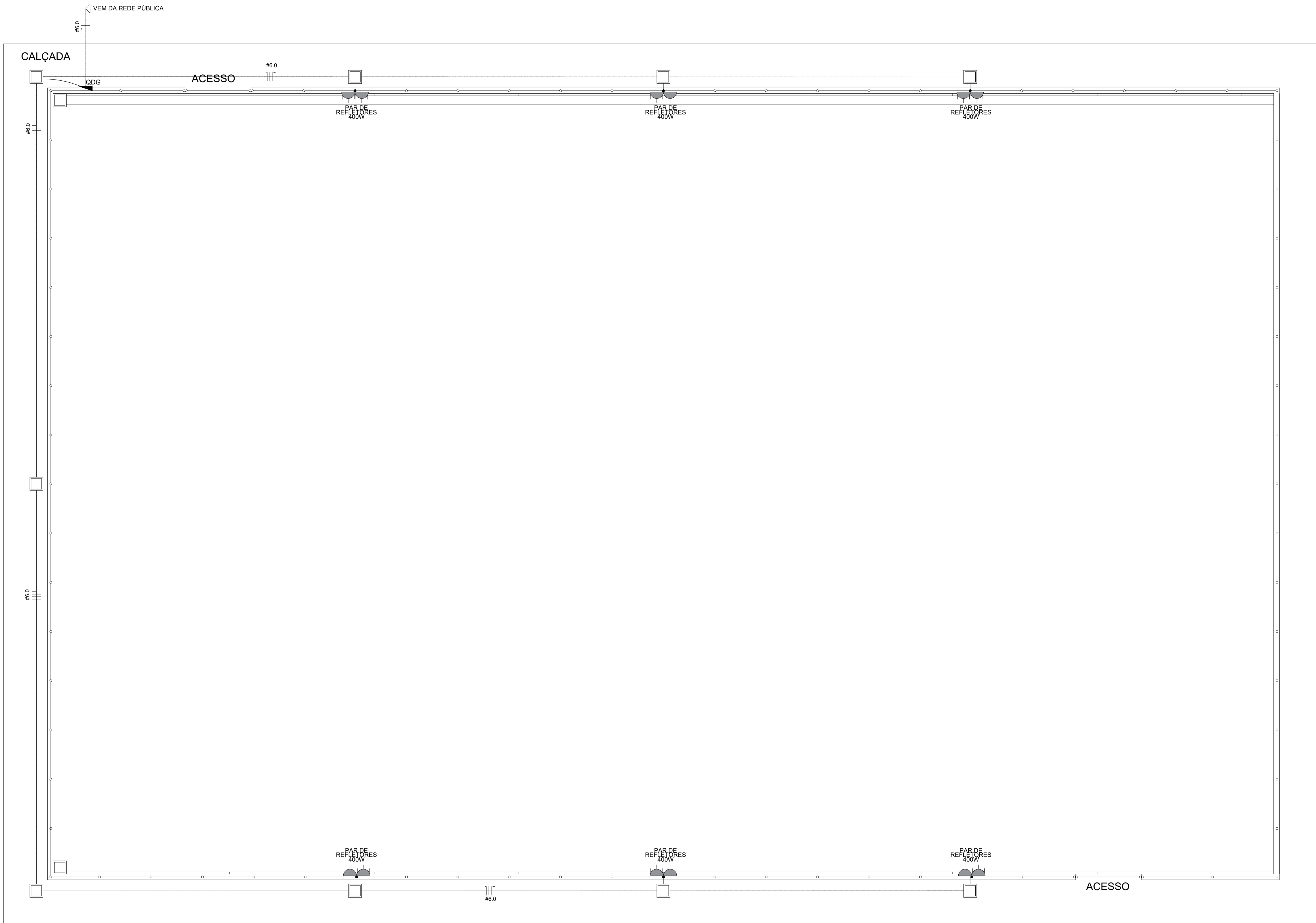
ACESSO

DRENAGEM PLUVIAL

ESC. 1:100

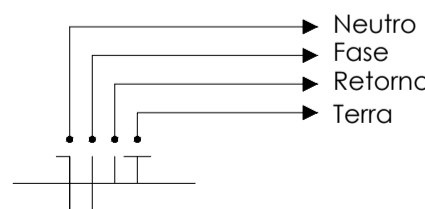
		PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS	
RESP. TÉCNICO:		TIAGO GHAMMACHI ENG. CIVIL - CREA 22540	
OBRA:		ARENA SOCIETY VILA DO SÃO BENTO	
PROJETO:		DRENAGEM PLUVIAL	
Data	Escala	Cidade	Revisão
FEVEREIRO/2024	INDICADA	SALINÓPOLIS-PA	01

PRANCHA
05
03

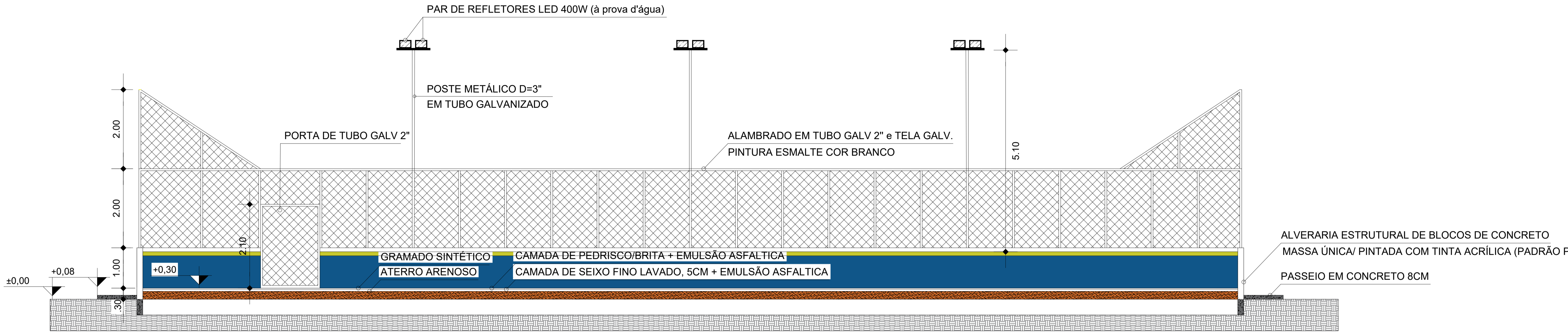


ELÉTRICO
ESC. 1:100

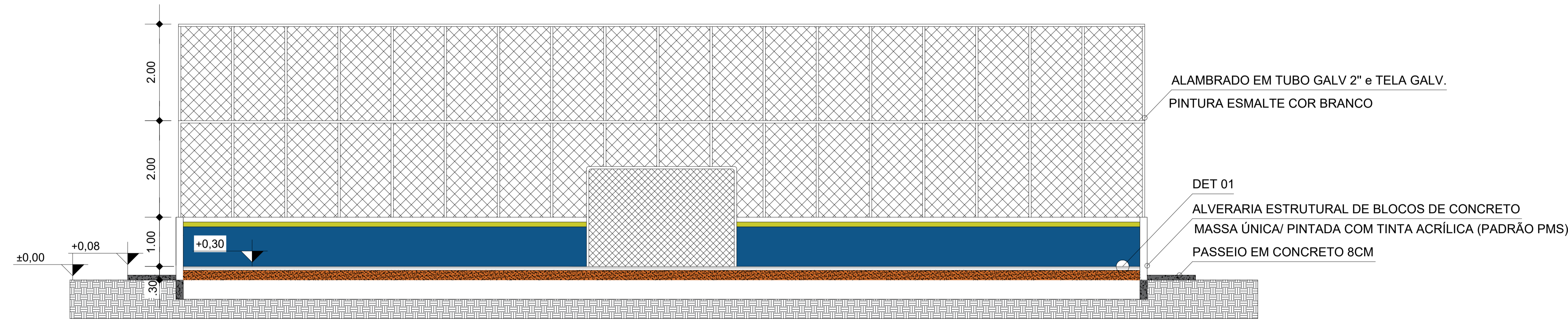
Observações:



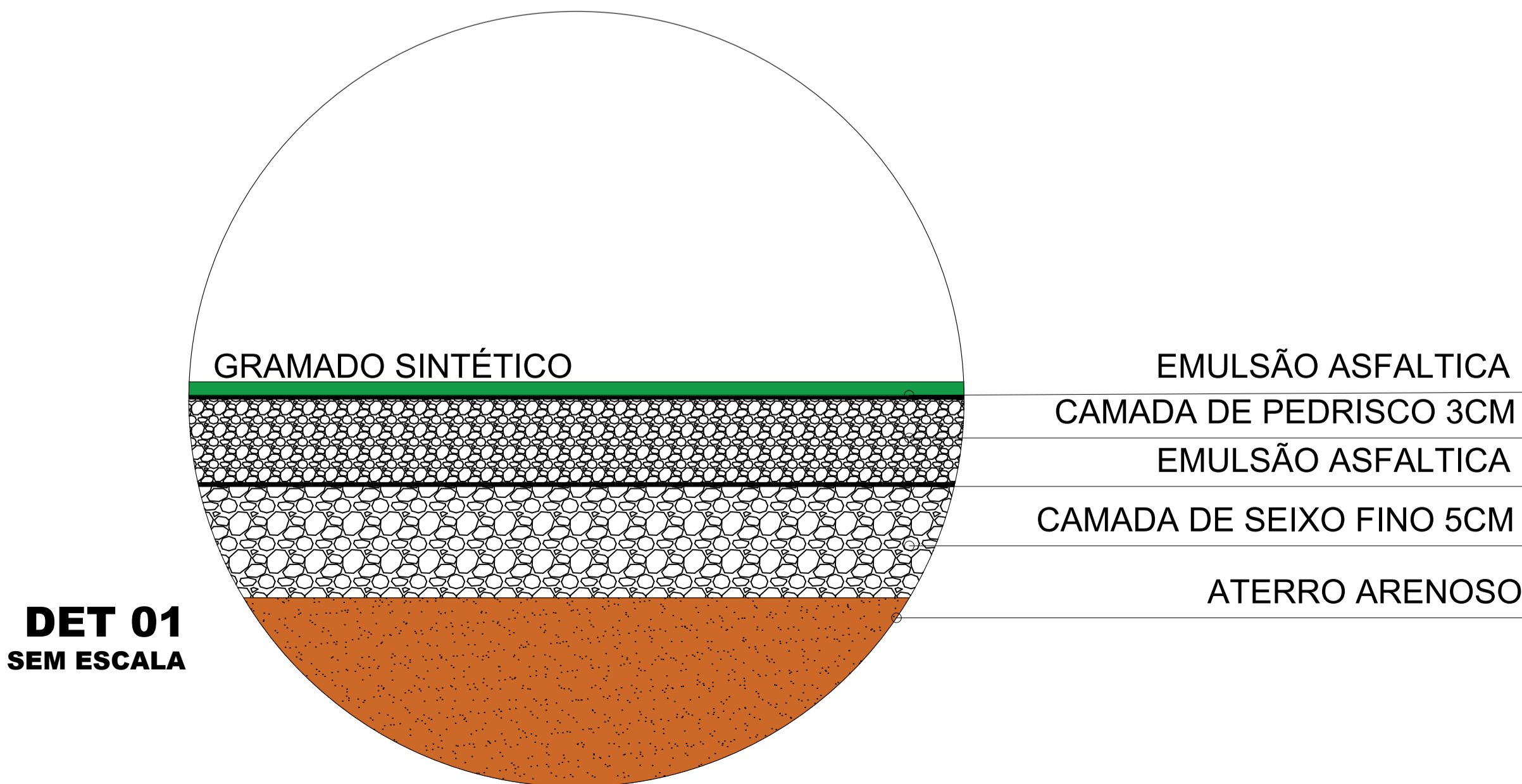
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS			
RESP. TÉCNICO:		TIAGO GHAMMACHI ENG. CIVIL - CREA 22540	
OBRA:		ARENA SOCIETY VILA DO SÃO BENTO	
PRONCHA		05	
PROJETO:		ELÉTRICO	
04		01	
Data	Escala	Cidade	Revisão
FEVEREIRO/2024	INDICADA	SALINÓPOLIS-PA	01



CORTE A'
ESC. 1:50



CORTE B'
ESC. 1:50



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS			
RESP. TÉCNICO:	TIAGO GHAMMACHI ENG. CIVIL - CREA 22540		
OBRA:	ARENA SOCIETY VILA DO SÃO BENTO		
PROJETO:	CORTE A'; CORTE B' e DET. 01		
Data	Escala	Cidade	Revisão
FEVEREIRO/2024	INDICADA	SALINÓPOLIS-PA	01

PRANCHA
05
01



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

**ANEXO F – Memorial Descritivo Arena Society da Vila
do São Bento**





ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

I. MEMORIAL DESCRITIVO

1. OBJETO:

Contratação de empresa para a execução de obras necessárias à **CONSTRUÇÃO DE UMA ARENA SOCIETY NA VILA DE SÃO BENTO**, localizada em Salinópolis-PA.

2. LOCALIZAÇÃO: Rua sem nome, s/nº - Vila São Bento, Salinópolis-PA

Coordenadas Geográficas:

Lat.: 9915621.47 m S

Long.: 236737.27 m E

ÁREA MARCADA EM VERMELHO



3. GENERALIDADE:

O presente Memorial e Especificações Técnicas têm por objetivo estabelecer as condições que nortearão o desenvolvimento das obras e serviços relativos à construção de uma quadra de futebol de gramado sintético, no município de Salinópolis, Estado do Pará, bem como fixar as obrigações e direitos não tratados no Edital, instruções de concorrência ou contrato. Os serviços contratados serão executados, rigorosamente, de acordo com este Memorial e Especificações Técnicas e com os documentos nelas referidos: as Normas Técnicas vigentes, as especificações de materiais e equipamentos descritos e os Projetos de Arquitetura/Complementares.

Todos os itens da planilha orçamentária dizem respeito, salvo o disposto em contrário nas Especificações Técnicas, a fornecimento de material e mão de obra, por parte da contratada.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

Serão impugnados pela Fiscalização, todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais. Ficará a contratada obrigada a demolir e a refazer os trabalhos impugnados logo após o recebimento da Ordem de Serviço correspondente, ficando por sua conta exclusiva, as despesas decorrentes dessas providências.

A praça em questão se encontra atualmente desprovidas de benfeitorias, sendo apenas um canteiro central, ocupado por plantas e árvores. A revitalização da praça será de fundamental importância para a promoção de mais espaços de lazer, com novo paisagismo que deixará a praça com maior valor estético e mais aprazível aos moradores da região e visitantes, além de valorizar as moradias das proximidades, preservando os aspectos naturais e contribuindo para o bem estar social.

4. OBJETIVO:

Este memorial apresenta o estudo para “**CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA DE GRAMADO SINTÉTICO NA VILA DE CUIARANA**”. Desse modo, visa detalhar e especificar adequadamente as intervenções das instalações a serem contempladas neste local, cuja execução deverá seguir as informações contidas nos projetos.

O empreendimento visa a construção da quadra de gramado sintético, demanda por muitos solicitado na área. O propósito da intervenção é valorizar a área para as atividades esportivas relacionadas ao futebol.

As informações contidas neste Memorial Descritivo e Especificações Técnicas e os projetos Arquitetônicos e complementares interagem. Os materiais e equipamentos empregados na execução dos serviços deverão estar de acordo com as especificações e normas técnicas brasileiras da ABNT.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1 Documentos para início da obra:

São de responsabilidade da contratada quaisquer despesas referentes à regularização para o início da obra tais como:

- Cadastro junto à Prefeitura Municipal local (ISS);
- Alvará de Construção de Obra;
- ART/RRT (Anotação de Responsabilidade Técnica/ Registro de Responsabilidade Técnica) de execução dos serviços contratados, com a respectiva taxa recolhida;

5.2 - Obrigações da Contratada:

5.2.1 - Quanto a materiais:

Estabelecer a programação de compra de materiais, de forma a concluir a obra no prazo fixado;

Observar rigorosamente os prazos de validade dos materiais, o que será recusado pela Fiscalização qualquer tipo de material que se encontre com o prazo de validade vencido;

Todo e qualquer material de construção que entrar no canteiro de obras deverá ser previamente aprovado pela Fiscalização. Aquele que for impugnado deverá ser retirado do canteiro, no prazo definido pela Fiscalização.

Submeter à Fiscalização, sem ônus, amostras dos materiais de acabamentos a serem utilizados na obra.



**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**

5.2.2 - Quanto à mão-de-obra:

Contratar mão-de-obra idônea, de modo a obter permanentemente na Obra, Engenheiro Civil e uma equipe de operários homogênea e eficaz, e de encarregados que assegurem o andamento satisfatório dos serviços.

É de responsabilidade da contratada o fornecimento de equipamentos de segurança aos seus empregados tais como: cintos, capacetes, etc., devendo ser obedecidas todas as normas de prevenção de acidentes.

5.2.3 - Quanto aos equipamentos e ferramentas de trabalho:

É de responsabilidade da contratada os gastos com aquisição de ferramentas, máquinas, equipamentos necessários na execução da revitalização.

5.2.4 - Quanto à administração da obra:

Manter um Engenheiro Civil qualificado na administração da obra, com carga horária mínima equivalente a dois turnos fixos, por semana.

5.3 - Segurança e saúde do trabalho:

A contratada assumirá inteira responsabilidade pela execução dos serviços subempreitados, em conformidade com a legislação vigente de Segurança e Saúde do Trabalho, em particular as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, instituídas pela Portaria nº 3.214/78 e suas alterações posteriores;

Serão de uso obrigatório os equipamentos de proteção individual estabelecidos na NR-18 e demais Normas de Segurança do Trabalho. Os equipamentos mínimos obrigatórios serão:

- Equipamentos para proteção da cabeça
- Equipamentos para Proteção Auditiva
- Equipamentos para Proteção dos membros superiores e inferiores.

A inobservância das Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Saúde do Trabalho terá como penalidade advertência por escrito e as consequentes responsabilidades legais.

5.4 - Diário de Obra:

Deverá ser mantido no canteiro um Diário de Obra, desde a data de início dos serviços, para que sejam registrados pela contratada e, a cada vistoria, pela Fiscalização, fatos, observações e comunicações relevantes ao andamento da mesma.

5.5 - Limpeza da obra:

Os locais da obra, assim como seus entornos e passeio, deverão ser mantidos limpos e desobstruídos de entulhos, durante e após a realização dos trabalhos.

5.6 - Locação de Instalações e Equipamentos:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

A contratada procederá à aferição das dimensões, dos alinhamentos, dos ângulos e de quaisquer outras indicações constantes dos projetos com as reais condições encontradas no local.

Havendo discrepâncias, que não possam ser sanadas na obra, ou modificações significativas ocorridas após a conclusão e o recebimento dos projetos, a ocorrência será comunicada à Fiscalização, que decidirá a respeito.

5.7 - Especificações de materiais e serviços:

O fornecimento de materiais, bem como a execução dos serviços obedecerá rigorosamente ao constante nos documentos:

- Normas da ABNT;
- Prescrições e recomendações dos fabricantes;
- Normas internacionais consagradas, na falta das citadas;
- Estas especificações e desenhos dos projetos.

Os materiais ou equipamentos especificados admitem equivalentes em função e qualidade. O uso destes produtos será previamente aprovado pela CONTRATANTE.

A existência de Fiscalização, de modo algum, diminui ou atenua a responsabilidade da contratada pela perfeição da execução de qualquer serviço.

Ficará a critério da Fiscalização recusar qualquer serviço executado que não satisfaça às condições contratuais, às especificações e ao bom padrão de acabamento.

A contratada ficará obrigada a refazer os trabalhos recusados pela Fiscalização.

Caberá à contratada manter o DIÁRIO DE OBRAS, no qual se farão todos os registros relativos a pessoal, materiais retirados e adquiridos, andamento dos serviços e demais ocorrências.

Caberá à contratada a responsabilidade por qualquer acidente de trabalho, bem como danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE e a terceiros.

Todas as medidas serão conferidas no local.

A quantificação é da responsabilidade das empresas LICITANTES que serão obrigadas a contemplar todos os itens constantes do projeto.

Todos os materiais serão novos, comprovadamente de primeira qualidade.

5.8 - Quanto ao andamento dos trabalhos:

Para fiel observância do contrato e perfeita execução e acabamento das obras a contratada deverá manter na obra pessoal técnico habilitado e obriga-se a prestar toda assistência técnica e administrativa, com a finalidade de imprimir aos trabalhos o ritmo necessário ao cumprimento dos prazos contratuais;

À contratada caberá a execução das instalações provisórias de água, luz, força, esgoto, etc., bem como o transporte dentro e fora do canteiro de obras.

5.9 - Do prazo de execução:

O prazo para execução dos serviços será o estabelecido no Cronograma Físico, e passará a vigorar a partir da data da emissão da Ordem de Serviço.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

II. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. SERVIÇOS PRELIMINARES

- **Placa de obra em lona com plotagem de gráfica:**

Serviço executado pela empresa CONTRATANTE com o objetivo de fornecer as informações referentes à obra.

A placa indicativa da obra deverá ser executada respeitando rigorosamente às referências cromáticas, as dimensões e os tipos de letras e logotipos do modelo apresentado pelo Órgão Público Contratante.

A placa deverá ser em lona com plotagem gráfica, armada com sarrafos de madeira.

Para fins de recebimento a unidade de medição será de acordo com o serviço executado.

- **Execução de barracão de madeira/Almoxarifado (Incluindo Instalação):**

Execução de Barracão de Madeira/Almoxarifado, conforme quantidades estabelecidas em planilha orçamentária.

Ficará a cargo exclusivo da CONTRATADA toda a providência correspondente às instalações provisórias da obra, compreendendo o aparelhamento, maquinaria e ferramenta necessária à execução dos serviços provisórios tais como: Barracão em madeira mista, com 15,00 m² de área, com instalação de luz e água. A madeira utilizada deverá ter boa qualidade, resistir às intempéries e garantir o Isolamento adequado do Local.

Para fins de recebimento a unidade de medição será de acordo com o serviço executado.

- **Tapume metálico:**

Fechamento da área ao redor da construção pra: demarcar, separar e proteger a obra e pedestres.

2. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

- **Equipe Técnica:**

A administração se dará por equipe técnica habilitada para a supervisão das atividades, portando toda a documentação necessária (projetos executivos, memorial descritivo, especificações técnicas e demais documentos cabíveis) para a perfeita execução dos serviços necessários para a conclusão da obra.

Ficará, também, a cargo da administração a manutenção do canteiro de obras no que diz respeito à segurança de todos os profissionais ali locados e eventuais transeuntes.

3. MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

A contratada deverá providenciar e programar todos os serviços relacionados na presente especificação de acordo com o cronograma e projetos elaborados.

Para fins de recebimento a unidade de medição será de acordo com o serviço executado.



**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**

4. MOVIMENTAÇÃO DE TERRA

- A movimentação de terra consistirá nas escavações para fundação, drenagem e elevação do nível da quadra com aterro arenoso, conforme projeto. Deverá ser aberta uma vala obedecendo ao alinhamento, perfil e dimensões estabelecidas e projeto. O fundo da vala deverá ser regularizado e em seguida compactado. Para corrigir o recalque produzido pela compactação, será colocado material de primeira categoria (areia), que será compactada até chegar ao nível desejado. As guias serão assentadas com a fase que não apresente falhas nem depressões, para cima de tal forma que assuma o alinhamento e o nível do projeto.

5. FUNDAÇÕES

- **Lastro de concreto magro, espessura de 5 cm:**

Aplicado na base da vala para receber a viga baldrame.

- **Composição paramétrica para execução de estruturas de concreto armado, para edificação institucional térrea, fck = 25 mpa:**

Concretagem da viga baldrame.

6. PISOS

- **Camada de seixo fino lavado, 5cm, com espalhamento:**

Primeira camada de forração da quadra, feita com seixo fino lavado, deverá ser espalhada de maneira uniforme e nivelada para receber a aplicação de emulsão asfáltica.

- **Camada de pedrisco/brita 0, 3cm (4,8 a 9,5 mm), com espalhamento:**

Primeira camada de forração da quadra, feita com pedrisco/brita 0, deverá ser espalhada de maneira uniforme e nivelada para receber a aplicação de emulsão asfáltica.

- **Impermeabilização de superfície com emulsão asfáltica, 2 demãos:**

Emulsão asfáltica é um material de composição asfáltica em dispersão na água. O termo emulsão é utilizado quando é realizada uma mistura de materiais que, por natureza, não se misturam. Deverá ser aplicada duas demãos após o seixo e outras duas demãos após o pedrisco.

- **Compactação com rolo compressor – seixo:**

Compactação mecanizada após o nivelamento do seixo e aplicação de emulsão asfáltica, com rolo compressor para melhor acomodação e nivelamento da camada que receberá o gramado sintético.



**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**

- **Compactação com rolo compressor – pedrisco:**

Compactação mecanizada após o nivelamento do pedrisco e aplicação de emulsão asfáltica, com rolo compressor para melhor acomodação e nivelamento da camada que receberá o gramado sintético.

- **Grama sintética esportiva para futebol:**

O gramado sintético possui uma série de particularidades e deve ser contratada mão de obra específica para o serviço. Grama fabricada em polietileno, com altura mínima de 50mm, incluso fornecimento e montagem, frete, camada de areia sobre a grama, camada de borracha granulada sobre a grama, demarcação em grama sintética na cor branca, proteção uv e garantia de 5 anos.

- **Calçada (incluso, alicerce, baldrame e concreto com junta seca):**

Calçamento de um metro de largura a ser construído em todo o contorno da arena da arena.

7. PAREDES, ALAMBRADO E PINTURAS

- **Alvenaria de blocos de concreto estrutural 14x19x39 cm (espessura 14 cm), fbk = 4,5 mpa:**

Paredes que delimitarão a área da quadra, conforme projeto.

- **Chapisco aplicado em alvenarias e estruturas de concreto internas, com colher de pedreiro. argamassa traço 1:3 com preparo manual:**

Aplicado nas faces internas e externas da alvenaria.

- **Massa única, para recebimento de pintura, em argamassa traço 1:2:8, preparo manual, aplicada manualmente em faces internas de paredes, espessura de 10mm, com execução de taliscas:**

Aplicado nas faces internas e externas da alvenaria.

- **Aplicação de fundo selador acrílico em paredes, uma demão:**

Aplicado nas faces internas e externas da alvenaria.

- **Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos.**

Aplicado nas faces internas e externas da alvenaria seguindo o padrão da prefeitura municipal de Salinópolis (Azul royal, amarelo ouro e branco neve). As superfícies a serem pintadas deverão ser examinadas e corrigidas de quaisquer



**ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS**

defeitos antes da execução dos serviços. Todos os cuidados quanto às superfícies estarem secas e limpas e precauções quanto ao intervalo de tempo, entre demãos, deverão ser observados, conforme recomendações das Normas Brasileiras.

Cada demão de tinta só poderá ser aplicada quando a precedente estiver perfeitamente seca, observar um intervalo de 24 horas entre duas demãos sucessivas.

Deverá ser aplicado selador acrílico para paredes uma demão da marca SUVINIL ou similar, observando-se o intervalo de secagem mínimo, e diluído conforme recomendações do fabricante.

Deverá ser aplicada e lixada massa ACRÍLICA da marca SUVINIL ou similar de mesma qualidade, de forma a obter superfície perfeitamente lisa, regular e limpa, pronta para receber pintura.

- **Alambrado para quadra, estruturado por tubos de aço galvanizado, (montantes com diâmetro 2", com tela de arame galvanizado, fio 10 bwg e malha quadrada 5x5cm:**

Proteção vertical de preserva os espectadores e evita que a bola de futebol ultrapasse os limites da quadra, deverá ser executado conforme projeto.

- **Pintura com tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético acetinado) pulverizada sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (02 demãos).**

Aplicar duas demãos, de tinta esmalte sintético acetinado cor branco, de primeira linha. A superfície pintada deverá apresentar uniformidade em textura e tonalidade.

8. DRENAGEM PLUVIAL

Conforme determinado em projeto de drenagem, serão feitas duas canaletas em alvenaria rebocada nas laterais da quadra, com grelha metálica que canalizará água da chuva para o sistema público.

9. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

O sistema elétrico se resume na iluminação da quadra, que será feita por 12 refletores de LED 400w para área externa/ a prova d'água, que será alimentado por um quadro de distribuição geral embutido na alvenaria e aterrado. Os refletores serão divididos em 2 disjuntores de 32 amperes (6 refletores em cada disjuntor) e fixados em postes de aço galvanizado conforme projeto.

10. EQUIPAMENTOS

- **Conjunto de Traves oficiais de futsal 3,00 X 2,00 m em tubo de aço galv. 3" incluso pintura:**

Par de traves de futsal, perfeitamente esquadradas e com acabamento em 45° nos ângulos superiores.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS

11. LIMPEZA

- **Limpeza geral e entrega da obra**

Todos os serviços deverão ser entregues completamente arrematados, devendo ser testadas as tubulações, instalações, etc. Após o término da obra a contratada fará a limpeza de todo o canteiro que tenha utilizado, retirando todo material empregado, de modo a entregá-lo completamente limpo e desimpedido.

Poderão ser utilizados na limpeza produtos químicos adequados para cada material, para a limpeza externa poderá ser utilizada vassoura, enxadas, e outras ferramentas necessárias para a limpeza.

TIAGO GHAMMACHI
ENG. CIVIL - CREA/PA 22540



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



ANEXO III – MATRIZ DE RISCO

Contratação de empresas para a execução de serviços de engenharia relacionados à reforma e ampliação do Posto de Saúde do Alto Pindorama, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Salinópolis (SEMED).

Tipo De Risco	DESCRIÇÃO	MATERIALIZAÇÃO	MITIGAÇÃO	ALOCAÇÃO
01- Execução	Falta de emissão de Ordem de Serviço	Atrasos no prazo de execução; Paralisações	Aditivo contratual excepcional, semônus para a Contratante;	Contratante
02- Execução	Danos e prejuízos causados à obra por erro ou falha de execução	Atraso cronograma de execução da obra Aumento de custos	Seguros de Riscos de Engenharia Cláusula contratual de aplicação de penalidades e rescisão do contrato	Contratada/ Seguradora
03- Execução	Elevação dos custos de operação da atividade empresarial e da execução do objeto em particular	Comprovado aumento do custo; Diminuição da Lucratividade da Contratada; Alteração no Fluxo de Caixa da Contratada;	Contratação Integrada, contratada responsável. Seguros de Riscos de Engenharia	Contratada/ Seguradora



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



04- Execução	Suspensão do prazo de execução a pedido da Contratada;	Atrasos na entrega da obra, bem ou serviço;	Interrupção do contrato; Anuência da contratada para alteração do prazo de execução.	Contratante
05- Execução	Atraso de pagamento de faturas pela Contratante	Desequilíbrio financeiro da obra; Alteração no fluxo de caixa da Contratada	Atualização financeira	Contratante
06- Execução	Acidentes de trabalho com Empregados nos locais de execução de serviços	Atrasos no prazo inicial estimado; Indenizações trabalhistas a serem pagas pela empresa Contratada; Aumento dos encargos sociais, acima do inicialmente previsto	Controle rigoroso da segurança do trabalho – feito pelos técnicos/engenheiros de segurança do trabalho da Contratada; Uso obrigatório das Normas Regulamentadoras- NRs em segurança do trabalho Seguros de Riscos de Engenharia	Contratada/ Seguradora
07- Execução	Atraso na execução do objeto contratual por culpa da contratada	Atraso no prazo inicial estimado	Recuperação do prazo pela empresa Contratada para impedir atrasos nas fases sequenciais Contratação de pessoal para recuperar atraso e evitar multas e outras penalidades contratuais	Contratada
08- Execução	Serviço executado em desacordo com o especificado erro/vícios construtivos na execução da obra; Não aceitação de serviços	Retrabalhos pela empresa contratada, não remunerados pela Contratante; Atraso nos prazos	Rigor na verificação dos serviços executados, Certificando-se da compatibilidade do insumo/equipamento com o especificado	Contratada/ Seguradora



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



	executados/conclusos	estimados;	no Edital; Melhoria da gestão operacional e no Controle tecnológico; Seguros de Riscos de Engenharia Recuperação dos prazos; Penalidades; Aditivos de prazo, sem ônus à Contratante	
09- Execução	Não recebimento definitivo dos serviços e obras, em prazo estabelecido pela legislação	Não recebimento da última etapa do Cronograma físico-financeiro; Sanção pelos órgãos de controle;	Possibilidade de acionamento da garantia contratual em caso de inércia no procedimento de recebimento de obras/serviços;	Contratada
10- Execução	Redução do lucro previsto no BDI da proposta de licitação	Não obtenção do retorno econômico previsto na proposta	Seguros de Riscos de Engenharia	Contratada/ Seguradora
11- Execução	Deficiência de mão de obra, tanto de qualidade, quanto em quantidade.	Comprometimento da execução dos serviços; Aumento do prazo de execução	Treinamento e capacitação dos técnicos envolvidos; Adequação de cronograma, sem ônus para a Contratante; Recuperação do prazo para impedir atrasos nas fases sequenciais;	Contratada/ Seguradora
12- Execução	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato, próprios do risco ordinário da atividade	Aumento do prazo de execução; Aumento do custo do serviço	Seguros de Riscos de Engenharia Contratação de profissionais qualificados; Recuperação de prazos	Contratada/ Seguradora



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



	empresarial ou da execução;			
13- Execução	Outros riscos afetos à execução do objeto do contrato, que não estejam expressamente previstos como risco do contratante.	Atrasos no prazo de execução; Aumento dos custos inicialmente previstos	Seguros de Riscos de Engenharia	Contratada/ Seguradora
14- Risco Geológico	Ocorrência de acréscimos de volumes de escavação e quantitativos de serviços de fundação em relação ao anteprojeto e por consequência da variação de tipo de solo.	Comprometimento cronograma Aumento dos custos da obra;	Contratação integrada - responsabilidade dos levantamentos da Contratada. Seguros de Riscos de Engenharia	Contratada/ Seguradora
15- Risco Geológico	Ocorrência de acréscimos de quantitativos de demolições e retiradas	Comprometimento do cronograma e alteração dos custos de obras	Contratação Integrada - responsabilidade dos levantamentos da Contratada. Seguros de Riscos de Engenharia	Contratada/ Seguradora
16 – Risco Meteorológicos	Refazimento de serviços, perdas ou paralisações motivadas por questões climáticas.	Comprometimento do cronograma e alteração dos custos de obras	Para chuvas com médias históricas dos últimos 10 anos a Contratada é responsável. Seguros de Riscos de Engenharia Acima da média histórica dos últimos 10 anos Contratante é responsável. Aditivo Contratual	Contratada/ Seguradora Contratante



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



17 - Licenciamento Ambiental	Não obtenção de licenças ambientais ou atraso na renovação dessas.	Atraso no início das obras Atraso cronograma; Elevação dos custos de obra;	Responsabilidade do Contratado obter todas licenças em todas as esferas governamentais; Recuperação do prazo para impedir atrasos; Aplicação das sanções previstas no Contrato e Edital.	Contratada
18- Ambiental	Não observância às normas ambientais.	Impedimento da execução dos serviços;	Atender a todas as condicionantes para obtenção de aprovações e/ou licenças pertinentes;	Contratada
19 – Ambiental	Bota Fora de materiais e solos	Variação de quantitativo de material a ser encaminhado a aterro sanitário licenciado inclusive transporte	Conforme legislação e condicionantes devidamente transportados (veículo de acordo com propriedade material) e encaminhado a aterros sanitários licenciados	Contratada
20- Interferências	Identificação de interferências físicas	Atraso cronograma, elevação dos custos de obra	Remanejar o que for possível e identificar interferências que devam ser demolidas, bem como proceder com as retiradas necessárias Contratação Integrada, contratada responsável. Seguros de Riscos de Engenharia	Contratado/ Seguradora
21- Terceiros	Roubo, furto, vandalismo, depredação ou perda de	Custo adicionais causados pelos eventos	Guarda de Materiais/equipamentos em local próprio e seguro Contratação de	Contratado/



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



	infraestrutura, material e equipamentos; Prejuízos gerados por falta de segurança no canteiro	de roubo, furto e vandalismo.	vigilância e segurança privada. Contratação de seguros contra roubos e/ou furtos.	Seguradora
22- Planejamento	Falha de planejamento	Distribuição inadequada das frentes de trabalho de acordo com a tipificação do serviço; Equipamentos ociosos ou insuficientes	Melhor definição de interfaces e planejamento. Realizar a devida distribuição das frentes de trabalho; Histograma equipamentos deve ser compatível desenvolvimento atividades Seguros de Riscos de Engenharia	Contratado/ Seguradora
23 – Serviços Preliminares	e prazo, limpeza do terreno, com inicial estimado; adicional de carga, transporte e disposição.	Aumento do prazo inicial estimado	Contratação Integrada, contratada responsável. Seguros de Riscos de Engenharia	Contratado/ Seguradora

Tiago Pinto Ghammachi
Eng.º Civil - CREA/PA 22.540
Secretário Municipal de Obras
Decreto nº 060/2021



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



ANEXO IV – ATESTADO DE VISTORIA OU DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Processo nº. XXX/XXX/20__

Concorrência nº. XXX – PMS/OS

OBJETO:

Empresa:

Responsável legal da empresa:

CNPJ nº

Endereço:

Fone:

E-mail:

Atestamos que a Empresa _____, através do seu responsável técnico, Sr. _____ engenheiro civil, CREA nº. _____, visitou o local da obra, tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação relativa ao Edital nº. xxxxxxxx /2024 .

OBSERVAÇÕES:

(cidade), _____ de _____ de 20__.

Responsável técnico de acompanhamento

OU



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA

Processo nº. XXX/XXX/20__

Concorrência nº. XXX – PMS/PA

OBJETO:

Empresa:

Responsável legal da empresa:

CNPJ nº.:

Endereço:

Fone:

E-mail:

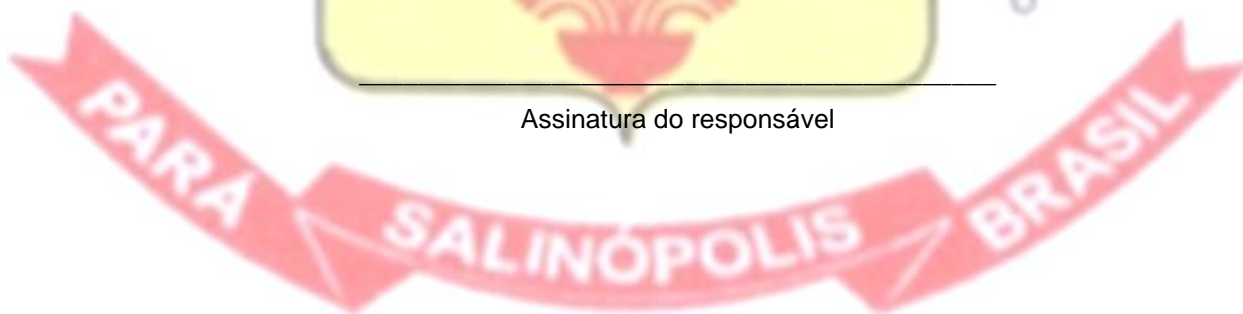
Declaro que renuncia à Visita Técnica ao local e as instalações para a prestação dos serviços constantes do objeto do Edital nº....., e o quadro técnico da empresa tomou conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletaram informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por manter as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

(cidade),

de

de 20__.

Assinatura do responsável





ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;

À Central de Licitações e Contratos – PMS

Concorrência n.º ____/2024

Processo Administrativo n.º ____/____/202__

Sessão Pública: Dia ____/____/2024, às 09 horas (horário de Brasília/DF)

A empresa _____, CNPJ nº _____, domiciliada à Av/Rua _____ (endereço completo) _____, apresenta, por meio desta, PROPOSTA DE PREÇOS no valor global de R\$ _____ (_____), objetivando a execução da obra especificada no Termo de Referência e Projetos Executivos (Anexo I e II).

I - DO OBJETO DA PROPOSTA

1.1. O objeto da presente PROPOSTA COMERCIAL é a indicação de VALOR GLOBAL para a execução completa, inclusive com fornecimento de materiais e equipamentos, por meio de contratação integral, da obra objeto do Processo de Licitação em tela, observadas rigorosamente todos os projetos técnicos, especificações, encargos, prazos e condições gerais detalhadas no Termo de Referência e Projetos Executivos (e seus anexos).

1.2. Faz parte integrante deste PROPOSTA COMERCIAL as planilhas de detalhamento do ORÇAMENTO-PROPOSTA e CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, e demais documentos necessários à execução do objeto, observados os modelos e parâmetros utilizados pela Administração na orçamentação.

II - DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

2.1. O prazo de validade da presente proposta é de _____ (_____) a partir da abertura do certame.

III - DAS DECLARAÇÕES

3.1. Por meio desta Proposta Comercial, DECLARAMOS que na elaboração da presente proposta:

a) não alteramos quaisquer quantitativos de serviços e materiais, bem como etapas e prazos previstos nas planilhas do orçamento-base e cronograma elaboradas pela Administração;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



b) optamos pelo regime de encargos sociais (onerado/desonerado) _____, nos termos do regime de tributação adotado pela empresa junto a Receita Federal (cf. comprovação anexa);

c) somos absolutamente responsáveis pelos trabalhos técnicos de levantamento e de cotações de preços de mercados realizados para fins de elaboração da presente proposta comercial, não sendo cabível quaisquer questionamentos para fins de alterações do valor proposto por erros, falhas ou omissões; e,

d) todos os custos, diretos e indiretos, incidentes sobre a execução do futuro Contrato foram considerados por ocasião da elaboração desta proposta comercial, não cabendo qualquer alegação posterior de erro e/ou não consideração de tal ou qual ônus, encargo ou custo.

(cidade/estado), _____ de _____ de 20__.

Responsável Legal pela Licitante

Observações: Emitir em papel que identifique a licitante.





ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO;

MINUTA DO CONTRATO
Processo Administrativo nº

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
...../2024, QUE FAZEM ENTRE A
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SALINOPOLIS, POR INTERMEDIO
DA E
.....

O MUNICÍPIO DE SALINÓPOLIS por Intermédio da XXXXXX, com sede no
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, na cidade de SALINÓPOLIS/PA, inscrito no CNPJ sob o nº
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nete ato representado (a) pelo (a)
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nomeado (a) pelo decreto nº XXXXXXXX, Brasileiro(a), estado
civil, profissão, com RG nº 00000/UF e CPF nº 000.000.000-00, doravante denominado(a) como
CONTRATANTE, e a Empresa XXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, sito a
XXXXXXXXXX, nº XXX, Bairro: XXXXXXXXX, cidade de XXXXXXXXX/XX, inscrita no CNPJ sob
nº XX.XX.XX/XXXX-XX, neste ato representada por seu sócio proprietário XXXXXXXXX,
Brasileiro, estado civil, profissão, RG nº 00000/UF e CPF nº 000.000.000-00, residente e
domiciliado(a) na Rua XXXXXXXXX, nº XXX, Bairro XXXXXXXXX, denominada CONTRATADA,
acordam e ajustam firmar o presente Contrato, tendo em vista o que consta no Processo nº
..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e
demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do
Concorrência n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX que será prestado nas condições estabelecidas no
Termo de Referência/Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos
ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este Termo de Contrato.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados
- 1.4 O regime de execução é o de empreitada por preço global

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA, PRAZO DE EXECUÇÃO E PRORROGAÇÃO

2.1.O prazo de vigência da contratação é de contados do(a) na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo para execução da obra será de até XXX (XXXX) dias corridos, a partir da assinatura do contrato

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- f) Seja comprovado Alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
- g) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- h) Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração decorrente de atraso de repasse de recursos financeiros pela conveniente;
- i) Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por Lei;
- j) Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- k) Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



- 2.5. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.8. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

MATRIZ DE RISCO:

3.1.1. Constituem riscos a serem suportados pelo Contratante:

- 3.1.1.1. Não liberação do Alvará de Construção;
- 3.1.1.2. Mudanças no projeto solicitadas pela contratante;
- 3.1.1.3. Mudanças no projeto para adequação à legislação do Município;
- 3.1.1.4. Atrasos no início da construção por motivo não imputáveis ao contratado gerando custos adicionais;
- 3.1.1.5. Eventos não seguráveis que prejudiquem a continuidade das Obras;
- 3.1.1.6. Mudança de regras que aumentem os custos da obra, exceto aumento de salários;
- 3.1.1.7. Atrasos no pagamento dos serviços previstos no cronograma físico-financeiro por parte da contratante.

3.1.2. Constituem riscos a serem suportados pela Contratada:

- 3.1.2.1. Dificuldade de cumprir o cronograma da elaboração dos projetos;
- 3.1.2.2. Mudanças no projeto para adequação à legislação do município;
- 3.1.2.3. Erro no valor e prazo para execução obra;
- 3.1.2.4. Problemas verificados durante a execução da obra nos prédios vizinhos;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



- 3.1.2.5. Prejuízos gerados por falta de segurança no canteiro;
- 3.1.2.6. Prejuízos causados a terceiros pela contratada ou seus subcontratados;
- 3.1.2.7. Eventos seguráveis que prejudiquem a continuidade das obras;
- 3.1.2.8. Custos devido a má gestão do projeto;
- 3.1.2.9. Custos gerados por má execução de serviços por subcontratados;
- 3.1.2.10. Atrasos causados por manifestações públicas relacionados até 15 (quinze) dias sucessivos;
- 3.1.2.11. Custos causados por greves, falta de materiais, desconformidade com as especificações da contratante, quaisquer motivos por culpa do contratado;
- 3.1.2.12. Prejuízos decorrentes de erros na realização das obras verificados pela fiscalização, acabamentos e utilização de materiais inadequados ou fora das especificações;
- 3.1.2.13. Problemas causados devido a erros nos projetos complementares;
- 3.1.2.14. Contratada apresenta problemas de caixa que prejudiquem o andamento e conclusão da obra;
- 3.1.2.15. Problemas decorrentes do projeto ou devido à execução de serviços;
- 3.1.2.16. Custos gerados por ações de terceiros contra a contratada ou subcontratados.
- 3.1.3. Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, pelo contratante e pela contratada:
 - 3.1.3.1. Quebra do contrato por problemas diversos;
 - 3.1.3.2. Anulação do contrato por natureza diversa;
 - 3.1.3.3. Atrasos causados por ação de órgãos fiscalizadores
- 3.1.4. Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantidas as suas disposições e da MATRIZ DE RISCO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 3.1.5. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses que excluem a sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCO.
- 3.1.6. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 3.1.7. Matriz de Riscos é cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



3.1.8. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do empreendimento. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere provável prejuízo econômico.

3.1.9. A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco.

3.1.10. A Contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade é do Contratante, conforme estabelecido na Matriz de Risco.

3.1.11. Constitui peça integrante deste Edital e do contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivo, o **ANEXO III – MATRIZ DE RISCOS**.

3.1.12. A contratada declara ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato, e de ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

3.1.13. Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantidas as suas disposições e da MATRIZ DE RISCO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

3.1.14. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses que excluem a sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCO.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nos termos e condições a seguir:

4.1.1 Fica expressamente proibida a subcontratação integral do objeto deste contrato, especialmente quando este constituir o escopo principal da contratação.

4.1.2 A subcontratação fica restrita a um limite máximo de 30% (trinta por cento) do orçamento total.

4.2. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O Valor Global da contratação é na importância de R\$ (XXXXXXXXXXXXXX).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

6.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária previstas para o exercício de 20XX, conforme Nota de Empenho nº. XXXX, bem como classificação abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO

ELEMENTO DE DESPESA

FICHA FONTE

CLÁUSULA SETIMA– DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

7.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE (art. 92, V)

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais [elaboradas com base no SINAPI (SICRO) do mês xxxx do ano de yyyy] .

8.2 Os preços contratuais, em Reais, poderão ser reajustados após o prazo de um ano pelos Índices utilizados pelo PMS/SEMOB, para o setor da Construção Civil, apurados e fornecidos



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



pela Fundação Getúlio Vargas, após decorrido 01(um) ano do mês base da proposta, que deverá ser o mesmo do orçamento preestabelecido no Edital, nos termos do art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192, de 14/02/01, sendo o índice inicial referente ao mês do Orçamento do PMS/SEMOB.

8.2.1. Caso decorra período superior a um ano contado a partir da data-base da proposta, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 meses.

8.2.1.1. Os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados pela seguinte fórmula:

$$R = \frac{li - lo}{lo} \times V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado

lo = Índice de preço verificado no mês do orçamento do PMS/SEMOB

li = Índice de preço referente ao mês de reajustamento

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obra ou serviço a ser reajustado.

8.2.1.2. Não se admitirá, nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes

8.3. Os valores a serem pagos, no caso de ocorrer atraso na data prevista no subitem 11.3, deverão ser atualizados financeiramente, desde que o contratado não tenha dado causa ao atraso, pelos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, conforme o disposto no Art. 1º, alínea F, da Lei n. 9.494, de 10/09/1997, com a redação dada pelo Art. 5º, da Lei 11.960, de 29/06/2009, após decorridos 30 dias da data da emissão do aceite na nota fiscal devendo ser observado o disposto no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA NONA—OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

Além das obrigações previstas no Termo de Referência - Anexo I do Edital da Concorrência nº 0XX/2027 são obrigações da CONTRATANTE:

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



9.2. Prestar as informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

9.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

9.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.11.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

9.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



9.16. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

Além das obrigações previstas no Termo de Referência - Anexo I do Edital da Concorrência nº 0XX/2024 são obrigações da CONTRATADA:

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

10.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



10.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

10.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



10.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

10.25. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

10.26. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

10.27. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

10.28. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



10.29. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

10.30. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

10.31. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

10.32. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

10.33. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c) florestas plantadas; e
- d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

10.34. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

10.34.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

10.35 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

10.35.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

10.35.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

10.35.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

10.35.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

10.35.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

10.35.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



10.35.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

10.35.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

10.36. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

10.37. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, com restituição imediata após fiel execução do contrato, nos termos do art. 100 da Lei nº 14.133/21, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato. Caberá à contratada manter a validade da garantia durante o período de vigência contratual, acrescido de 6 (seis) meses, renovando ou reforçando a conforme necessário.

11.2. A comprovação da garantia pelo adjudicatário deverá ser efetivada perante a SEMED/PMS, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da contratante, contados da assinatura do contrato.

11.3. A adjudicatária poderá optar por prestar a garantia por uma das seguintes modalidades:

11.3.1. **CAUÇÃO EM DINHEIRO OU TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA**, conforme inciso I do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, sendo que a garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica de caução do PMS, com correção monetária.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



11.3.2. **FIANÇA BANCÁRIA** emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, devendo constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.3.3. **SEGURO GARANTIA**, no caso da opção pelo Seguro Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela SUSEP a comercializar seguros, e em nome da SEMED/PMS, cobrindo, inclusive, os riscos de rescisão do contrato.

11.4. A SEMED/PMS restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133/2021.

11.5. Em caso de rescisão do contrato ou de interrupção dos serviços, não será devolvida a garantia, a menos que a rescisão ou paralisação decorram de acordo com a SEMED/SEMOB, nos termos da legislação vigente.

11.6. Havendo prorrogação de prazo formalmente admitido pela Administração, deverá o Contratado apresentar nova garantia de execução do Contrato, de forma a abranger o período de prorrogação, restando à administração os créditos do Contratado, enquanto não efetivada tal garantia, ou valor a ela correspondente.

11.7. Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

11.8. Quando se tratar de consórcio, a garantia poderá ser apresentada integralmente pela empresa líder do consórcio, ou por cada uma das empresas integrantes deste, com os valores proporcionais à sua participação no consórcio.

11.9. A contratante reterá, a qualquer tempo, a garantia de execução da contratada, na forma prevista neste Edital e no Contrato. Do mesmo modo, a Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.10. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da contratante, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.12. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



11.13. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da SEMED/PMA e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

11.14. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada. Assim, caso opte pela modalidade seguro garantia, é obrigatório que o adjudicatário contrate a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



“b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(2) Moratória de 0,5% (cinco decimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5 % a 30% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 30 % do valor do Contrato.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. **Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.**



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

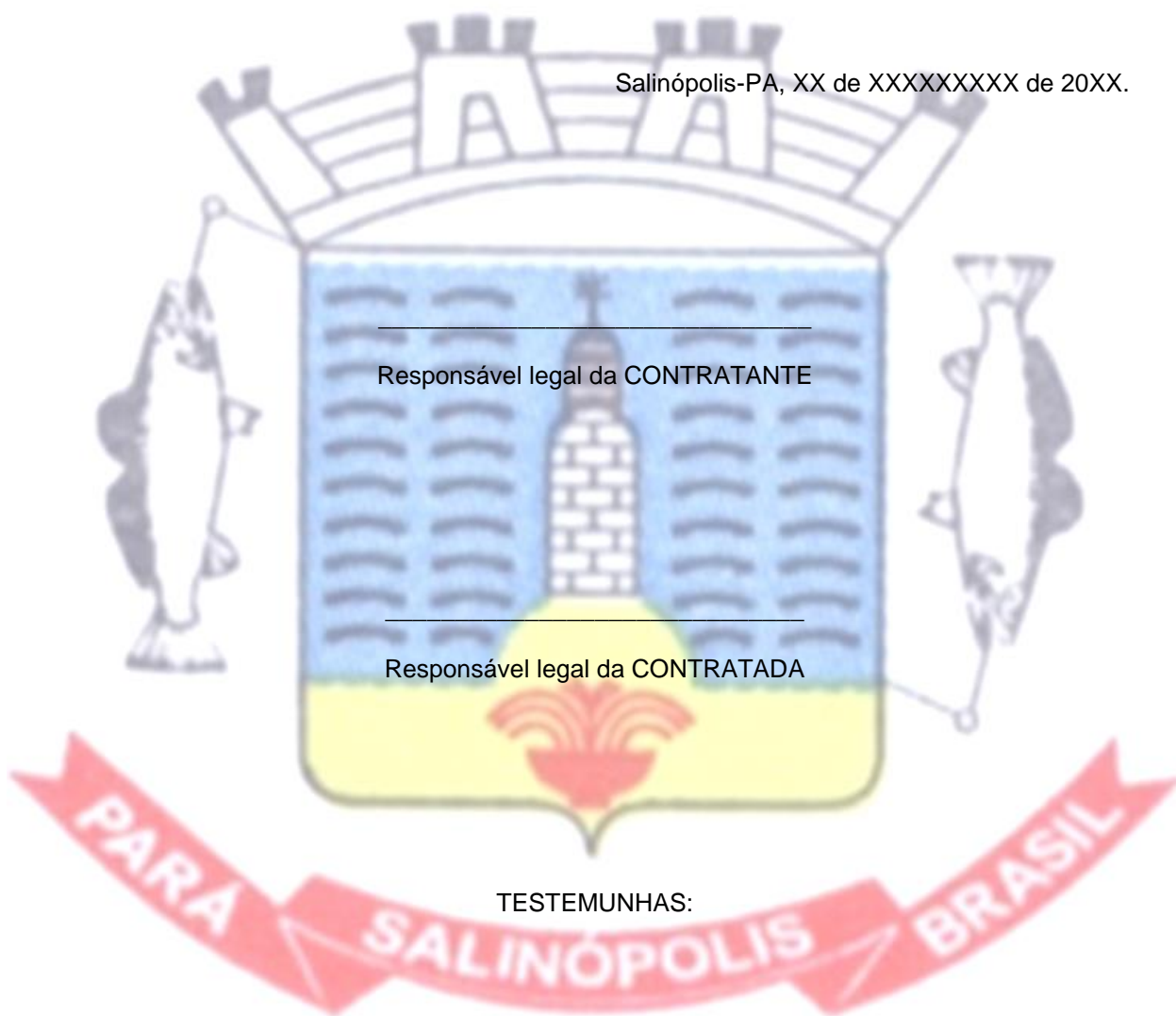


ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



19.1. Fica eleito o Foro da Justiça estadual do Pará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Salinópolis-PA, XX de XXXXXXXXX de 20XX.



TESTEMUNHAS:

1.

NOME: _____

RG: _____

CPF: _____

2.



ESTADO DO PARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS



NOME: _____

RG: _____

CPF: _____

